



# IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL REUNIÃO ORDINÁRIA DA CE-SC/IPB - 1995

## Ata de verificação de poderes

4 Aos 13 dias do mês de março de 1995, no salão social da Igreja Presbiteriana Unida  
5 de São Paulo, à Rua Helvética, 772 - Centro, em São Paulo, às 22 horas e 45  
6 minutos, reúne-se a mesa da CE-SC/IPB a fim de proceder a verificação de poderes  
7 conforme convocação de acordo com o Doc. 01: **CONVOCAÇÃO DA COMISSÃO**  
8 **EXECUTIVA DO SUPREMO CONCÍLIO DA IPB.** De ordem do Senhor Presidente da  
9 CE-SC/IPB, Rev. Guilhermino Cunha, convoco a Comissão Executiva do Supremo  
10 Concílio, para reunir-se, ordinariamente, no Acampamento Cabuçu - Guarulhos - SP,  
11 dias 13 a 18 de março de 1995. Notas explicativas: 1<sup>a</sup>) A abertura solene será às  
12 20h do dia 13 de março, da Igreja Presbiteriana Unida de São Paulo, à Rua Helvétia,  
13 772 - Haverá condução para os membros efetivos e ex-officio da CE-SC;IPB. 2<sup>a</sup>) Os  
14 membros ex-officio terão suas despesas de viagem pagas pelas entidades e/ou  
15 autarquias que representarem. 3<sup>a</sup>) A Tesouraria do SC pagará passagens por via  
16 terrestre para os membros efetivos da CE-SC/IPB: por via aérea para os presidentes  
17 de Sínodos das regiões Norte, Nordeste e Sul. 4<sup>a</sup>) Aqueles que tiverem necessidade  
18 de condução para o Cabuçu, poderão encontrar-se no Mackenzie, Rua Itambé, 45 -  
19 Higienópolis. **CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO - 1995 -** De  
20 ordem do Senhor Presidente da CE-SC/IPB, Rev. Guilhermino Cunha, informo que a  
21 reunião de Planejamento para o ano de 1995, será no Acampamento Cabuçu -  
22 Guarulhos - SP, nos dias 10 a 13 de março de 1995, com início no dia 10, às 20h.  
23 Estão convocados os Secretários Gerais, os Presidentes das Juntas e Comissões da  
24 Igreja Presbiteriana do Brasil. Após, o exercício devocional que constou de Culto  
25 Solene de Abertura no Templo, conforme programa impresso. **O presidente, Rev.**  
26 **Guilhermino Cunha**, convida aos Revs. Adauto Lins dos Anjos e Osvaldo Henrique  
27 Hack para suprir as ausências do vice-presidente e tesoureiro, respectivamente. Ora  
28 o Presbítero Damócles Perroni Carvalho. Está presente, além do presidente, o **Rev.**  
29 **Wilson de Souza Lopes - SE-SC/IPB**<sup>1</sup>. Procede-se a chamada dos representantes  
30 dos Sínodos. **SÍNODO BAHIA** - Pb. Sebastião Guimarães Costa Filho - Vice-  
31 Presidente: **SÍNODO BAURU** - Rev. Fernando Hamilton da Costa - Presidente:

<sup>1</sup> Inicia-se as 22h45m verificação de poderes sob a presidência do Rev. Guilhermino com a presença do Rev. Wilson SE-SC

1 **SÍNODO BELO HORIZONTE** - Rev. Ludgero Bonilha Morais - Presidente; **SÍNODO**  
2 **BRASIL CENTRAL** - Rev. Silas Rebouças Nobre - Presidente; **SÍNODO BRASÍLIA** -  
3 Rev. Roberto Brasileiro da Silva - Presidente; **SÍNODO CENTRAL**  
4 **ESPIRITOSSANTENSE** - Pb. Hermes Peyneau - Vice-Presidente; **SÍNODO**  
5 **CENTRAL PERNAMBUCO** - Rev. Noé de Paulo Ramos – Presidente; **SÍNODO**  
6 **ESPÍRITO SANTO/RIO JANEIRO** - Rev. Luiz Lopes – Presidente; **SÍNODO LESTE**  
7 **FLUMINENSE** - Rev. Aproniano Wilson de Macedo – Presidente; **SÍNODO LESTE**  
8 **MINAS** - Rev. Fernando Luiz Andrade Freitas - Presidente; **SÍNODO LESTE SÃO**  
9 **PAULO** - Rev. Rubens Thomas de Aquino – Presidente; **SÍNODO MARANHÃO** -  
10 Rev. Antonio Fontes Martins de Souza – Presidente; **SÍNODO MATOGROSSENSE** -  
11 Rev. Matusalém Nery – Presidente; **SÍNODO NORDESTE** - Rev. João Inácio Martins  
12 – Presidente; **SÍNODO NOROESTE BRASIL** - Rev. Autair Emerick - Vice-Presidente;  
13 **SÍNODO NORTE PARANÁ** - Pb. João Francisco dos Anjos – Presidente; **SÍNODO**  
14 **OESTE BAHIA** - Rev. Geomário Moreira Carneiro – Presidente; **SÍNODO OESTE**  
15 **FLUMINENSE** - Rev. Daniel Bitencourt dos Paços – Presidente; **SÍNODO OESTE**  
16 **RIO JANEIRO** - Rev. Carlos Roberto Nunes da Silva - Vice-Presidente; **SÍNODO**  
17 **OESTE SÃO PAULO** – Rev. Eldman Franklin Eler; **SÍNODO PAMPULHA** - Rev.  
18 Obedes Ferreira da Cunha - Presidente; **SÍNODO PARAÍBA/RIO GRANDE NORTE**  
19 - Rev. Adauto Lins dos Anjos – Presidente; **SÍNODO PERNAMBUCO** - Rev. Arival  
20 Dias Casemiro – Presidente; **SÍNODO RIO DOCE** - Rev. Paulo Audebed Delage –  
21 Presidente; **SÍNODO RIO JANEIRO** - Rev. Guilhermino Silva Cunha – Presidente;  
22 **SÍNODO SANTOS/BORDA CAMPO** - Rev. Folton Nogueira da Silva – Presidente;  
23 **SÍNODO SERRANO FLUMINENSE** - Rev. Sinval Pereira de Souza – Presidente;  
24 **SÍNODO SETENTRIONAL** - Rev. Jaime Marcelino de Jesus – Presidente; **SÍNODO**  
25 **SUDOESTE GOIÁS** - Rev. José Gonçalves de Siqueira – Presidente; **SÍNODO SUL**  
26 **BRASIL** - Rev. Osvaldo Henrique Hack – Presidente; **SÍNODO SUL FLUMINENSE** -  
27 Rev. Renato Marinho de Almeida – Presidente; **SÍNODO SUL MINAS** - Rev. João  
28 Âleixo Marques – Presidente; **SÍNODO TROPICAL** - Rev. Sergio Paulo de Carvalho  
29 Barbas – Presidente; **SÍNODO VALE AÇO** - Rev. Diocélio Rodrigues Leal -  
30 Presidente. Com a presença dos 34 Sínodos e onze ausentes abaixo relacionados,  
31 a saber: **ALAGOAS/SERGIPE, CEARÁ, MERIDIONAL, MINAS/ESPÍRITO SANTO,**  
32 **SÃO PAULO, SOROCABA, SUDOESTE PAULISTA, PIRATININGA, OESTE DE**



1 **BELO HORIZONTE, CAMPINAS E GARANHUNS**<sup>2</sup>. Registra-se a presença dos  
2 seguintes membros ex-officio: Rev. Armando Silvestre – Secretário Geral da  
3 UPA; Rev. Lael Viana de Alcantara; Rev. Josué Alves Ferreira<sup>3</sup>. O presidente  
4 declara aberta a presente reunião. Doc. 03. Aprova-se o horário regimental nos  
5 seguintes termos: **HORÁRIO REGIMENTAL** - A Comissão Executiva do Supremo  
6 Concílio, reunida em Cabuçu, Guarulhos, SP, nos dias, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 de  
7 março de 1995, aprova o seguinte Horário Regimental, para funcionamento de suas  
8 reuniões: Das 08 às 12 horas - período da manhã. Das 14 às 18 horas - período da  
9 tarde. Das 20 às 22 horas - período da noite. Todos os dias<sup>4</sup>. Ora encerrando o Rev.  
10 Teutônio Bragança, que também impetra a Bênção, às 23 horas e 30 minutos. Nada  
11 mais havendo a tratar, lavro e assino a presente ata<sup>5</sup>.

Ata da Primeira Sessão Regular da CE-SC/IPB

14 Às 8:00 horas do dia 14 do mês de março de 1995, na capela do Acampamento  
15 Cabuçu, em Guarulhos - SP, reúne-se a CE-SC/IPB em sua Primeira Sessão  
16 Regu-lar, sob a presidência do Rev. Guilhermino Cunha, que dirige o exercício  
17 devoci-onal<sup>6</sup>. Canta-se o hino 52 “Glória e Coroação”, do Hinário Novo Cântico. Oram  
18 em seguida os Revs. Fernando Hamilton Costa, Teutônio Bragança e Diocélio  
19 Rodrigues Leal. O Presidente lê o texto das Sagradas Escrituras em Atos 9:31,  
20 sobre o qual faz um breve comentário. Canta-se o hino 299 “Renovação”, ora em  
21 seguida a Prof<sup>a</sup> Eunice Souza da Silva - Secretária Geral do Trabalho Feminino  
22 encerrando o exercício devocional. O presidente, Rev. Guilhermino Cunha, convida  
23 aos Revs. Adauto Lins dos Anjos e Osvaldo Henrique Hack para suprir as  
24 ausências do vice-presidente e tesoureiro, respectivamente. Procede-se a chamada  
25 dos membros da CE-SC/IPB, verificando-se a presença de todos os arrolados  
26 conforme a Ata de Verificação de Poderes<sup>7</sup>. Havendo quorum o Presidente declara  
27 aberta a primeira sessão regular da CE-SC/IPB. Aprova-se a Ata da Sessão de  
28 Verificação de Poderes. São arrolados os seguintes Sínodos por seus representan-

<sup>2</sup> Presentes 34 Sínodos e 11 ausentes

<sup>3</sup> Presença dos membros ex-offício

#### **4 Horário Regimental**

<sup>5</sup> Encerramento do ato de verificação as 23h30m.

<sup>6</sup> Inicia-se a primeira Sessão Regular as 8h00m sob a presidência do Rev. Guilhermino.

<sup>7</sup> Presença de todos arrolados na Sessão de Verificação de Poderes.

1 tes: **SÃO PAULO** - Rev. Eldman Franklin Eler, **SOROCABA** - Rev. Wilson do  
2 Amaral Filho, **SUDOESTE PAULISTA** - Rev. Elias Dantas Filho, **PIRATININGA** -  
3 Rev. Avaci José dos Santos, **OESTE DE BELO HORIZONTE** - Rev. Floriano  
4 Sant'Anna, **CAMPINAS** - Rev. Silas de Campos<sup>8</sup>. Registram-se os seguintes mem-  
5 bros Ex-ofício: Prof<sup>a</sup> Eunice Souza da Silva - Secretária Geral do Trabalho Femini-  
6 no, Rev. Josias Reis Coelho - Secretário Geral de Estatística, Rev. Enos Moura -  
7 Secretário Geral de Mocidade, Rev. Geraldo Braz dos Santos - Presidente da JU-  
8 RET-STP/RDNE, Pb. Adonias Costa Silveira - Presidente da JET, Rev. Honório  
9 Theodoro Neto - Presidente da CONEAS, Rev. Carlos Aranha Neto - Presidente da  
10 JMN, Pb. Renato Piragibe - Tesoureiro da JPEF/IPB, Rev. Jôer Correa Batista -  
11 Diretor do STPBC, Rev. Geraldo Silveira Filho - Presidente da COSM, Rev. Reinaldo  
12 Correia da Silva - Redator do Jornal Brasil Presbiteriano, Rev. Edson de Oliveira  
13 Lima - Presidente Assembléia do Instituto Gammon, Rev. Aproniano Wilson de Ma-  
14 cedo - membro CEP/CECEP, Pb. Renato Antônio Astolpho - Escola Presbiteriana de  
15 Alta Floresta, Rev. Nelson Duílio Bordini Marino, observador, Rev. Paulo Silas de  
16 Assis - Representante da Escola Presbiteriana de Matupá, Pb. Nilson de Oliveira,  
17 Bel. Cid Pereira Caldas e Prof. Antônio Carlos Rocha - da Equipe de Assessoria da  
18 Presidência e Rev. Eudóxio Mendes dos Santos Júnior - Capelão do Hospital  
19 Evangélico (Presbiteriano) de Rio Verde - GO<sup>9</sup>. Nomeiam-se as seguintes  
20 Comissões de Expediente: **SUBCOMISSÃO Nº 1 - FINANÇAS** - Relator: Pb.  
21 Adivaldo Ferreira Vargas. Integrantes: Pb. Damócles Perroni de Carvalho, Rev.  
22 Fernando Hamilton Costa, Pb. Hermes Peyneau, Rev. Arival Casimiro Dias. As-  
23 sessores: Pb. Renato Piragibe, Rev. Armando Araújo Silvestre. **SUBCOMISSÃO Nº**  
24 **2 - JUBILAÇÕES, DESPOJAMENTO, EXONERAÇÃO E ETC...** - Relator: Rev. Silas  
25 de Campos Integrantes: Rev. João Francisco dos Anjos, Rev. Autair Emerick, Rev.  
26 Maeli Ferreira Vilela, Rev. Geomário Moreira Carneiro, Rev. Sinval Pereira de  
27 Souza. Assessores: Rev. Geraldo Brás dos Santos, Rev. Carlos Aranha Neto.  
28 **SUBCOMISSÃO Nº 3 - DESDOBRAMENTO DE PRESBITÉRIOS E SÍNODOS** -  
29 Relator: Rev. Noé de Paula Ramos. Integrantes: Rev. João Aleixo Marques, Rev.  
30 Sérgio Paulo de Carvalho Barbas, Rev. Teutônio Bragança, Rev. Obedes Ferreira  
da Cunha. Assessor: Pb. Renato Antônio Astolpho. **SUBCOMISSÃO Nº 4 - RE-**

<sup>8</sup> Aprova-se a Ata da Sessão de Verificação de Poderes. Arrola-s mais 6 Sínodos passando a 40 presentes.

<sup>9</sup> Registram-se a presença de outros membros ex-officio.

1 **LATÓRIOS DE AUTARQUIAS E REGIMENTOS** -Relator: Rev. Roberto Brasileiro  
2 da Silva. *Integrantes*: Rev. Diocélio Rodrigues de Leal, Rev. Silas Rebouças Nobre,  
3 Rev. Eldman Franklin Eler, Rev. Eldman Franklin Eler, Rev. Sinval Pereira de Souza.  
4 Assessor: Rev. Paulo Silas de Assis. **SUBCOMISSÃO Nº 5 - RELATÓRIOS DE**  
5 **SECRETARIAS GERAIS E OUTROS** - Relatores: Rev. Ludgero Bonilha Morais.  
6 *Integrantes*: Rev. Carlos Roberto Nunes da Silva, Rev. Daniel Bittencourt dos Paços,  
7 Rev. João Inácio de Souza Martins, Rev. Jaime Marcelino de Jesus. Assessor: Rev.  
8 Lael Viana de Alcântara. **SUBCOMISSÃO Nº 6 - PLANO DE AÇÃO E PLA-**  
9 **NEJAMENTO ANUAL** - Relator: Rev. Adauto Lins dos Anjos. *Integrantes*: Rev. João  
10 Cipriano da Cruz, Rev. Arival Casimiro Dias, Rev. Matusalém Nery, Rev. Elias  
11 Dantas Filho. Assessores: Sra. Eunice Souza da Silva, Rev. Edson de Oliveira Lima  
12 e Rev. Reinaldo Correia da Silva. **SUBCOMISSÃO Nº 7 - EDUCAÇÃO TEOLÓGICA**  
13 - Relator: Rev. Osvaldo Henrique Hack. *Integrantes*: Rev. Fôlton Nogueira da Silva,  
14 Rev. Wilson do Amaral Filho, Rev. Luiz Lopes, Rev. José Gonçalves de Siqueira.  
15 Assessores: Rev. Aproniano Wilson de Macedo, Rev. Geraldo Silveira Filho e Pb.  
16 Adonias Costa da Silveira. **SUBCOMISSÃO Nº 8 – JUNTAS DE MISSÕES, CNE E**  
17 **OUTROS** - Relator: Rev. Paulo Aubebert Delage. *Integrantes*: Rev. Avaci José dos  
18 Santos, Rev. Floriano Sant'Anna, Rev. Gérson Silva, Rev. Renato Marinho de  
19 Almeida. Assessores: Rev. Enos Moura, Rev. Josué Alves Ferreira. **SUBCOMISSÃO**  
20 **Nº 9 - RELATÓRIOS DE COMISSÕES E ANTEPROJETO DE REFORMA DO**  
21 **MANUAL PRESBITERIANO** -Relatores: Rev. Daniel Bittencourt dos Paços. *Inte-*  
22 *grantes*: ., Rev. Fernando Luís Andrade de Freitas, Rev. Rubens Thomás de Aquino,  
23 Rev. Antônio Fontes Martins de Souza, Rev. Sebastião Guimarães Costa Filho, Rev.  
24 Teutônio Bragança. Assessores: Rev. Josias dos Reis Coelho, Rev. Honório  
25 Theodoro Neto<sup>10</sup>. As 10 horas suspende-se a sessão para o trabalho das subcomis-  
26 sões, durante o horário regimental do dia 14/03/95. Às 20 horas e 15 minutos reiniciam-se os trabalhos com exercício devocional dirigido pelo Presidente e a partici-  
27 pação do Coral e UPA da Igreja Presbiteriana da Penha, que apresentam a peça e  
28 cantata “Os Pioneiros”<sup>11</sup>. Em seguida o Presidente convida os Revs. Antônio Fontes  
29 Martins, Jaime Marcelino de Jesus e Autair Emerick que fazem um relato sobre o  
30 trabalho Presbiteriano norte do País. Canta-se o hino 289, ora o Rev. Edezildo Bar-  
31

---

<sup>10</sup> Nomeações das sub comissões.

<sup>11</sup> Suspende-se a reunião as 10 horas, reinicia-se as 20h15m com devocional dirigido pelo Presidente.

1 ros Correia, pastor da Igreja Presbiteriana da Penha, seguida da oração do “Pai  
2 Nosso” por todos, encerrando assim às 22:00 horas a primeira sessão regular<sup>12</sup>.  
3 Nada mais havendo a tratar, lavro e assino a presente ata.  
4 .....

### 5 Ata da Segunda Sessão Regular da CE-SC/IPB

6 Às 8:00 horas do dia 15 do mês de março de 1995, na capela do Acampamento  
7 Cabuçu, em Guarulhos - SP, reúne-se a CE-SC/IPB em sua Segunda Sessão Regu-  
8 lar, sob a presidência do Rev. Guilhermino cunha. O exercício devocional é dirigido  
9 pelo Rev. Jaime Marcelino de Jesus, com a seguinte ordem litúrgica: Leitura do  
10 Salmo 133; Oração pelo Rev. Jaime; Cântico dos hinos 04 e 68 do Hinário Novo  
11 Cântico; leitura do texto das Sagradas Escrituras que se encontra no Evangelho de  
12 Mateus, Cap. 18.21 - 35, de onde extrai sua meditação. Oração pela Irmã Ofélia  
13 Carbalho de Aguiar Reis e o cântico do hino 153 “Com Tua Mão Segura Bem a Mi-  
14 nha” encerrando o exercício devocional<sup>13</sup>. O presidente, Rev. Guilhermino Cunha,  
15 convida ao Rev. Adauto Lins dos Anjos para suprir a ausência do vice-presidente.  
16 Procede-se a chamada dos membros da CE-SC/IPB, verificando-se a presença de  
17 todos os presentes na Primeira Sessão. Havendo quorum o Presidente declara  
18 aberta a segunda sessão regular da CE-SC/IPB. Aprova-se a Ata da Primeira Ses-  
19 são Regular. Dá-se assento ao Sínodo de **GARANHUNS** - Rev. Maely Ferreira  
20 Vilela<sup>14</sup>. Registra-se a presença do Rev. Alberto Pereira. Às 10 horas suspende-se a  
21 sessão para o trabalho das subcomissões, orando o Presidente<sup>15</sup>. Às 14 horas e 15  
22 minutos reiniciam-se os trabalhos com oração pelo Rev. Luiz Lopes. Dá-se assento  
23 ao Rev. Geraldo Braz dos Santos - SE – SBH, substituindo o Rev. Ludgero Bonilha  
24 Morais, que se ausentou do plenário, Doc. 147. Recebe-se o Doc. 145 do Rev. Paulo  
25 Delage solicitando autorização para retirada em caráter definitivo. É aprovado. Às 14  
26 horas e 35 minutos suspende-se a sessão para o trabalho das subcomissões. Às 20  
27 horas reiniciam-se os trabalhos com exercício devocional dirigido pelo Rev. Nelson  
28 Duílio Bordini Marino com a seguinte ordem litúrgica: Leitura do Salmo 138; Oração

---

<sup>12</sup> Encerramento da primeira Sessão Regular 22h00m.

<sup>13</sup> Inicia-se a Segunda Sessão Regular dia 15 às 8h00m sob a Presidência do Rev. Guilhermino e devocional dirigida pelo Rev. Jaime Marcelino de Jesus.

<sup>14</sup> Estão presentes todos arrolados até a primeira sessão. Aprova-se a Ata da primeira Sessão Regular e arrola-se o Sínodo de Garanhuns. Agora são 41 Sínodos presentes.

<sup>15</sup> 10h00m suspende-se a sessão para o trabalho das sub comissões.

1 pelo Pb. Renato Astolpho; Cântico do hino 28 do Hinário Novo Cântico; leitura do  
2 texto das Sagradas Escrituras que se encontra no Evangelho de Marcos, Cap. 2.1 -  
3 12, de onde extrai sua meditação, com o tema: "A ação de Cristo ultrapassa nossas  
4 limitadas expectativas". Oração pelo pregador seguida da meditação. Canta-se o do  
5 hino 313; ora o Rev. Wilson de Souza Lopes e Bênção Apostólica pelo pregador,  
6 seguida do cântico do amém tríplice por todos, encerrando o exercício devocional<sup>16</sup>.  
7 É dado assento ao Rev. Jurandyr Stork, vice-presidente do Sínodo Rio Doce,  
8 substituindo o Rev. Paulo Delage. Passa-se a receber relatório das subcomissões:  
9 Relata a Subcomissão nº 2 – **Doc. I** - Quanto Doc. 146 - Outorga de Diploma de  
10 Jubilado e de Medalha de Mérito da IPB. Aprovado em seus termos: "Quanto a  
11 outorga de Diploma de Jubilado e Medalha de Mérito, a CE-SC/IPB resolve: Instituir  
12 o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito de IPB a todos os seus ministros em  
13 seu ato de Jubilação pelo Concílio. - Que a presente instituição seja extensiva todos  
14 os ministros anteriormente Jubilados e ainda vivo no seio da IPB"<sup>17</sup>. **Doc. II** -  
15 Quanto ao Doc. 22 - Do Presbitério de Rio Claro/SCP, proposta de jubilação do Rev.  
16 Celso Wolff. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, nos termos do Art.49 §2º da  
17 CI/IPB, a jubilação do mencionado ministro, sem ônus para a IPB; 2) Destacar o  
18 trabalho do Rev. Celso Wolff no seio da IPB, bem como na docência no Instituto  
19 Metodista de Ensino Superior, de Rudge Ramos, São Paulo, e ainda seu eficiente  
20 trabalho desenvolvido no Centro Áudio Visual - Evangélico; 3) Registrar que o  
21 referido ministro foi batizado na infância pelo saudoso Rev. Mathatias Gomes dos  
22 Santos; professou sua fé com o Rev. José Carlos Nogueira e em 20/01/1952 foi  
23 ordenado ao santo ministério pelo Presbitério de Rio Claro, SP. É casado com Dona  
24 Cleide Zerlotti Wolff; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da  
25 IPB; 5) Recomendar que o Presbitério do obreiro promova culto especial de gratidão  
26 a Deus pela sua vida e ministério; 6) Destacar que a IPB é sua família e que sempre  
27 estará solidária com o irmão e seus familiares<sup>18</sup>. **Doc. III** - Quanto ao Doc. 27 - Do  
28 Presbitério de Limeira/SCP, proposta de jubilação do Rev. Ary Barbosa Martins. A  
29 CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, nos termos da CI/IPB, Art. 49 parágrafo 2º,  
30 a jubilação do Rev. Ary Barbosa Martins, sem ônus para a IPB; 2) Destacar o

---

<sup>16</sup> Às 20h00m reiniciam-se os trabalhos com devocional dirigida pelo Rev. Nelson Duílio.

<sup>17</sup> Doc I ref. Doc 146 – Outorga de Diploma de Jubilado e Medalha de Mérito da IPB

<sup>18</sup> Doc. II Jub. Rev. Celso Wolf.

1 eficiente trabalho do obreiro nos Presbitérios de São Paulo, Campinas e Limeira, e  
2 docência no SPS. Foi batizado na infância pelo Rev. Sátilas do Amaral Camargo e  
3 professou a fé com o Rev. Teodomiro Emerique; foi ordenado ao sagrado ministério  
4 pelo Presbitério de São Paulo; 3) Reconhecer a fidelidade e piedade do ministro e  
5 sua preocupação constante de bem ensinar e pregar a Palavra de Deus; 4) Conferir-  
6 lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 5) Recomendar que o  
7 Presbitério proponente promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus pela  
8 vida e ministério do obreiro; 6) Recomendar que, à míngua de maiores informações  
9 e ausência da carteira, sejam enviados ao Brasil Presbiteriano dados de sua vida  
10 eclesiástica para publicação e conhecimento da Igreja; 7) Destacar que a IPB é a  
11 família do irmão jubilado e que sempre estará solidária com ele e seus familiares<sup>19</sup>.  
12 **Doc. IV** - Quanto ao Doc. 31 - Proposta de jubilação do Rev. Astrogildo de Oliveira  
13 Godoy, formulado pelo Presbitério de Limeira /SCP. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender  
14 e efetivar, nos termos do Art.49 §2º da CI/IPB, a jubilação do ministro em epígrafe,  
15 sem ônus para a IPB; 2) Destacar o eficiente trabalho do obreiro nos campos de  
16 Minas Gerais e Presbitérios de Campinas e Limeira, louvando a Deus por isso; 3)  
17 Reconhecer a fidelidade e piedade do ministro em bem servir à sua Igreja nas  
18 diferentes regiões por onde passou; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a  
19 Medalha de Mérito da IPB; 5) Recomendar que o Concílio proponente promova um  
20 culto especial de louvor e gratidão a Deus pela vida e ministério de seu obreiro; 6)  
21 Recomendar que, à míngua de outras informações, sejam enviados ao Brasil  
22 Presbiteriano, dados históricos - eclesiásticos para publicação e conhecimento da  
23 igreja; 7) Destacar que a IPB é a família do irmão jubilado e que sempre estará  
24 solidária com ele e seus familiares. Vencido o horário regimental, prorroga-se até o  
25 encerramento do relatório desta comissão<sup>20</sup>. **Doc. V** - Quanto ao Doc. 32 - Do  
26 Presbitério do Rio de Janeiro/SRJ, proposta de jubilação do Rev. Zaqueu Ribeiro. A  
27 CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, nos termos do Art.49 §2º da CI/IPB, a  
28 jubilação do Rev. Zaqueu Ribeiro, sem ônus para a IPB; 2) Destacar o ministério  
29 fecundo realizado pelo obreiro, desde sua candidatura por Sorocaba, em 1946. Foi  
30 ele ordenado ao ministério em 15.01.50, tendo servido as Igrejas de Juquiá, Cedro,  
31 Palmital e Biguá, do Presbitério de Sorocaba. Em 1953 transferiu-se para o

---

<sup>19</sup> Doc. III Jub. Rev. Ary Barbosa Martins

<sup>20</sup> Doc. IV Jub. Rev. Astrogildo de Oliveira Godoy

1 Presbitério do Rio de Janeiro, servindo a Igreja do Rio até 06.10.1968. A seguir foi  
2 eleito pastor da IP da Tijuca, até outubro de 1988, quando a comunidade lhe  
3 conferiu o título de Pastor Emérito. Serviu várias vezes seu concílio como  
4 presidente, bem como na presidência de seu Sínodo; 3) Registrar o reconhecimento  
5 de fidelidade e vida cristã exemplar durante todos os anos de serviço à IPB; 4)  
6 Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 5) Recomendar  
7 que o Concílio proponente promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus  
8 pela vida e ministério de seu obreiro; 6) Destacar que a IPB é sua família e que  
9 sempre estará solidária com seu ministro e seus familiares<sup>21</sup>. **Doc. VI** - Quanto ao  
10 Doc. 23 - Proposta de jubilação do Rev. Ezequias Gomes Ferreira, pelo Presbitério  
11 Norte de Minas/SRD. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação, nos  
12 termos do Art.49 §2º da CI/IPB, do ministro em epígrafe, sem ônus para a IPB; 2)  
13 Agradecer e louvar a Deus pela vida e ministério do obreiro nos limites de seu  
14 concílio; 3) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 4)  
15 Aguardar a realização do culto de ação de graças na IP de Salinas, conforme  
16 noticiado; 5) Recomendar que, à míngua de maiores informações, sejam enviados  
17 ao Brasil Presbiteriano dados histórico-eclesiásticos para publicação e  
18 conhecimento da igreja; 6) Destacar que a IPB é a família do irmão jubilado e que  
19 sempre estará solidária com ele e seus familiares<sup>22</sup>. **Doc. VII** - Quanto ao Doc. 24 -  
20 Proposta de jubilação formulada pelo Presbitério de Ceres/SBC, em favor do Rev.  
21 Amador Alves de Menezes. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, conforme a  
22 CI/IPB, Art.49 parágrafo 2º, a jubilação do ministro em epígrafe, sem ônus para a  
23 IPB; 2) Agradecer e louvar a Deus pela vida e ministério do obreiro. Foi ele batizado  
24 na infância pelo Rev. Noé Wey e professou com o mesmo ministro. Em 12.01.62, foi  
25 ordenado ao sagrado ministério pelo Presbitério Sudoeste de Goiás; 3) Conferir-lhe  
26 o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 4) Recomendar ao Concílio  
27 proponente que promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus pela vida e  
28 ministério do irmão jubilado; 5) Recomendar que, à míngua de maiores informações,  
29 sejam enviados ao Brasil Presbiteriano dados histórico-eclesiásticos para  
30 informação e conhecimento da Igreja; 6) Destacar que a IPB é a família do irmão

---

<sup>21</sup> Doc. V Jub. Rev. Zaqueu Ribeiro

<sup>22</sup> Doc. VI Jub. Rev. Ezequias Gomes Ferreira

1 jubilado e que sempre estará solidária com ele e seus familiares<sup>23</sup>. **Doc. VIII** - Quanto  
2 ao Doc. 25 - Do Presbitério Central Fluminense/SLF, proposta de jubilação do Rev.  
3 Paulo de Oliveira Cordeiro. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação  
4 do mencionado ministro nos termos do Art.49, §2º da CI/IPB, sem ônus para a IPB;  
5 2) Destacar que o obreiro é casado com Ignez de Biasi Cordeiro, e do consórcio  
6 advieram oito Filhos. Natural de Campos, RJ, estudou em Alto Jequitibá, MG, e no  
7 Rio de Janeiro. Foi, além de ministro, cirurgião - dentista e exerceu o magistério  
8 secular. Seu curso teológico foi feito no Seminário Teológico Unido e seu ministério  
9 se desenvolveu no Estado do Rio de Janeiro. Serve, atualmente, como diretor e  
10 professor de Geografia Bíblica e História da Igreja, no Seminário Teológico  
11 Interdenominacional, em São Gonçalo, Mg; 3) Recomendar que seu Presbitério  
12 promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus pela vida e ministério de seu  
13 obreiro jubilado; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB;  
14 5) Agradecer e louvar a Deus pela vida e ministério do obreiro; 6) Destacar que a IPB  
15 à a família do irmão jubilado e que sempre estará solidária com ele e seus  
16 familiares<sup>24</sup>. **Doc. IX** - Quanto ao Doc. 28 - Do Presbitério de Goiânia/SBC -  
17 proposta de jubilação do Rev. Frederico Eleutério Ferreira. A CE-SC/IPB resolve: 1)  
18 Atender e efetivar a jubilação do ministro acima, nos termos da CI/IPB, Art.49 §2º da  
19 CI/IPB, sem ônus para a IPB; 2) Agradecer e louvar a Deus por mais de trinta e  
20 cinco anos de serviços prestados pelo obreiro, à nossa Igreja; 3) Recomendar que, à  
21 míngua de maiores informações, sejam enviados ao Brasil Presbiteriano dados  
22 histórico-eclesiásticos, para publicação e conhecimento da Igreja; 4) Conferir-lhe o  
23 Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 5) Recomendar que seu Concílio  
24 promova um culto especial de louvor e gratidão a Deus pela vida e ministério de seu  
25 obreiro; 6) Destacar que a IPB é a família do irmão jubilado e que sempre estará  
26 solidária com ele e seus familiares<sup>25</sup>. **Doc. X** - Quanto ao Doc. 29 – Proposta de  
27 jubilação do Rev. Levi Silva, formulado pelo Presbitério de Volta Redonda/SSF. A  
28 CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação do Rev. Levi Silva, consoante o  
29 Art.49 §2º da CI/IPB, sem ônus para a IPB; 2) Agradecer a Deus a vida e o ministério  
30 do Rev. Levi. Foi ele batizado na infância pelo Rev. José F. de Mello Jr. e com este

---

<sup>23</sup> Doc. VII Jub. Rev. Amador Alves de Menezes

<sup>24</sup> Doc. VIII Jub. Rev. Paulo de Oliveira Cordeiro

<sup>25</sup> Doc. XIX Jub. Rev. Frederico Eleutério Ferreira

1 ministro professou fé no Senhor Jesus. Em 14.01.62 foi ordenado pelo Presbitério  
2 Sul de São Paulo. Que outros dados sejam enviados ao órgão oficial da Igreja para  
3 ciência de todos. 3) Recomendar que seu Concílio promova culto especial de ação  
4 de graças pela vida de seu obreiro; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a  
5 Medalha de Mérito da IPB; 5) Destacar que a IPB é a família do irmão jubilado e que  
6 sempre estará solidária com ele e seus familiares<sup>26</sup>. **Doc. XI** - Quanto ao Doc. 30 -  
7 Do Presbitério de Madureira/SRJ, proposta de jubilação do Rev. Jair Gomes Coelho.  
8 A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação do obreiro em epígrafe, nos  
9 termos do Art.49, §1º da CI/IPB, sem ônus para a IPB; 2) Foi ele batizado na infância  
10 pele Rev. José Martins A. Leitão e professou a fé em Jesus com o Rev. Francisco  
11 Cordeiro, ordenado pelo Presbitério da Guanabara em 17.07.60; 3) Agradecer a  
12 Deus os prestantes serviços do obreiro, recomendando que o Concílio proponente  
13 envie informações histórico-eclesiásticas ao Brasil Presbiteriano, para ciência da  
14 Igreja; 4) Recomendar, ainda, que o Concílio promova culto especial de gratidão e  
15 louvor pela vida de seu obreiro; 5) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de  
16 Mérito da IPB; 6) Destacar que a IPB é sua família e que sempre estará solidária com  
17 ele e seus familiares<sup>27</sup>. **Doc. XII** - Quanto ao Doc. 38 - Do Presbitério de Campo  
18 Grande - Rio/SOR, proposta de jubilação do Rev. Alberto Braun Perpétuo. A CE-  
19 SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar, nos termos do Art.49 §3º da CI/IPB (motivo de  
20 saúde), a jubilação do ministro em epígrafe, sem ônus para a IPB; 2) Agradecer a  
21 Deus a atuação do Rev. Alberto a serviço da igreja e lamentar tenha ele de jubilar-se  
22 por motivo de saúde abalada; 3) Recomendar que o Concílio proponente envie  
23 informações histórico-eclesiásticas para publicação no órgão oficial da Igreja, para  
24 conhecimento desta; 4) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da  
25 IPB; 5) Salientar ao Concílio proponente que promova culto especial de louvor e  
26 ação de graças pela jubilação de seu obreiro; 6) Destacar que a IPB é a família do  
27 irmão jubilado e sempre estará solidária com ele e seus familiares, mormente nos  
28 momentos de dor<sup>28</sup>. **Doc. XIII** - Quanto ao Doc. 35 - Ofício do Presbitério Vale do  
29 Manhuaçu, Sínodo Leste de Minas, comunicando a exoneração do ministro Rev.  
30 Onésio Gabrig Heringer. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2)

---

<sup>26</sup> Doc. X Jub. Rev. Levi Silva

<sup>27</sup> Doc. XI Jub. Rev. Jair Gomes Coelho

<sup>28</sup> Doc. XII Jub. Rev. Alberto Braun Perpétuo

1 Lamentar que o referido obreiro tenha renunciado a jurisdição da IPB, por questão  
2 doutrinária; 3) Rogar a Deus que muito abençoe o citado irmão; 4) Publicar no órgão  
3 oficial da IPB<sup>29</sup>. **Doc. XIV** - Quanto ao Doc. 37 – Ofício do Presbitério Norte de  
4 Valadares, Sínodo Rio Doce, comunicando o despojamento do Rev. Armando  
5 Nascimento Silva, nos termos do artigo 48, letra “b”. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar  
6 conhecimento; 2) Publicar no órgão oficial da IPB<sup>30</sup>. **Doc. XV** - Quanto ao Doc. 34 -  
7 Ofício do Presbitério de Botucatu, Sínodo Sudoeste Paulista, comunicando o  
8 despojamento por exoneração a pedido, do Rev. Jessé Teotônio. A CE-SC/IPB,  
9 resolve: 1) Tomar conhecimento. 2) Publicar no órgão oficial da IPB<sup>31</sup>. **Doc. XVI** -  
10 Quanto ao Doc. 39 - Ofício do Presbitério do Alto Paranaíba - SBS, comunicando o  
11 despojamento, sem censura, do Rev. Graciano Chagas. A CE-SC/IPB resolve: 1)  
12 Tomar conhecimento; 2) Publicar no órgão oficial da IPB<sup>32</sup>. **Doc. XVII** - Quanto ao  
13 Doc. 33 - Ofício do Presbitério Amazonas - Roraima/SST, encaminhando o acórdão  
14 de despojamento do Rev. Joaquim Miguel Ferreira, nos termos do Art.48, letra “a” da  
15 CI/IPB, e Art.9º, letra “d” do CD. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2)  
16 Publicar no órgão oficial da IPB<sup>33</sup>. **Doc. XVIII** - Quanto ao Doc. 36. Ofício do  
17 Presbitério do Juiz de Fora/SLM, comunicando deposição do Rev. Romeu de  
18 Magalhães, conforme Art.9º, letra “d” do CD/IPB. A CE-SC/IPB resolve: 1) tomar  
19 conhecimento; 2) Publicar no órgão oficial da IPB<sup>34</sup>. **Doc. XIX** - Quanto ao Doc. 40 -  
20 Encaminhamento de acórdão do Tribunal de Recursos do Sínodo de São Paulo,  
21 referente a julgamento de apelação, impetrado pelo Conselho da Igreja Presbiteriana  
22 da Penha contra o Rev. Edésio de Oliveira Chequer, o qual foi deposto do ministério  
23 e da comunhão da Igreja nos termos dos artigos 9º, letras “d” e “b” do CD e 48º, letra  
24 “a” da CI/IPB. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2) Lamentar com  
25 tristeza, os acontecimentos narrados na documentação processual; 3) Publicar no  
26 órgão oficial da IPB a citada deposição; 4) Declarar vaga a Vice-Presidência do  
27 SC/IPB<sup>35</sup>. **Doc. XX** - Quanto ao Doc. 63 - Relatório do Sínodo São Paulo, consoante

<sup>29</sup> Doc. XIII Exoneração Rev. Onésimo Gabrig Heringer

<sup>30</sup> Doc. XIV Despoj. Rev. Armando Nascimento da Silva

<sup>31</sup> Doc. XV Despoj. Rev. Jessé Teotônio

<sup>32</sup> Doc. XVI Despoj. Rev. Graciano Chagas

<sup>33</sup> Doc. XVII Despoj. Rev. Joaquim Miguel Ferreira

<sup>34</sup> Doc. XVIII Despoj. Rev. Romeu de Magalhães

<sup>35</sup> Doc. XIX Acórdão do TR, ref. Julgamento de apelação impetrado pelo Cons. Da IPB da Penha contra Rev. Edésio Chequer.

1 do Doc. 75 do SC/IPB, dando conta de que no período de 1990 a 1994 o Sínodo  
2 tomou todas as decisões inerentes à sua vida eclesiástica, regularizando as folhas  
3 verificadas. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2) Louvar a Deus pela  
4 normalidade da vida do citado concílio; 3) Arquivar<sup>36</sup>. **Doc. XXI** - Quanto ao Doc. 129  
5 - Do Presbitério de Nilópolis - Jubilação do Rev. Isaías de Souza Maciel - Aprovado  
6 em seus termos: "Quanto ao Doc. 129, do Presbitério de Nilópolis, SOF - proposta  
7 de jubilação do Rev. Isaías de Souza Maciel. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e  
8 efetivar, nos termos do Art.49 § 2º da CI/IPB, a jubilação do sobredito ministro, sem  
9 ônus para a IPB; 2) O ministro ora jubilado é natural de Campos, RJ, com cursos de  
10 Teologia, Filosofia, Jornalismo, Administração Hospitalar e Psicanálise Clínica. Foi  
11 batizado na infância pelo Rev. Benjamin César e professou sua fé com o Rev.  
12 Jeremias W. B. Schulli. Teve destacada atuação na Igreja, mormente pela sua  
13 cultura polimorfa. Serviu o Seminário Unido de Nova Iguaçu, RJ e foi presidente de  
14 várias entidades e associações evangélicas; 3) Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e  
15 a Medalha de Mérito da IPB; 4) Recomendar que o concílio proponente promova  
16 culto especial de ação de graças pela vida e destacado ministério do irmão jubilado;  
17 5) Destacar que a IPB é sua família e que sempre estará solidária com ele e seus  
18 familiares<sup>37</sup>. Oram em favor dos Jubilados e Despojados nominalmente os  
19 Reverendos Obedes Ferreira da Cunha, Fôlton Nogueira da Silva e Luiz Lopes".  
20 Oram em favor dos Jubilados e Despojados nominalmente os Revs. Obedes Ferreira  
21 da Cunha, Fôlton Nogueira da Silva e Luiz Lopes. Às 23 horas e 30 minutos,  
22 encerra-se a presente sessão com a Bênção Apostólica pelo Presidente<sup>38</sup>. Nada  
23 mais havendo a tratar, lavro e assino a presente ata.  
24 .....

25 **Ata da Terceira Sessão Regular da CE-SC/IPB**

26 Às 08 horas e 15 minutos do dia 16 do mês de março de 1995, na capela do  
27 Acampamento Cabuçu, em Guarulhos - SP, reúne-se a CE-SC/IPB em sua Segunda  
28 Sessão Regular, sob a presidência do Rev. Guilhermino Cunha. O exercício  
29 devocional é dirigido pelo Rev. Silas Rebouças Nobre, com a seguinte ordem li-  
30 túrgica: Leitura de 1 Coríntios 12:12 - 31; Oração silenciosa por todos, seguida de

---

<sup>36</sup> Doc. XX Relatório do Sínodo São Paulo ref. 1990-1994

<sup>37</sup> Doc. XXI Jub. Do Rev. Isaías de Souza Maciel

<sup>38</sup> Encerramento da Segunda Sessão Regular às 23h30m.

1 oração audível pelo Rev. Elias Dantas Filho; Cântico do hino 299 do Hinário Novo  
2 Cântico; leitura do texto das Sagradas Escrituras que se encontra no Evangelho de  
3 Mateus, 16.13 - 20, Oração pelo pregador seguida de exposição da Palavra; cântico  
4 do hino 298; Oração e Bênção Apostólica pelo pregador encerrando o exercício  
5 devocional. O presidente, Rev. Guilhermino Cunha, compõe a mesa, convidando o  
6 Rev. Adauto Lins dos Anjos para suprir a ausência do vice-presidente. Procede-se a  
7 chamada dos membros da CE-SC/IPB, verificando-se os mesmos presentes na  
8 Segunda Sessão, exceto o Rev. Avaci José dos Santos que se retirou. Havendo  
9 quorum o Presidente declara aberta a Terceira Sessão Regular da CE-SC/IPB<sup>39</sup>.  
10 Aprova-se a Ata da Segunda Sessão Regular. O Rev. Ludgero Bonilha Morais  
11 reassume o lugar que estava sendo ocupado pelo Rev. Geraldo Braz dos Santos.  
12 Dá-se assento ao Rev. Paulo Viana de Moura em lugar do Rev. Avaci José dos  
13 Santos. Passa-se a seguir a aprovação dos documentos na ordem do dia pela  
14 Subcomissão nº 03. **Doc. XXII** - Quanto ao Doc. 43 - Do Presbitério Pará - Amapá  
15 (PRPA), solicitando mudança de nome e sugerindo sigla. A CE-SC/IPB resolve:  
16 Homologar a mudança de nome daquele Concílio para Presbitério Metropolitano de  
17 Belém, e adotar a sigla PMBE, já comprovada a sua não duplicidade<sup>40</sup>. **Doc. XXIII** -  
18 Quanto ao Doc. 44 - Do Presbitério Central do Espírito Santo (PCES), comunicando  
19 seu desdobramento, dando origem a dois novos Presbitérios: Presbitério Serrano  
20 Espiritossantense e Presbitério Norte Litorâneo sugerindo as respectivas siglas:  
21 PRSE e PRNL. A CE-SC/IPB resolve: Homologá-lo em seus termos, já comprovada a  
22 não duplicidade das siglas<sup>41</sup>. **Doc. XXIV** - Quanto ao Doc. 45 - Do Sínodo  
23 Matogrossense, solicitando o seu desdobramento e comunicando o  
24 desmembramento do Presbitério de Campo Grande, cirando o Presbitério do  
25 Pantanal e sugerindo sigla. A CE-SC/IPB resolve: 1º. Aprovar o desdobramento do  
26 Sínodo; nomeando a seguinte Comissão: a) Rev. João Aleixo marques (relator) b)  
27 Rev. Matusalém Nery c) Rev. Walter Moura d) Pb. Maurício Menezes e) Pb. Abel  
28 Ferreira de Almeida. 2º. Tomar conhecimento do desmembramento do Presbitério de  
29 Campo Grande, homologando a sigla para o Presbitério do Pantanal - PPAN<sup>42</sup>. **Doc.**

---

<sup>39</sup> Início da Terceira Sessão Regular às 08h15m do dia 16/03/95

<sup>40</sup> Doc. XXII Mudança da sigla do Presbitério Pará-Amapá, ficando Presbitério Metropolitano de Belém - PMBE

<sup>41</sup> Doc. XXIII Desdobramento do Presbitério Central do Espírito Santo

<sup>42</sup> Doc. XXIV Desdobramento do Sínodo Matogrossense e desmembramento do Presbitério Campo Grande

1 **XXV** - Informações da JME sobre o pedido de rescisão de contrato do Missionário  
2 Rev. Erlei Gonçalves Lemes, em Portugal - Arquiva-se<sup>43</sup>. **Doc. XXVI** - Quanto ao  
3 Doc. 47 - Do Presbitério de Madureira, solicitando definição de sua sigla. A CE-  
4 SC/IPB resolve: Comunicar que a sigla é PMAD<sup>44</sup>. **Doc. XXVII** - Quanto ao Doc. 48 -  
5 Do Presbitério de Limeira, sobre o seu nº de organização. A CE-SC/IPB resolve: 1)  
6 Informar que o número do Presbitério de Limeira será fornecido tão logo seja feita  
7 uma reclassificação dos Presbitérios pelas datas de suas respectivas organizações;  
8 2) Determinar ao Secretário de Estatística que proceda a referida reclassificação o  
9 mais rápido possível<sup>45</sup>. **Doc. XXVIII** - Quanto ao Doc. 50 - Proposta de Regimento  
10 Interno do Conselho de Imprensa, criando o Conselho de Comunicação e Marketing.  
11 A CE-SC/IPB resolve: Aprovar a referida proposta com alteração do Art. 17 das  
12 Disposições Gerais, que passará a ter a seguinte redação: "Art.17 - Os casos  
13 omissos neste Regimento serão resolvidos pelo CCM, ad-referendum da CE-  
14 SC/IPB"<sup>46</sup>. Passa-se a seguir a aprovação dos documentos da Subcomissão nº 04:  
15 **Doc. XXIX** - Quanto ao Doc. 54 - Do Conselho de Curadores junto ao Instituto  
16 Mackenzie. A CE-SC/IPB resolve: 1) Ressaltar que o Instituto de Curadores e o  
17 Conselho Deliberativo nomearam uma Comissão para estudo e adequação do  
18 Regimento Interno e Estatutos do Instituto Mackenzie; 2) Tomar conhecimento da  
19 escolha do representante do Conselho de Curadores junto ao Conselho Deliberativo:  
20 Rev. Guilhermino Cunha<sup>47</sup>. **Doc. XXX** - Quanto ao Doc. 57 - Relatório do Colégio  
21 Evangélico Agnes Erskine. A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o trabalho  
22 desenvolvido na Instituição, com um superávit de R\$ 37.486,00; 2) Rejubilar-se com  
23 os 90 anos do Educandário e com a publicação da revista comemorativa; 3)  
24 Registrar a manutenção dos corpos discentes na faixa de 2.123 em 1994 e 2.105 em  
25 1995, com pequena evasão escolar de 3%<sup>48</sup>. **Doc. XXXI** - Quanto ao Doc. 56 -  
26 Relatório da Associação Instituto Cristão de Castro/PR. A CE-SC/IPB resolve: )  
27 Apreciar o Relatório, destacando a avaliação inserida pelo Conselho Técnico  
28 Administrativo, mencionando a restruturação do Curso Técnico em Agropecuária,

---

<sup>43</sup> Doc. XXV Pedido de Rescisão de contrato do Rev. Erlei Gonçalves Lemes com a JME

<sup>44</sup> Doc. XXVI Sigla do Presbitério de Madureira - PMAD

<sup>45</sup> Doc. XXVII Organização do Presbitério de Limeira

<sup>46</sup> Doc. XXVIII Proposta de Regimento Interno do Conselho de Imprensa, criando o Conselho de Marketing

<sup>47</sup> Doc. XXIX Do Conselho de Curadores junto ao Instituto Mackenzie

<sup>48</sup> Doc. XXX Relatório do Colégio Agnes Erskine

1 sem grade curricular; 2) Destacar ainda a existência de superávit financeiro do  
2 exercício de 94, da ordem de R\$ 40.000,00; 3) Registrar e arquivar cópias do  
3 histórico do Instituto e do comodato celebrado entre o Instituto e a 1<sup>a</sup> Igreja  
4 Evangélica Reformada de Castro - PR<sup>49</sup>. **Doc. XXXII** - Quanto ao Doc. 55 - Relatório  
5 do Representante junto ao Instituto Mackenzie - Tamboré. A CE-SC/IPB resolve: 1)  
6 Ressaltar o trabalho criterioso do representante da IPB, Rev. Wilson de Souza  
7 Lopes; 2) Apreciar a convocação da Assembléia para a dissolução da pessoa  
8 jurídica do Mackenzie Tamboré, visando à unificação do Instituto Mackenzie,  
9 reiterando as determinações da CE-SC/IPB; 3) Ressaltar o bom número de alunos -  
10 2229<sup>50</sup>. **Doc. XXXIII** - Quanto ao Doc. 61 - Ofício nº 1447 da Presidência do  
11 Instituto Mackenzie. A CE-SC/IPB resolve: 1) Reconhecer o espírito de solidariedade  
12 e prontidão do Instituto Mackenzie no atendimento a esposa do Dr. Van Groningen,  
13 em seu tratamento médico, no valor de R\$ 51.000,00; 2) Recomendar à Instituição  
14 responsável por convite a Professores de "Mestrado" do JMC, que estipule seguro  
15 saúde para cobrir eventuais necessidades aos Professores oriundos do exterior<sup>51</sup>.  
16 **Doc. XXXIV** - Quanto ao Doc. 60 - Relatório do Representante junto ao Colégio XV  
17 de Novembro. A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o trabalho sério e competente da  
18 Diretoria do Colégio; 2) Ressaltar o esforço do colégio na busca de novas opções,  
19 cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Informática e Ciências Contábeis, todos  
20 universitários, para melhor servir à comunidade. Às 11 horas e 58 minutos prorroga-  
21 se o horário regimental até às 12 horas e 30 minutos. Registra-se a presença dos  
22 Revs. Theodoro Havinga e Jan Jansen da Igreja Reformada Holandesa Libertada<sup>52</sup>.  
23 **Doc. XXXV** - Quanto ao Doc. 139 - Relatório do Representante da IPB junto ao IBN.  
24 A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o bom andamento da Instituição com 68 alunos e o  
25 esforço do Diretor na execução do trabalho; 2) Congratular-se com a instituição nos  
26 seus 50 anos de serviço prestado à IPB; 3) Determinar que no relatório do próximo  
27 ano seja enviado também o demonstrativo financeiro para o conhecimento da saúde  
28 financeira<sup>53</sup>. **Doc. XXXVI** - Quanto ao Doc. 113 - Solicitar do Conselho  
29 Deliberativo do Hospital de Rio Verde e do Sínodo Sudoeste de Goiás. A CE-SC/IPB

---

<sup>49</sup> Doc. XXXI Relatório da Associação Instituto Cristão de Castro

<sup>50</sup> Doc. XXXII Relatório do Representante junto ao Instituto Mackenzie

<sup>51</sup> Doc. XXXIII Ofício da Presidência do IM sobre tratamento de saúde de funcionários.

<sup>52</sup> Doc. XXXIV Relatório do Colégio XV de Novembro

<sup>53</sup> Doc. XXXV Relatório do Rep. Da IPB junto do IBN

1 resolve: 1) Quanto à solicitação do envio do Capelão do Hospital de Rio Verde aos  
2 EUA em acordo com a “EPC”, enviar à CRI para as devidas deliberações; 2) Quanto  
3 à solicitação de acordo junto à “EPC” para adquirir novos aparelhos e equipamentos  
4 para o hospital, enviar à CRI para as devidas deliberações; 3) Estranhar o não envio  
5 do Relatório do Representante junto ao Conselho Deliberativo e determinar seu  
6 envio à Secretaria Executiva<sup>54</sup>. **Doc. XXXVII** - Quanto ao Doc. 149 - Relatório do  
7 Representante junto à Associação Beneficente Douradense: A CE-SC/IPB resolve:  
8 1) Apreciar a estabilidade administrativa e financeira da Instituição, estando em dia  
9 com todos os compromissos, com o superávit de R\$ 921.434,57 em 94; 2) Ressaltar  
10 o crescimento real da Instituição na aquisição de novos equipamentos e o aumento  
11 de 22% de novos pacientes particulares e 8% de pacientes conveniados; 3)  
12 Registrar o empenho da administração, valorizando seus funcionários com  
13 remuneração superior às congêneres locais<sup>55</sup>. **Doc. XXXVIII** - Quanto ao Doc. 109 -  
14 Relatório do Conselho da Fundação Educacional Presbiteriana. A CE-SC/IPB  
15 resolve: 1) Apreciar o nº 45 - bolsas restituíveis distribuídas pela Fundação; 2)  
16 Apreciar a verba votada as Instituições de Educação Teológica da IPB; 3) Aprovar  
17 os nomes dos Presbíteros Adonias Costa da Silveira, Rev. Dirceu Xavier de  
18 Mendonça e Rev. Paulo Arantes, como membros suplentes do Conselho de  
19 Curadores da Fundação; 4) Aprovar os nomes dos Presbíteros Paulo Rangel do  
20 Nascimento, Clóvis Franco; Carlos Eduardo Pereira e o Rev. Eudes Coelho, como  
21 membros titulares do Conselho de Curadores da Fundação<sup>56</sup>. **Doc. XXXIX** - Quanto  
22 ao Doc. 141 - Relatório do Secretário Geral da Infância. A CE-SC/IPB resolve: 1)  
23 Apreciar o trabalho desenvolvido pelo Secretário, considerando suas múltiplas  
24 ocupações na 1ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte; 2) Observar que o trabalho  
25 do Secretário visa o despertamento da Igreja para a sua responsabilidade com as  
26 crianças; 3) Registrar com alegria a preocupação do Secretário, em acompanhar as  
27 publicações para as crianças<sup>57</sup>. **Doc. XL** - Quanto ao Doc. 105 - Proposta de  
28 Reforma do Regimento Interno da CONEAS. A CE-SC/IPB resolve: 1) Que a sigla  
29 seja CNAS, e não CONAS como o proposto; 2) No artigo 2º, acrescentar a letra “h”  
30 com a seguinte redação: “h) supervisionar as instituições de ação social que a IPB

---

<sup>54</sup> Doc. XXXVI Solicitação do CD do Hospital do Rio Verde e do Sínodo Sudoeste Goiás

<sup>55</sup> Doc. XXXVII Relatório do Rep. Da IPB junto à Associação Beneficente Douradense.

<sup>56</sup> Doc. XXXVIII Relatório do Conselho da Fundação Educacional Presbiteriana

<sup>57</sup>

1 vota recursos”; 3) Que no artigo 5º na letra “d”, caem as expressões “...e a governar  
2 as instituições que lhe oferecem recursos”; 4) Revoga-se as disposições em  
3 contrário<sup>58</sup>. **Doc. XLI** - Quanto ao Doc. 59 - Relatório do Representante da IPB junto  
4 ao Instituto Gammon. A CE-SC/IPB resolve: 1) Registrar o superávit financeiro da  
5 Instituição, R\$ 124.554,96; 2) Ressaltar o bom trabalho desenvolvido nas reformas  
6 dos prédios e nos poli-esportivos; 3) Ressaltar o reconhecimento dos cursos de 3º  
7 Grau de Educação Física e Administração<sup>59</sup>. **Doc. XLII** - Quanto ao Doc. 127 -  
8 Relatório do Representante da IPB junto à Escola Presbiteriana de Matupá - MT. A  
9 CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar e agradecer o trabalho desenvolvido pela irmã  
10 Rosicleide Capriata de Souza, como Diretora da escola em 1993 - 1994, enviando  
11 ofício à irmã; 2) Ressaltar o bom número de alunos, que são 200; 3) Recomendar à  
12 Junta Patrimonial que faça o levantamento do patrimônio da escola e proposta de  
13 reforma do Estatuto, adequando-o à realidade<sup>60</sup>. **Doc. XLIII** - Quanto ao Doc. 52 -  
14 Relatório da Escola de Alta Floresta. A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o superávit  
15 alcançado e o aumento de alunos com o total de 289; 2) Reconhecer o trabalho  
16 administrativo da Escola quanto aos compromissos para com a Previdência Social e  
17 o FGTS, que estão em dia<sup>61</sup>. **Doc. XLIV** - Quanto ao Doc. 58 - Relatório do  
18 Representante da IPB junto ao IBEL. A CE-SC/IPB resolve: 1) Reconhecer o  
19 trabalho desenvolvido com pequeno superávit financeiro e o custo per - capta dos  
20 alunos / R\$ 2,67; 2) Apreciar o Ministério de Formação de Evangelistas para a IPB,  
21 com 37 novos obreiros; 3) Apreciar a contribuição missionária para África de fala  
22 portuguesa, com doação de livros; 4) Recomendar que a Junta Patrimonial,  
23 Econômica e Financeira faça estudo das possibilidades de envolvimento financeiro  
24 maior com a Instituição. Às 12 horas e 30 minutos suspende-se os trabalhos com  
25 oração pelo Rev. Theodoro Havinga. Às 14:00 horas reinicia-se a sessão. O  
26 Presidente convida para compor a mesa os Revs. Theodoro Havinga e Jan Jansen, e  
27 o Moderador da Evangelical Presbyterian Church, Pb. William John's, presente no  
28 plenário. A secretaria Geral do Trabalho Feminino ora e em seguida faz a leitura da  
29 Carta de Paulo aos Colossenses 2.6 e 7 e em seguida canta-se o hino 222 - “Mais  
30 perto da Cruz”. Registra-se a presença do Rev. Dr. William Graham Smith e sua

---

<sup>58</sup> Doc. XL Proposta de Reforma do Regimento Interno da CONEAS passando a sigla CNAS

<sup>59</sup> Doc. XLI Relatório do Representante da IPB junto ao Instituto Gammon

<sup>60</sup> Doc. XLII Relatório do Rep. Da IPB junto à Escola Presbiteriana de Matupá

<sup>61</sup> Doc. XLIII Relatório da Escola de Alta Floresta

1 esposa. Faz uso da palavra o Rev. Havinga que fala das Propostas da Igreja  
2 Reformada Holandesa Libertada para firmar convênio com a IPB. Em seguida faz  
3 uso da Palavra o Pb. William, saudando a CE-SC/IPB em nome da Assembléia  
4 Geral da EPC. Ora em seguida em favor da CE-SC. É oferecido aos visitantes  
5 lembranças (SAF em Revista, Anuário da IPB, Brasil Presbiteriano, o livro “A Igreja  
6 Fora do Portão” e o conjunto de Discipulado da CEP) em nome da IPB<sup>62</sup>. Passa-se a  
7 seguir a apresentação dos documentos da Subcomissão nº 05: **Doc. XLV** - Quanto  
8 ao Doc. 26 - Do Presbitério de Tatuí - SDP, proposta de jubilação do Rev. Raimundo  
9 Nunes dos Santos. A CE-SC/IPB resolve: 1) Atender e efetivar a jubilação do  
10 ministro em epígrafe, consoante o Art.49 §2º da CI/IPB, sem ônus para a IPB; 2)  
11 Reconhecer a piedade e fidelidade do obreiro no serviço de nossa amada igreja; 3)  
12 Recomendar que, à míngua de outras informações, sejam enviados ao jornal “Brasil  
13 Presbiteriano” os dados histórico-eclesiásticos do obreiro, para conhecimento da  
14 igreja; 4) Recomendar a seu Concílio que promova, caso não o tenha feito, culto  
15 especial de gratidão e louvor a Deus, pela vida e ministério de seu servo; 5)  
16 Conferir-lhe o Diploma de Jubilado e a Medalha de Mérito da IPB; 6) Destacar que a  
17 IPB é a família do irmão jubilado e que sempre estará solidária com ele e seus  
18 familiares<sup>63</sup>. **Doc. XLVI** - Pedido para se retirar do Plenário em definitivo - Rev. Arival  
19 Dias Casimiro - Aprovado em seus termos: “Por motivo superior, solicito a minha  
20 retirada em definitivo desse plenário, a partir do final do segundo expediente. Em  
21 nosso lugar, assume o Rev. Enos Moura, mui digno Secretário Executivo do Sínodo  
22 de Pernambuco”. A Subcomissão nº 05 apresenta seu relatório: **Doc. XLVII** - Quanto  
23 ao Doc. 64 - Informações e propostas quanto a SAMMAAR - Aprovado em seus  
24 termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1) aprovar o relatório com voto de apreciação e  
25 gratidão ao Senhor pelos passos dados para alcançar a necessária excelência; 2)  
26 contratar o Rev. Wedivan Moura de Oliveira como diretor administrativo, remunerado  
27 pela tesouraria da IPB, conforme proposta”<sup>64</sup>. **Doc. XLVIII** - Quanto ao Doc. 70 -  
28 Relatório da Secretaria Geral de Música - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB  
29 resolve: aprovar o relatório destacando: 1) o excelente projeto de trabalho; 2) o  
30 primeiro período de trabalho desta secretaria, nas viagens, procurando estudar e

---

<sup>62</sup> Doc. XLIV Relatório do Rep. Da IPB junto ao IBEL

<sup>63</sup> Doc. XLV Jub. Do Rev. Raimundo Nunes dos Santos

<sup>64</sup> Doc. XLVII Informações e proposta da quanto a SAMMAAR

1 avaliar a situação para então responder as diferentes necessidades da Igreja nesta  
2 área; 3) reconhecer a competência do senhor secretário geral e manifestar-lhe  
3 nosso reiterado apoio e apreço". Registra-se a presença do Maestro Parcival  
4 Módolo, Secretário Geral de Música da IPB<sup>65</sup>. **Doc. XLIX** - Quanto ao Doc. 69 -  
5 Relatório do Secretário Geral do Trabalho da Mocidade - Aprovado em seus termos:  
6 "A CE-SC/IPB resolve: 1) aprovar o relatório, parabenizando o secretário geral, Rev.  
7 Enos Moura pela dinamização do sistema de comunicação com os membros da  
8 confederação nacional do trabalho da mocidade, bem como a ampla divulgação das  
9 atividades nos principais órgãos da igreja e na imprensa secular (diário de  
10 Pernambuco e TV tribuna, canal 4 do recife); 2) recomendar que sejam baixadas aos  
11 sínodos e destes aos presbitérios e destes aos conselhos, maior divulgação do  
12 projeto memória, que visa resgatar a História da Mocidade Presbiteriana, ensejando  
13 que igual desafio possa ser assumido pelas demais Secretarias Nacionais e  
14 Confederações Nacionais, uma vez que Igreja sem memória é Igreja sem História e  
15 Igreja sem História é igreja sem identidade; 3) recomendar que o secretário nacional  
16 da mocidade entre em contato com os secretários sinodais e comissões executivas  
17 dos sínodos: Setentrional, Nordeste, Brasil Central, Brasília, Sudoeste De Goiás,  
18 Matogrossense, Pampulha-BH, Sul De Minas, Santos/Borda Do Campo, Bauru E  
19 Sul Do Brasil; a fim de que sejam criadas as respectivas confederações de  
20 mocidade; 4) parabenizar a confederação nacional da mocidade pelo seu Relatório  
21 anexo ao do Secretário Geral, tendo em vista as metas desafiadoras estabelecidas;  
22 5) registrar um voto de apreciação pelo bom trabalho realizado até aqui pela  
23 Secretaria Nacional e Confederação de Mocidade"<sup>66</sup>. **Doc. L** - Quanto ao Doc. 75 -  
24 Relatório e Projeto de Regimento Interno da CRIE - "IGREJA PRESBITERIANA DO  
25 BRASIL - COMISSÃO DE RELAÇÕES INTER-ECLESIÁSTICAS - RELATÓRIO  
26 PARCIAL - JULHO/94 - FEVEREIRO/95 - CE-SC/95 - "Para que se conheça na terra  
27 o Teu caminho; em todas as nacos a Tua salvação".- salmo 67:2) segundo a graça  
28 de Deus, foram estes os trabalhos realizados pela Comissão de Relações Inter-  
29 Eclesiásticas da Igreja Presbiteriana do Brasil. Neste 08 (oito) meses a Crie se  
30 reuniu 05 (cinco) vezes, realizando os seguintes trabalhos: REGIMENTO INTERNO  
31 - Considerando não ter a CRIE um Regimento Interno aprovado pelo SC/IPB,

---

<sup>65</sup> Doc. XLVIII Relatório da Secretaria Geral da Música

<sup>66</sup> Doc. XLIX Relatório da Secretaria Geral do Trabalho da Mocidade

1 resolveu concluir uma proposta para o Regimento Interno, a qual é encaminhada a  
2 este nobre Concílio. O Regimento muito nos ajudará para os desempenhos de  
3 nossos trabalhos. NOVA MESA - A CRIE elegeu, em sua primeira reunião, o  
4 Presidente: Rev. Guilhermino Cunha, o Vice-Presidente: Rev. Osvaldo H. Hack e o  
5 Secretário: Rev. Cleômines A. de Figueiredo. SOLICITAÇÃO DA IPB - Para termos  
6 melhor compreensão e visão de como vão as relações da IPB através de suas  
7 Igrejas e Concílio, com organizações e Igrejas no Brasil e ao redor do mundo, a  
8 CRIE resolveu solicitar a todos que tiverem algum tipo de convênio, nos mandar  
9 cópias para conhecimento. PROSSEGUIMENTO DE CONVÊNIOS E PROJETOS -  
10 Com a Evangelical Presbyterian Church (EPC) confirmamos nosso relacionamento,  
11 que tem sido abençoado e enriquecedor. O nosso presidente visitou a EPC no EUA,  
12 onde foi muito bem recebido e se confirmou, no interesse da Igreja irmã, o desejo de  
13 continuar nosso convênio e a execução de projetos que temos desenvolvido. Ali  
14 também recebeu o nosso presidente U\$ 61.505,28 ( sessenta e um mil, quinhentos e  
15 cinco dólares e vinte e oito centavos), para projetos em andamento. O Sr. Presidente  
16 da CRIE sugeriu à EPC a seguinte distribuição: JMN U\$ 20.000,00; JME U\$  
17 15.000,00; despesas da CRIE U\$ 5.000,00; para a cobertura da manutenção do  
18 Rev. Fernando Luiz, que de ser enviado, em Julho, para ser professor no  
19 Seminário Evangélico de Angola U\$ 21,505,28. A CRIE solicita à CE-SC/IPB a  
20 aprovação desta distribuição. Informa que a EPC oficiou concordando com a  
21 distribuição feita. CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO REV. Dr. ANDREW JUMPER -  
22 JMC - A CRIE muito trabalhou nestes meses, no sentido de prosseguir e acelerar a  
23 consolidação de nosso Centro de Pós-Graduação. Junto à JET conseguimos a  
24 aprovação de nomes de candidatos ao doutorado com vistas ao quadro mínimo de  
25 professores graduados do nosso Centro de Pós-Graduação. A EPC tem nos ajudado  
26 sobremaneira. Já recebemos 03 doutores, os quais a JET tudo tem feito para seu  
27 aproveitamento, na formação dos professores de Seminários da IPB. Temos  
28 procurado um intercâmbio maior com a JET, e tivemos uma reunião assaz proveitosa  
29 com seu ilustre presidente, o Pb. Dr. Adonias da Silveira. RELACIONAMENTOS  
30 COM OUTRAS IGREJAS - PRESBYTERIAN CHURCH OF AMERICA - Com um  
31 trabalho em Portugal, onde nossos missionários têm recebido apoio desta Igreja  
32 irmã, cujos princípios são muito próximos dos nossos; possibilidades estão  
33 crescendo de um possível convênio. Nos alvos da IPB, de ampliar e chegarmos a

1 300 novas Igrejas até a virada do milênio, vemos que o Senhor Jesus nos aproxima  
2 da PCA, à fim de começarmos projetos juntos nesta meta, em nosso país. Também  
3 abre-se-nos a possibilidade de trabalharmos juntos na organização da Igreja  
4 Presbiteriana de Argentina. IGREJAS COREANAS - Tivemos a alegria de receber  
5 visitas de irmãos das 02 maiores Igrejas Presbiterianas da Coréia. Com uma delas já  
6 temos convênio (TOM RAP). Abre-se a possibilidade de termos convênio, também,  
7 com a Igreja Coreana (RAP DOM) que é a outra grande Igreja da Coréia. Na visita  
8 que nos fez o Rev. John E. Kim, o mesmo vê perspectiva de intercâmbio de  
9 professores entre nossos Seminários e seu Seminário na América do Norte. Vê-se,  
10 ainda, a possibilidade de o relacionamento com estas Igrejas estabelecer a parceria  
11 na implantação de igrejas, e de ajuda à Igreja no Paraguai, na sua independência.  
12 PCUSA - PRESBYTERIAN CHURCH OF AMERICA UNITED STATES OF AMERICA  
13 - Com esta Igreja, cujo lastro histórico, a nossa, que é sua filha, foi no passado  
14 proveitoso e abençoados, a CRIE se posicionou do seguinte modo: Na visita que fez  
15 o nosso presidente à EPC, a pedido da CRIE, ele visitou também a PCUSA, afim de  
16 nos trazer um documento oficial sobre o Congresso Re-Imagining God, cuja  
17 realização e participação da PCUSA trouxe abalos, não só dentro da própria  
18 denominação, mas ainda, em todo mundo evangélico. O nosso presidente foi  
19 cordialmente recebido, e trouxe o parecer da referida Igreja. A CRIE mantém a  
20 decisão do SC/IPB, acreditando ser prudente a eqüidistância, contudo, como sói ao  
21 Espírito Santo não permitir antagonismo de inimizade, entendendo que o diálogo  
22 fraternal e franco é salutar, os princípios reformados e calvinistas de nossa Igreja  
23 serão afirmados e defendidos. THE CHURCH OF SCOTLAND ( A IGREJA DA  
24 ESCÓCIA). Um grupo de irmãos, foi convidado pelo Rev. David Burgess (Pastor da  
25 South Evangelical Church of London) para um Congresso da Igreja da Escócia em  
26 Crief. Ajudados pelo Rev. David e as próprias expensas, estes irmãos se deslocaram  
27 e passaram o mês de Janeiro na Inglaterra e Escócia. Entre eles foram 02 membros  
28 da CRIE, o secretário Rev. Cleômines A. de Figueiredo e o Pb. Custódio Pereira,  
29 sem ônus para a CRIE ou para a IPB. A CRIE os autorizou a estabelecer contatos  
30 com a Igreja da Escócia e as Organizações Proclamation Trust, Rutherford House, e  
31 outras Instituições Teológicas na Inglaterra e Escócia. INTERCÂMBIO  
32 MISSIONÁRIO ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES - A CRIE nomeou o Pb.  
33 Custódio Pereira como relator para o estabelecimento de intercâmbio, entre jovens e

1 adolescentes, com as Igrejas conveniadas. Este intercâmbio deverá ser norteado  
2 para um fortalecimento da visão missionária, evitando qualquer conotação  
3 meramente turística. São Paulo, 13 de Março de 1995. Presidência: Rev.  
4 Guilhermino Cunha - R. Silva Jardim, 23) Centro - Rio de Janeiro - CEP 20250 - 060  
5 - RJ - Tel.: (021) 262 - 2330 - Fax.: (021) 220 - 4805. Vice-presidência: Rev.  
6 Oswaldo Henrique Hack - Av. Trompowski, 265 - Apto. 901 - Florianópolis - CEP  
7 88015 - 300 - SC. Tel.: (0482) 35 - 3171 - Fax.: (0482) 23) 2881. Secretário: Rev.  
8 Cleômines A. de Figueiredo - Av. Pe. Sabóia de Medeiros, 223 - Alto de Vila Maria -  
9 São Paulo - CEP 02134 - SP - Tel.: (011) 201 - 5412. ANTEPROJETO DE  
10 REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES INTER-ECLESIÁSTICAS -  
11 I - DA NATUREZA - Art. 1º - A CRIE é uma comissão da IPB que tem como objetivo  
12 estabelecer e manter relacionamentos e convênios inter-eclesiásticos, no Brasil e no  
13 Exterior, mediante a aprovação do SC, e nos interregnos da CE-SC. Art.2º - A CRIE  
14 é constituída de 5 membros, sendo o Presidente e SE-SC/IPB, membros natos e os  
15 outros 3 membros, eleitos pelo SC, quadrienalmente. Parágrafo único: O Supremo  
16 Concílio elegerá 3 membros suplentes a serem convocados na ordem que forem  
17 eleitos. II - DA COMPETÊNCIA - ART.3º - Compete à CRIE: a-) Representante a IPB  
18 junto às Igrejas com as quais o SC tenha aprovado relacionamento; b-) Propor e  
19 intermediar projetos com as Igrejas identificadas na alínea "a", deste artigo, em favor  
20 das entidades da IPB que solicitarem apoio; c -) Reunir-se com as comissões  
21 congêneres das Igrejas convencidas de acordo com as diretrizes aprovadas em  
22 comum acordo. d -) Reunir-se trimestralmente, em caráter ordinário, em datas  
23 fixadas pela própria comissão, e em caráter extraordinário, sempre que se fizer  
24 necessário; e -) Prestar Relatório anual à CE-SC/IPB e quatrienalmente ao SC, de  
25 suas atividades; f -) Receber e encaminhar, sempre que possível, na forma  
26 estabelecida nos convênios, os projetos das diversas entidades às Igrejas  
27 conveniadas, através das respectivas comissões; g -) Manter a Mesa da CE-SC/IPB  
28 informada de tudo o que se lhe refere, no que tange aos convênios, suas juntas,  
29 comissões e autarquias; h -) Coordenar, com apoio da tesouraria da IPB, os  
30 recursos financeiros e sua aplicação; i -) Eleger, bienalmente, sua mesa; j -)  
31 Apresentar à Junta Patrimonial, Econômica e Financeira sua proposta orçamentária,  
32 na data própria; l -) Eleger membros para representá-la, quando se tratar de reuniões  
33 conjuntas, de acordo com as disponibilidades financeiras, anualmente; m -)

1 Hospedar os representantes de outras Igrejas quando se tratar de reuniões no  
2 Brasil; n -) Designar coordenadores para promoções de intercâmbio e outras,  
3 quando necessário; o -) manter as instituições, juntas e comissões, informadas  
4 quando se tratar de seus projetos, e receber informações das mesmas sobre o  
5 desenvolvimento dos projetos aprovados, até a sua conclusão. Art.4º - Os contatos  
6 com quaisquer Igrejas ou Instituições no exterior, devem ser feitos através da CRIE  
7 e/ou com seu conhecimento. III - DA DIRETORIA - Art.5º - Poderá a CRIE, se  
8 necessário, convidar representantes das entidades da IPB, beneficiadas por projetos  
9 de apoio, para comparecerem às reuniões conjuntas com as congêneres, a fim de  
10 prestar e receber esclarecimentos. Art.6º - A CRIE planificará as atividades em  
11 parceria com as Igrejas conveniadas, independentemente de solicitações de  
12 entidades da IPB. Art.7º - A CRIE funciona sob coordenação de sua Mesa,  
13 constituída de Presidente, Vice-Presidente e Secretários, eleitos bienalmente; §1º -  
14 Compete ao Presidente: a -) Convocar e presidir as reuniões da CRIE; b -)  
15 Representar a CRIE; c -) Prestar Relatórios. §2º - Compete ao Vice-Presidente  
16 substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos. §3º - Compete ao Secretário:  
17 a -) Fazer a correspondência da CRIE; b -) Lavrar, transcrever e arquivar as atas  
18 das suas reuniões; c -) Distribuir cópia das atas aos membros; d -) Elaborar os  
19 relatórios anual à CE-SC/IPB e quadrienal ao SC/IPB. §4º - Compete ao 2º  
20 Secretário: a -) Organizar e ter sob sua guarda os arquivos da CRIE; b -) Manter o  
21 cadastro das Igrejas e Instituições Conveniadas; c -) Acompanhar a execução de  
22 cada projeto; §5º - Os membros da Mesa poderão ser reeleitos, findados seus  
23 mandatos, bienalmente. Art.8º - Qualquer membro que tiver impedimento para  
24 comparecer às reuniões da CRIE, deve avisar ao Presidente, com tempo suficiente  
25 para convocação do suplente. IV - DA REFORMA - Art.9º - Este Regimento poderá  
26 ser reformado por proposta da CRIE, aprovada pela CE-SC/IPB ou pelo SC. V - DAS  
27 DISPOSIÇÕES FINAIS - Art.10 - São nulas, de pleno direito, quaisquer disposições  
28 e resoluções, que, no todo em parte, implícita ou expressamente, contrariarem ou  
29 ferirem a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil. Art.11 - Este regimento  
30 entrará em vigor, após sua aprovação pela CE-SC. Aprovado em seus termos: "A  
31 CE-SC/IPB resolve: 1) aprovar o relatório, acrescentando para o conhecimento da  
32 CE-SC/IPB os seguintes documentos: a) parecer da PCUSA quanto ao congresso  
33 "Re-Imagining" promovido com recursos e participação desta denominação; b) artigo

1 publicado pela revista “ christianity today” que fala de novas participações e  
2 financiamentos desta diabólica heresia após terem proferido o tímido parecer, retro  
3 mencionado; 2) reconhecer a importância de futuro acordo de cooperação  
4 missionária com a PCSA; 3) parabenizar a comissão pelo seu excelente trabalho; 4)  
5 aprovar o regimento interno da crie nos seus termos”<sup>67</sup>. Em seguida ora o Rev.  
6 Carlos Aranha Neto rogando as Bênçãos de Deus sobre os Revs. Theodoro havinga  
7 e Jan Jansen que se ausentam do plenário. **Doc. LI** - Quanto ao Doc. 67 - Relatório  
8 da Secretaria Geral do Trabalho Feminino. A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar  
9 destacando os itens: a) Proposta de aumento da Revista da SAF de 26.000 para  
10 50.000 em 1998; b) Criação da Secretaria de Missões e Evangelização; c) Projeto de  
11 criação do Museu do Trabalho Feminino; d) Viagem a Cochabamba / Bolívia, para  
12 organizar o trabalho feminino lá; e) contatos com as diversas entidades da Igreja; f)  
13 reuniões diversas; 2) Realça-se o excelente trabalho desenvolvido pela Secretaria  
14 Geral do Trabalho Feminino; 3) Registra-se voto de apreciação pela maneira  
15 dinâmica e bem acertada como se ateve a senhora Secretária<sup>68</sup>. **Doc. LII** - Quanto  
16 ao Doc. 71 - Ofício da Confederação Nacional das SAFs, sobre a “SAF em Revista”.  
17 A CE-SC/IPB resolve: Atender pedido da Confederação Nacional da SAFs,  
18 passando a responsabilidade da confecção da “SAF em Revista” à esta  
19 Confederação, ficando sob a orientação e supervisão da Secretaria Geral do  
20 Trabalho Feminino<sup>69</sup>. **Doc. LIII** - Quanto ao Doc. 72 - Renovação nas Diretrizes do  
21 Projeto - Museu do Trabalho Feminino, em que a Presidente da CNTF das SAFs  
22 solicita que o Projeto de Criação do Museu do Trabalho Feminino seja assumido  
23 pela Confederação Nacional do Trabalho Feminino. A CE-SC/IPB resolve: Atender,  
24 conforme a solicitação, através da Secretaria de Cultura da referida entidade.  
25 Registra-se a presença dos Revs. Zaqueu Ribeiro e Pérsio Gomes de Deus<sup>70</sup>. Às  
26 18:00 horas prorroga-se o horário regimental até as 18 horas e 30 minutos. **Doc. LIV**  
27 - Quanto ao Doc. 68 - Relatório da Secretaria Geral do Trabalho da Adolescência. A  
28 CE-SC/IPB resolve: Aprovar o Relatório, reconhecendo o dinâmico das ações  
29 realizadas em tão curto espaço de tempo, esperando que os próximos relatórios  
30 sejam mais detalhados e mais ricos de feitos que visem o prioritário crescimento

---

<sup>67</sup> Doc. L Relatório de Projeto do RI da CRIE

<sup>68</sup> Doc. LI Relatório da Secretaria Geral da SAF

<sup>69</sup> Doc. LII Da CNSAF sobre SAF EM REVISTA

<sup>70</sup> Doc. LIII Sobre Museu do Trabalho Feminino

1 espiritual dos nossos preciosos adolescentes<sup>71</sup>. **Doc. LV** - Quanto ao Doc. 73 -  
2 Relatório da Secretaria Geral de Estatística - IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL  
3 - Secretaria Geral de Estatística - À Comissão Executiva do SC/IPB - RELATÓRIO  
4 DA SECRETARIA GERAL DE ESTATÍSTICA - Diletos irmãos, fui incumbido da  
5 máxima responsabilidade de elaborar uma Estatística de nossa amada Igreja,  
6 devendo apresentá-la nessa presente reunião, contudo vários fatores impediram -  
7 me de cumprir tão importe missão: Tempo insuficiente para tanto, aquisição de  
8 equipamento compatível com o trabalho e o antigo problema da recepção do  
9 material em dia. Contudo quando tomei posse dos documentos, procurei ultimar os  
10 trabalhos e estou-lhes enviando uma referência numérica do que tenho em mãos  
11 (Ver no quadro numérico, DTATUP, refere-se à última data do mapa estatístico).  
12 Espero em Deus que num curto prazo, poderei fornecer dados mais confiáveis e  
13 atualizados, bem como uma Estatística de Fato, com gráficos e maiores elucidações  
14 à Mesa do Supremo Concílio. Eis alguns destaques, apenas como curiosidades nos  
15 quadros anexo. Rev. Josias dos Reis Coelho - Secretário Geral de Estatística -  
16 "Unidade no essencial; liberdade nos não - essenciais; caridade em tudo. "Rua José  
17 Dias Santana, 126; jardim Germânia; 05849 - 380; São Paulo; SP. Fone.  
18 (011)511.9375/520.9734: DESCRIÇÃO: Nº de Igrejas - Quantidades = 1.585;  
19 Pbt/MAIOR = Campinas com 24; Pbt/MENOR = Vários com 4; Média/Pbt = 8,7. Nº de  
20 Cong. Presbiteriais - Quantidades = 138; Média/Pbt = 0,8. Nº de Cong. Igrejas -  
21 Quantidades = 1.498; Pbt/MAIOR = Brasília com 40; Pbt/MENOR = Vários com 1;  
22 Média/Pbt = 8,2. Nº de Ponto de Pregações - Quantidades = 1.489; Pbt/MAIOR =  
23 Ceará com 46; Pbt/MENOR = Vários com 1; Média/Pbt = 8,1. Nº de Pastores -  
24 Quantidades = 1.770; Pbt/MAIOR = Unido com 36; Pbt/MENOR = Itamaraju e Oeste  
25 Catarinense com 3; Média/Pbt = 9,7. Nº de Licenciados - Quantidades = 58;  
26 Média/Pbt = 0,3. Nº de Candidatos - Quantidades = 360; Média/Pbt = 2. Nº de  
27 Evangelistas - Quantidades = 162; Média/Pbt = 0,9. Nº de Presbíteros - Quantidades  
28 = 7,791; Pbt/MAIOR = Rio Doce com 108; Pbt/MENOR = Equatorial e Centro Oeste  
29 do Ceará com 13; Média/Pbt = 42,6. Nº de Diáconos - Quantidades = 8,377;  
30 Pbt/MAIOR = Campinas com 145; Pbt/MENOR = Equatorial com 6; Média/Pbt = 45,8.  
31 Nº de Memb. Comungantes - Quantidades = 229.437; Pbt/MAIOR = Rio de Janeiro  
32 com 4216; Pbt/MENOR = Centro Oeste do Ceará com 251; Média/Pbt = 1253,8. Nº

---

<sup>71</sup> Doc. LIV Relatório da Secretaria Geral do Trabalho da Adolescência

1 de Memb. Não Comung. - Quantidades = 104.818; Pbt/MAIOR = Alto Paranaíba com  
2 1843; Pbt/MENOR = Centro Oeste do Ceará com 135; Média/Pbt = 572,8. Nº de  
3 Alunos Esc. Dom. - Quantidades = 281.073; Pbt/MAIOR = Rio Doce com 5908;  
4 Pbt/MENOR = Itabuna com 193; Média/Pbt = 1536,0. Nº de Membros da UCP -  
5 Quantidades = 23.968; Pbt/MAIOR = Amazonas com 488; Pbt/MENOR = Piratininga  
6 com 8; Média/Pbt = 131,0. Nº de Membros da UPA - Quantidades = 21.940;  
7 Pbt/MAIOR = Campinas com 422; Pbt/MENOR = Sul Rondônia com 14; Média/Pbt =  
8 120,0. Nº de Membros da UMP - Quantidades = 34.837; Pbt/MAIOR = Vale Araguaia  
9 com 762; Pbt/MENOR = Região dos Lagos com 48; Média/Pbt = 190,0. Nº de  
10 Membros da SAF - Quantidades = 46.469; Pbt/MAIOR = Alto Paranaíba com 778;  
11 Pbt/MENOR = Equatorial e Centro Oeste do Ceará com 56; Média/Pbt = 254,0. Nº de  
12 Membros da UPH - Quantidades = 16.191; Pbt/MAIOR = Itapemirim com 270;  
13 Pbt/MENOR = Sergipe com 11; Média/Pbt = 88,0. Aprovado em seus termos: “A CE-  
14 SC/IPB resolve: Aprovar o relatório, destacando o esforço do senhor secretário geral,  
15 reconhecendo suas dificuldades estruturais para a consecução de tal tarefa”<sup>72</sup>.  
16 **Doc. LVI** - Quanto ao Doc. 74 - Relatório de Atividades da Comissão de  
17 Organização e Métodos e seu Regimento Interno. A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar  
18 o Relatório; 2) Aprovar seu Regimento Interno, com as seguintes alterações: a)  
19 Mudar sua sigla para “CSM”; b) Suprimir o Art.4º; c) Suprimir do Art.7º, na alínea (a)  
20 “..., e da Mesa”; d) Suprimir o Art. 11; e) Ao Art. 13 acrescentar - “ou pela CE-SC/IPB  
21 e ou pelo Supremo Concílio/ IPB”; f) O Art.14 terá a seguinte redação - “Os casos  
22 omissos deste Regimento serão resolvidos pela CSM, ad-referendum da CE-SC/IPB  
23 ”. Nomeia-se a seguinte comissão para tratar sobre proposta de Eleição e/ou  
24 Nomeação de Vice-presidente: Revs. Noé de Paula Ramos, Silas de Campos,  
25 Ludgero Bonilha Moraes, Elias Dantas Filho, Daniel Bittencourt, Paulo Viana de  
26 Moura e o Pb. Damócles Perroni Carvalho<sup>73</sup>. **Doc. LVII** - Quanto ao Doc. 66 -  
27 Relatório da Secretaria Geral do Trabalho Masculino - Aprovado em seus termos: “A  
28 CE-SC/IPB resolve: Aprovar o relatório, apreciando o trabalho do secretário geral,  
29 Presbitério Alberto Robrigues Roque, bem como o do presidente da Confederação  
30 Nacional dos Homens Presbiterianos, anexo ao relatório do referido secretário ter  
31 participado de quase todos os congressos e bienais realizados nas diversas regiões

---

<sup>72</sup> Doc. LV Relatório da Secretaria geral de Estatística

<sup>73</sup> Doc. LVI Relatório da CMS e seu RI

1 do país; - Registrar um voto de apreciação pelo trabalho do secretário geral, bem  
2 como o do presidente da Confederação Nacional dos Homens Presbiterianos pela  
3 forma e conteúdo do relatório apresentado; - Baixar o orçamento à Subcomissão nº  
4 1<sup>74</sup>. Às 18 horas e 30 minutos suspendem-se os trabalhos. As 20:00 horas  
5 reiniciam-se os trabalhos com Culto de Ação de Graças pela vida dos Pastores que  
6 foram jubilados por esta CE-SC/IPB. O Culto constou de: Oração pelo Presidente;  
7 Cântico do hino 14 “Louvor”; leitura no Salmo 126 pelo Secretário Executivo; Oração  
8 pelo Rev. Marcelino Pires de Carvalho, presente no plenário; e pregação pelo Rev.  
9 Zaqueu Ribeiro no texto de Mateus 16.16 a 20. Canta-se o hino 284 “Obediência”.  
10 Passa-se a seguir a homenagem dos pastores jubilados presentes: Revs. Celso  
11 Wolf, Isaias de Souza Maciel, Paulo de Oliveira Cordeiro, Raimundo Nunes dos  
12 Santos e Zaqueu Ribeiro. Canta o quarteto da Casa Editora Presbiteriana - CEP. O  
13 Rev. Raimundo Nunes impetra a Bênção Apostólica tendo os seus braços  
14 sustentados pelo Revs. Autair Emerick e Josué Alves Ferreira, à semelhança de  
15 Moisés abençoando o povo de Israel. Canta-se o Tríplice Amém. O quarteto canta  
16 novamente encerrando o Culto de Ação de Graças pela vida dos jubilados. Faz-se  
17 uma breve pausa. Reinicia-se os trabalhos com oração pelo Rev. Rubens Thomas  
18 de Aquino. Dá-se assento ao Rev. Enos Moura, em lugar do Rev. Arival Casimiro  
19 Dias que se retirou do plenário<sup>75</sup>. **Doc. LVIII** - Quanto ao Doc. 125 - Planejamento  
20 para o ano 2.000 e realizando já - Aprovado em seus termos: “Da: Presidência do  
21 Supremo Concílio da IPB - Para: Liderança da Igreja Presbiteriana do Brasil:  
22 Presidentes de Sínodos, membros da Mesa do Supremo Concílio, Secretarias  
23 Gerais, Autarquias, Comissões e Presidentes de Confederações Nacionais. Meus  
24 irmão e minha irmã, *“Portanto, meus amados irmãos, sede firmes, inabaláveis e*  
25 *sempre abundantes na obra do Senhor, sabendo que, no Senhor, o vosso trabalho*  
26 *não é vão.*” (1Co.15:58). É um prazer e uma bênção trabalharmos juntos para o bem  
27 da Igreja e para a glória de Deus. A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma herança de  
28 fé que nos foi legada pelos que vieram antes de nós. Cumpre-nos tudo fazer para  
29 preservar a paz, a unidade e a pureza da Igreja. Um elemento destes não pode ser  
30 enfatizado em detrimento dos outros. A nossa herança de fé cristã, evangélica,  
31 reformada e calvinista legou-nos, como Igreja Presbiteriana do Brasil, um sistema de

---

<sup>74</sup> Doc. LVII Relatório da Secretaria Geral do Trabalho Masculino

<sup>75</sup> Culto dos Jubilados

1 doutrina, governo e disciplina que precisamos saber valorizar. A base é a Soberania  
2 de Deus. Decorrente desta, a soberania da Palavra de Deus, que é para nós a  
3 nossa única regra infalível de fé e prática. Eis porque a nossa doutrina é bíblica, o  
4 nosso sistema de governo e de disciplina são os mais próximos e coerentes com a  
5 Palavra de Deus. Preservemos a nossa identidade. Ilustre irmãos e irmã,  
6 companheiros de ministério e de equipe de trabalho, passo às suas mãos as linhas  
7 mestras do plano de ação para o quadriênio 94/98: PLANEJAMENTO PARA O ANO  
8 2.000 E REALIZANDO JÁ. Documento anexo. Leia - o primeiro, depois volte à esta  
9 carta. Grato. o Planejamento Global para o quadriênio 94/98 deve ser visto como  
10 metas gerais para a Igreja, como desafios de fé, como pontos de partida para cada  
11 secretaria geral, confederação nacional, junta, comissão ou autarquia da IPB, no que  
12 for aplicável a cada caso, evidente. Esperamos que cada segmento da Igreja,  
13 partindo dessa base mínima inicial, faça o seu planejamento com alvos claros,  
14 mensuráveis e factíveis. Se cada um de nós realizar um pouco, juntos e somados,  
15 realizaremos muito mais. Mantenhamos o foco. O nosso objetivo maior é o  
16 crescimento da Igreja, é a expansão do Reino de Deus. Queremos, todos, ganhar  
17 almas para Jesus, fazer novos discípulos e plantar novas igrejas. Tudo o que  
18 fizermos, em palavras ou em ação, devemos fazê-lo em nome de Jesus e para a  
19 glória de Deus Pai. "SOLI DEO GLORIA". a) CRESCIMENTO INTEGRAL E  
20 INTEGRADO DA IGREJA - É preciso crescer em número, crescer em graça, no  
21 conhecimento e na capacidade de amar e servir. O alvo é chegarmos ao ano 2.000  
22 com, pelo menos, um milhão de crentes presbiterianos no Brasil. Mesmo partindo de  
23 um número mínimo de 50 mil crentes adultos, e somos muito mais, se cada um fizer  
24 um discípulo para Cristo por ano, e o novo discipulado se transformar em  
25 discipulador, a progressão geométrica nos levará a um milhão e seiscentos mil  
26 crentes, no ano 2.000. b) DISCIPULADO E GRUPOS PEQUENOS - Adotar o  
27 discipulado como um dos métodos de crescimento da Igreja, sem prejuízo dos  
28 demais métodos bíblicos e válidos. Integrar os novos discipulados à Igreja através  
29 de pequenos grupos de louvor e estudo da Bíblia, e de oração. Imprimir,  
30 inicialmente, 20 mil conjuntos de 13 lições a serem usadas pelo discipulador e pelo  
31 discipulado. Aumentar a tiragem à luz da demanda. Cada discipulador e  
32 considerado um ganhador de almas e adquirirá, a preço mínimo de custo, o seu kit  
33 de discipulado através da Casa Editora Presbiteriana. O custo será mínimo, porque

1 subsidiado com patrocínio. Cada pastor, em nível de igreja local, deverá  
2 supervisionar os discipuladores, formar ou não os pequenos grupos. c)  
3 **PLANTANDO IGREJAS NO BRASIL E NO EXTERIOR** - Para se plantar uma nova  
4 igreja poderá existir parceria entre igrejas e concílios do Brasil e do exterior, desde  
5 que a orientação doutrinária seja bíblica e presbiteriana, dentro dos princípios  
6 Reformados e dada pela Igreja Presbiteriana do Brasil. É preciso respeitar os  
7 convênios e acordos existentes. Nos países onde formos plantar novas igrejas, fá-lo  
8 sempre através da Junta de Missões Estrangeiras. No Brasil, através de Conselhos,  
9 Presbitérios e Sínodos, em harmonia com a Junta de Missões Nacionais, que tem  
10 atuado em campos pioneiros que, uma vez consolidados, são transferidos a  
11 Presbitérios e Sínodos. O importante mesmo é ganhar almas para Jesus, fazendo  
12 novos discípulos, integrando-os por meio de pequenos grupos e plantando novas  
13 igrejas. Porém, isto não significa servir desordenadamente e a qualquer custo. O  
14 crescimento precisa ser integral e integrado. D) **CENTRO DE AVALIAÇÃO DE**  
15 **PLANTADORES DE IGREJA** - O plantador de igrejas é, antes de tudo, um  
16 vocacionado por Deus. É um tipo especial de pessoa que tem paixão pelas almas e  
17 espírito pioneiro. É um empreendedor organizado, corajoso, persistente, piedoso e  
18 eficiente. Para avaliar tais qualidades, além da auto-análise e autocrítica, é  
19 necessário e possível usar técnicas modernas de textos, psicológicos, exercícios  
20 simulados e observação - como os já tentados pela igreja - irmã, a PCA  
21 (Presbyterian Church of America) conhecidos como Assessment Center ou Centro  
22 de Avaliação de Plantadores de Igrejas. Temos um já funcionando no Brasil, no Rio  
23 de Janeiro, na Igreja do Rio, e que poderá ser usado por todos os interessados. e)  
24 **PROJETOS** - Os projetos de parceria deverão ser elaborados dentro de critérios  
25 missiológicos, incluindo análise demográfica, perfil sócio – econômico e cultural do  
26 público alvo. Os custos deverão ser reais e mínimos, compatíveis com cada região.  
27 É importante fazer avaliação periódica e estabelecer metas claras, definidas,  
28 objetivas, com prazos fixos. O tempo de maturação do trabalho pioneiro pode variar  
29 de 2 até 5 anos, no Brasil. É importante prever, desde logo, que a partir do 1º ano, a  
30 futura igreja participa dos seus custos até assimilá-los por inteiro. É possível se fazer  
31 um projeto de ação social e comunitária, junto à futura igreja. É possível se fazer um  
32 projeto educacional: uma escola e/ou cursos profissionalizantes ou de alfabetização  
33 de adultos. Esta é a missão integral da Igreja: pregar o Evangelho do Reino; ensinar

1 tudo o que Jesus tem ordenado; e curar toda sorte de doenças, enfermidades e  
2 males físicos, emocionais, espirituais, econômicos, sociais ou políticos. Peço a Deus  
3 que os abençoe na análise destas sugestões. Se vocês já têm planos mais amplos e  
4 mais ousados, em suas regiões, compartilhem conosco. Convido e conclamo o povo  
5 presbiteriano de todo o Brasil para trabalharmos juntos, servindo ao Senhor com  
6 alegria, ganhando almas para Jesus, fazendo novos discípulos, formando pequenos  
7 grupos, plantando igrejas. Diz a Bíblia: "...e o que ganha almas é sábio" (Pv.11:30b).  
8 Em oração, apresento-lhes cordiais e fraternas saudações presbiterianas. Rev.  
9 Guilhermino Cunha - Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do  
10 Brasil - 94/98 P. S.: Pedimos aos irmãos Relatores de Comissões, Secretários  
11 Gerais, Presidentes de Juntas, de Autarquias e de Confederações, que estejam  
12 atentos para a convocação que o SE-SC/IPB está expedindo para a reunião da  
13 Liderança da IPB com os membros da Mesa da CE-SC/IPB do SC/IPB, nos dias 10 a  
14 13 de março de 1995, no Acampamento Cabuçu, do Instituto Mackenzie, em SP.  
15 'PLANEJAMENTO PARA O ANO 2.000 REALIZANDO JÁ'<sup>76</sup>. **Doc. LIX** - Quanto ao  
16 Doc. 117 - Acordo de Cooperação com a Igreja Reformada Holandesa Libertada.  
17 Considerando: 1) Que as exigências da resolução do SC/94, foram cumpridas no  
18 que concerne ao envio dos Estatutos e Confissão de Fé da Igreja Reformada  
19 Holandesa Libertada; 2) Que inexiste quaisquer conflitos doutrinários entre a IPB e  
20 aquela Igreja irmã. A CE-SC/IPB resolve: Autorizar a mesa do SC a dar os devidos  
21 passos no sentido de firmar acordo de cooperação com a referida Igreja Reformada  
22 Holandesa Libertada<sup>77</sup>. **Doc. LX** - Quanto ao Doc. 76 - Relatório anual e metas de  
23 "Luz Para o Caminho". A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar o relatório das atividades  
24 de Luz Para o Caminho referente ao exercício findo, ressaltando os bons serviços  
25 prestados a causa da divulgação das boas novas mediante farta produção de  
26 programas para Rádios, Televisão e Literatura, bem como grande somas de  
27 chamadas para aconselhamento no ministério Disque - Paz e outros; 2) Atender sua  
28 solicitação, reconduzindo os irmãos: Rev. Paulo Bronzéli e Presbíteros: Paulo  
29 Fernando Borges Mauer e Paulo Joaquim Martins Ferraz à Assembléia de LPC  
30 como representantes da IPB para o biênio 95/96<sup>78</sup>. Prorroga-se o horário regimental

---

<sup>76</sup> Doc. LVIII Planejando para o ano 2000 e realizando já.

<sup>77</sup> Doc. LIX Acordo de Cooperação com a Igreja Reformada Holandesa Libertada

<sup>78</sup> Doc. LX Relatório Anual e metas de Luz Para o Caminho

1 até as 24 horas. **Doc. LXI** - Quanto ao Doc. 77 - “Princípios de Fé, Estatuto e  
2 Assembléia Geral Extraordinária da Associação Evangélica Brasileira - AEVB.  
3 Considerando: 1) Que os princípios de fé e teologia da AEVB não colidem com os  
4 princípios doutrinários e símbolos de fé da IPB; 2) Que a AEVB, no momento  
5 histórico é um órgão que pode falar em nome dos evangélicos na conjuntura sócio -  
6 econômica - política - religiosa brasileira; 3) Que alguns líderes e membros de nossa  
7 Igreja são Associados à AEVB, alguns participantes, inclusive, do quadro de sua  
8 liderança; 4) Que tanto a filiação, quanto o desligamento da IPB à AEVB dependerá  
9 da fidelidade desta em manter-se fiel a seus princípios de fé e Estatutos; A CE-  
10 SC/IPB resolve: Autorizar sua Mesa a dar os passos necessários para devida  
11 filiação. Quanto ao Doc. 78 - Relatório da JURET-DNE. A CE-SC/IPB resolve:  
12 Aprovar o Relatório da JURET do Seminário Presbiteriano “Rev. Denoel Nicodemos  
13 Eller”, com os seguintes destaques: a) Implantação do Bacharelado em Teologia  
14 noturno para 1995; b) Adquiriu terreno para a construção da sede própria do  
15 Seminário; c) Investiu na formação de pós graduação de três professores, enviando-  
16 os ao Curso de Pós Graduação do Seminário Presbiteriano “Rev. José Manoel da  
17 Conceição”, nas áreas de História da Igreja, Velho e Novo Testamentos; d) O Corpo  
18 Docente foi composto de 23 professores; o Corpo Discente contou com 66 alunos<sup>79</sup>.  
19 **Doc. LXII** - Voto de dissenso do Rev. Ludgero Bonilha Morais pela aprovação  
20 do Doc. LXI: “Peço, com todo respeito, para que se registre meu voto de  
21 dissenso, contrário à decisão desta CE-SC/IPB que vota pela associação da  
22 Igreja Presbiteriana do Brasil à AEVB, por considerar esta decisão precipitada”<sup>80</sup>.  
23 **Doc. LXIII** - Quanto ao Doc. 123 - Criação da Promotoria de Eventos da IPB.  
24 Considerando: 1) A complexidade de uma montagem das programações de todos os  
25 Órgãos e Departamentos da IPB, tendo cada um deles seus assessores e suas  
26 programações próprias; 2) A grande extensão territorial em que está situada a IPB;  
27 3) Que as múltiplas atividades da Igreja seriam coordenadas por uma só pessoa. A  
28 CE-SC/IPB resolve: Não aprovar a criação da promotoria de Eventos<sup>81</sup>. **Doc. LXIV** -  
29 Quanto aos Documentos nº 53, 41 e 101 - Proposta de alteração estatutária da  
30 Escola de Alta Floresta, pedido de transferência de Patrimônio e gerenciamento da

---

<sup>79</sup> Doc. LXI Princípios de fé, Estatuto e Assembléia Geral da AEVB

<sup>80</sup> Voto de Dissenso ref. Doc LXI

<sup>81</sup> Doc. LXIII criação da Promotoria de Eventos da IPB

1 Escola Presbiteriana de Alta Floresta e solicitação de verba para ampliação da  
2 Escola da Alta Floresta. A CE-SC/IPB resolve: 1) Determinar que a Junta Patrimonial  
3 faça o estudo do patrimônio e avaliação da necessidade de ampliação da escola e a  
4 possibilidade de recursos; 2) Determinar que a Junta Patrimonial faça o estudo dos  
5 Estatutos adequando-os à nova realidade<sup>82</sup>. Às 24 horas e 04 minutos, encerra-se a  
6 presente sessão com oração pelo Rev. Ludgero Bonilha Moraes<sup>8384</sup>. Nada mais  
7 havendo a tratar lavro e assino a presente ata.

8 .....

9 **Ata da Quarta Sessão Regular da CE-SC/IPB**

10  
11 Às 08 horas do dia 17 do mês de março de 1995, na capela do Acampamento  
12 Cabuçú, em Guarulhos - SP, reúne-se a CE-SC/IPB em sua Quarta Sessão Regular,  
13 sob a presidência do Rev. Guilhermino Cunha. O exercício devocional é dirigido  
14 pelo Rev. João Inácio de Souza Martins, que constou do Cântico dos hinos 93 e 144  
15 e leitura bíblica em I Corintios 16.13 - 14, orando o Rev. Jaime Marcelino de Jesus.  
16 Faz-se a meditação sobre o texto bíblico, canta-se o hino 145, orando o Rev. Noé  
17 de Paula Ramos e bênção apostólica pelo dirigente. São apresentadas informações  
18 dos Sínodos do Nordeste. Assume a presidência o Rev. Guilhermino Cunha,  
19 registrando-se a presença de 42 representantes de Sínodos e 03 membros da  
20 mesa. Entra o **Doc. LXV** - Pedido de licença para retirar-se, em definitivo, o Rev.  
21 Fernando Hamilton Costa - Atendido, nos seus termos: "Solicito à CE-SC/IPB  
22 consentimento para me retirar em definitivo desta reunião a partir do final da 1ª  
23 Sessão de Sexta - feira dia 17/03/1995. Este pedido é motivado para atender  
24 compromissos pastorais assumidos antes da convocação desta reunião reforçado  
25 por acontecimento de emergência surgido na data de hoje". Registra-se a presença  
26 dos Revs. Alceu Davi cunha e Hermistein Maia Pereira Costa. Passa-se à ordem do  
27 dia relatando a Subcomissão nº 07, aprovando-se os seguintes documentos: **Doc.**  
28 **LXVI** - Quanto ao Doc. 78 - Relatório da JURET-DNE. A CE-SC/IPB resolve:  
29 Aprovar o Relatório da JURET do Seminário Presbiteriano "Rev. Denoel Nicodemos  
30 Eller", com os seguintes destaques: a) Implantação do Bacharelado em Teologia  
31 noturno para 1995; b) Adquiriu terreno para a construção da sede própria do

---

<sup>82</sup> Doc. LXIV Proposta de alteração estatutária da Escola de Alta Floresta

<sup>83</sup> Encerramento da terceira Sessão Regular às 24h04m.

<sup>84</sup> Inicia-se a Quarta Sessão Regular às 08h17m do dia 17.03.95 sob a presidência do Rev. Guilhermino.

1 Seminário; c) Investiu na formação de pós graduação de três professores, enviando-  
2 os ao Curso de Pós Graduação do Seminário Presbiteriano “Rev. José Manoel da  
3 Conceição”, nas áreas de História da Igreja, Velho e Novo Testamentos; d) O Corpo  
4 Docente foi composto de 23 professores; o Corpo Discente contou com 66 alunos<sup>85</sup>.  
5 **Doc. LXVII** - Quanto ao Doc. 131 Relatório da JURET-JMC. A CE-SC/IPB resolve:  
6 Aprovar o Relatório da JURET do Seminário Presbiteriano “Rev. José Manoel da  
7 Conceição”, com os seguintes destaques: a) A oferta do Bacharelado em Teologia  
8 nos períodos diurno e noturno, Música Sacra e Pós Graduação em Teologia  
9 Sistemática, Velho e Novo Testamentos e História da Igreja. b) O Corpo Docente  
10 composto de 32 professores; o Corpo Discente com cerca de 180 alunos em todos  
11 os cursos oferecidos; a matrícula de 56 novos alunos para 1995, nos quatro  
12 cursos<sup>86</sup>. **Doc. LXVIII** - Quanto ao Doc. 81 - Relatório da JURET-SPS. A CE-SC/IPB  
13 resolve: Aprovar o relatório da JURET-SPS, destacando: a) A JURET reuniu-se 6  
14 vezes, supervisionando o SPS em sua administração, ensino e demais atividades.  
15 b) Ofereceu o Mestrado em Educação Cristã em aulas normais, passando em 1995  
16 para o sistema de módulos, visando possibilitar maior participação de alunos de  
17 outras partes do Brasil. c) Implementou o Mestrado em Missões, já aprovado pela  
18 Junta de Educação Teológica, que será oferecido em 1995, também pelo sistema de  
19 módulos. d) Realizou o Instituto de Pastores em conjunto com Luz Para o Caminho.  
20 e) A Biblioteca/SPS recebeu 447 novos títulos e adquiriu o programa ISIS 3.07. f)  
21 Com a colaboração de todos os professores da Casa, promoveu-se a atuação  
22 pastoral e psicológica em atendimento aos alunos<sup>87</sup>. **Doc. LXIX** - Quanto ao Doc. 83  
23 - Relatório Anual JURET-SPN. A CE-SC/IPB resolve: 1) Quanto ao Relatório da  
24 JURET do Seminário Presbiteriano do Norte, aprová-lo com os seguintes  
25 destaques: a) A atividade acadêmica desenvolvida: Bacharelado em Teologia com  
26 68 alunos; Licenciatura em Educação Cristã com 26 alunos: 26 Professores; b) A  
27 perspectiva de 94 alunos no Bacharelado em Teologia (diurno); 35 alunos na  
28 Licenciatura em Educação Cristã; a implantação do Bacharelado em Teologia  
29 noturno, com 19 alunos matriculados para 1995; c) Melhorias no patrimônio, com a  
30 recuperação de várias partes da propriedade; construção de sala para a

---

<sup>85</sup> Doc LXVI Relatório da JURET DNE

<sup>86</sup> Doc. LXVII Realtório da JURET JMC

<sup>87</sup> Doc. LCVIII Relatório da JURET SPS

1 Administração e adaptação de dependências para o Grêmio Estudantil; d)  
2 Fornecimento de refeições aos funcionários; 2) Quanto à nomeação de membro da  
3 JURET-SPN: a) Determinar ao SE-SC/IPB que oficie aos Presbitérios da região de  
4 jurisdição do SPN, solicitando a indicação de nomes de pastores, com vistas à  
5 composição da JURET, que passa a ter somente 4 membros por falta de indicações.  
6 b) Dar poderes à Mesa/SC para nomear um pastor efetivo e um suplente, com  
7 mandato até a CE-SC/IPB de 2000; 3) Quanto ao currículo do Curso de Bacharel em  
8 Teologia, reformulado para atender determinação do SC/IPB, remetê-lo à JET para  
9 análise e medidas cabíveis; 4) Quanto aos planos e solicitação da JURET-SPN a  
10 respeito do Rev. Othon G. Dourado, determinar que a Mesa da CE-SC/IPB e a JET  
11 assessorem a JURET-SPN na solução do problema<sup>88</sup>. **Doc. LXX** - Quanto ao Doc.  
12 88 - Relatório da Junta de Educação Teológica (JET). A CE-SC/IPB resolve:  
13 Aprovar o relatório da Junta de Educação Teológica com os seguintes destaques: a)  
14 O efetivo acompanhamento dos Cursos de Pós Graduação implantados, e a firme  
15 supervisão dos Seminários que jurisdiciona; b) Aprovação dos nomes de  
16 Professores Orientadores de Dissertação de Mestrado; c) Aprovação dos relatórios  
17 dos Coordenadores de Pós Graduação do SPS e SPJMC; d) Acompanhamento do  
18 desempenho dos doutorandos em Teologia, que se encontram em capacitação no  
19 Exterior<sup>89</sup>. **Doc. LXXI** - Quanto ao Doc. 85 - Do Presbítero Paulistano, proposta de  
20 elaboração e grade curricular para os Seminários. Considerando que a matéria já  
21 foi tratada e resolvida pelo SC/IPB em sua última reunião, conforme Doc. CCXXVIII.  
22 A CE-SC/IPB resolve: Considerar a proposta prejudicada<sup>90</sup>. **Doc. LXXII** - Quanto ao  
23 Doc. 126 - Da Mesa da CE-SC/IPB propondo que a Junta de Educação Teológica  
24 sistematize, ouvidas as JURETs, a realização de Institutos de Pastores nos  
25 Seminários. Considerando: 1) Que já está prevista no Regimento Interno da Junta  
26 de Educação Teológica (Art.2º, letra "e") e a realização de "Institutos de Pastores em  
27 colaboração com os Seminários"; 2) Que é meta do Plano Quadrienal de Ação da  
28 IPB a realização de Institutos de Pastores nos Seminários. A CE-SC/IPB resolve:  
29 Solicitar à JET que, em conjunto com as JURETs, proceda ao planejamento e  
30 realização de Institutos de Pastores nos Seminários, se possível semestralmente<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> Doc. LXIX Relatório JURET SPN

<sup>89</sup> Doc. LXX Relatório da JET

<sup>90</sup> Doc. LXXI Proposta de elaboração de grade curricular para os Seminários

<sup>91</sup> Doc. LXXII Proposta à JET, de Institutos de Pastores nos Seminários.

1   **Doc. LXXIII** - Quanto ao Doc. 124 - Proposta da Mesa - CE-SC/IPB sobre resolução  
2   Doc. CXCI (SC/94), “Criação de um Centro de Treinamento Missiológico da IPB”. A  
3   CE-SC/IPB resolve: 1) Dar provimento à resolução do SC/IPB, nomeando Comissão  
4   Especial para elaboração da proposta de Regimento Interno e administração do  
5   Centro de Treinamento Missiológico da IPB, até a próxima reunião da CE-SC/IPB,  
6   composta dos seguintes membros: Pb. Adonias Costa da Silveira - Presidente da  
7   JET, Rev. Wilson de Souza Lopes - SE-SC/IPB, Rev. Roberto Brasileiro Silva -  
8   Diretor do IBEL, Rev. Carlos Aranha Neto - Presidente da JMN, Pb. Azor Ferreira -  
9   Presidente da JME; 2) Determinar que o Curso de Treinamento Missiológico da Junta  
10   de Missões Nacionais seja absorvido pelo Centro de Treinamento Missiológico da  
11   Igreja Presbiteriana do Brasil<sup>92</sup>. **Doc. LXXIV** - Quanto ao Doc. 121 - Regimento  
12   Interno do Instituto Bíblico Presbiteriano da Amazônia “Rev. Antônio Teixeira  
13   Gueiros”. Considerando: a) que o documento apesar de mencionar o Presbitério Sul  
14   do Pará não está capeado por nenhum ofício do referido Concílio; b) que não há  
15   nenhuma solicitação explícita para qualquer providência desta CE-SC/IPB; A CE-  
16   SC/IPB resolve: 1) Devolver o documento; 2) Informar que, conforme a resolução  
17   Doc. CCXXXVII - SC-94-133, “os Institutos Bíblicos organizados pelos Presbitérios e  
18   Sínodos, em várias regiões do Brasil, são de inteira responsabilidade desses  
19   Concílios”. 3) Informar que a Junta de Educação Teológica está encarregada de  
20   estabelecer as qualificações necessárias, para conhecimento de Institutos  
21   Bíblicos pela IPB<sup>93</sup>. **Doc. LXXV** - Quanto ao Doc. 45 e anexos - Da Secretaria  
22   Executiva da CE-SC/IPB, informando a esta Comissão Executiva a vacância do  
23   cargo de Vice-Presidente do SC/IPB, ao mesmo tempo em que solicita a indicação  
24   de alguém para complementação do número dos membros da Mesa. Considerando:  
25   1) Que a eleição para os cargos da mesa do Supremo Concílio é atribuição do  
26   Concílio, conforme se pode verificar do disposto no Art.3º do seu Regimento Interno;  
27   2) Que, entretanto, o Art.71 da CI/IPB atribui ao Concílio de decisão sobre questões  
28   de doutrina e prática, disciplinares ou administrativas, a respeito das quais não haja  
29   lei ou interpretação firmada, resolvendo como julgar de direito; 3) Que a vacância da  
30   vice-presidência do SC se enquadra perfeitamente no que dispõe o Art.71 e seu  
31   Parágrafo Único, pois além de ser um caso novo e inexistir lei específica que

---

<sup>92</sup> Doc. LXXIII Criação de um Centro de Treinamento Missiológico da IPB.

<sup>93</sup> Doc. LXXIV RI do Inst. Bíblico Presb. Da Amazônica “Rev. Antônio Teixeira Gueiros”.

1 discipline a matéria, exige providência quanto ao seu preenchimento; 4) Que as  
2 Comissões Executivas têm poderes para resolver assuntos de urgência de  
3 atribuições dos respectivos concílios, quando surgirem nos interregnos, sempre ad-  
4 referendum dos mesmos, consoante preceitua o Art.104, letra b) da CI/IPB; 5) Que,  
5 outrossim, a CE-SC/IPB entende que esta matéria é de solução urgente a vista das  
6 exigências práticas de suas reuniões, enquadrando-se nos casos previstos no  
7 Art.104, letra b) da CI/IPB, já invocado; 6) Considerando finalmente, precedente  
8 ocorrido no passado, quando da vacância na Secretaria Executiva, ocasionado por  
9 motivo de enfermidade do seu titular, que não tendo condições de continuar no  
10 exercício do cargo, foi compelido a renunciar. A CE-SC/IPB resolve: 1) Promover a  
11 eleição para o Cargo de Vice-Presidente da IPB, na presente, ad-referendum do  
12 mesmo Concílio em sua próxima reunião; 2) Publicar integralmente este documento  
13 no órgão oficial da Igreja - Brasil Presbiteriano<sup>94</sup>. Passa-se à eleição do Vice-  
14 Presidente. Ora-se em silêncio e em voz audível o Presidente. Apurados os votos  
15 verifica-se a eleição do Rev. Roberto Brasileiro da Silva, em segundo escrutínio,  
16 com 29 votos<sup>95</sup>. **Doc. LXXVI** - Voto de dissenso dos Reverendos Elias Dantas  
17 Filho e Sérgio Paulo Barbas pela aprovação do Doc. LXXV: "Na qualidade de  
18 presidente do Sínodo Tropical e seu representante legítimo junto a esta executiva  
19 do SC, venho registrar, conforme o Art.65 §1º, o meu voto de dissenso pela  
20 aprovação do documento LXXV da subcomissão Nº 4 quanto a elegibilidade do Sr.  
21 Vice-Presidente da mesa do Supremo Concílio preenchendo a vacância"<sup>96</sup>. **Doc.**  
22 **LXXVII** - Pedido para se retirar em definitivo, do Rev. Elias Dantas Filho - Atendido  
23 nos termos: "Tendo em vista atividades inadiáveis de Campanha Evangelística em  
24 nossa Igreja, iniciando-se hoje à noite, onde a minha presença é indispensável,  
25 solicito minha retirada em definitivo desta reunião. Sala das sessões, 17/03/95".  
26 **Doc. LXXVIII** - Pedido para se retirar em definitivo, do Rev. Silas Rebouças Nobre -  
27 Atendido nos seus termos: Solicito autorização para minha retirada definitiva a partir  
28 deste momento para em tempo hábil poder cumprir compromisso pastoral de  
29 realização de casamento com data marcada com muita antecedência. O Presidente  
30 agradece aos que, participantes desta CE-SC, serviram na mesa, a saber: os Revs.

---

<sup>94</sup> Dov. LXXV Da SE informando sobre a vacância do cargo de Vice Presidente do SC

<sup>95</sup> Eleição do Rev. Roberto Brasileiro da Silva - Vice Presidente do SC

<sup>96</sup> Doc. LXXVI Voto de dissenso dos Revs. Elias Dantas Filho e Sérgio Paulo Barbas

1 Adauto Lins dos Anjos e Osvaldo Henrique Hack, e na direção da Comissão que  
2 tratou do assunto, Rev. Noé de Paula Ramos, e os que ajudaram na apuração da  
3 eleição, os escrutinadores Revs. Josias dos Reis Coelho e Geraldo Silveira Filho.  
4 Registra-se a presença do Dr. Athos Vieira de Andrade - Presidente do Instituto  
5 Mackenzie, Pb. Eduardo Carlos Pereira - Vice-Presidente de Recursos Humanos,  
6 Pb. Adilson Neves - Vice-Presidente Administrativo, Do Dr. Joaquim Jair Ximenes -  
7 Advogado da IPB em Brasília; registra-se que o Pb. Damócles Perroni Carvalho -  
8 Vice-Presidente financeiro e o Pb. Adonias Costa da Silveira - Chanceler do  
9 Instituto Mackenzie, tem estado nesta casa exercendo suas funções conciliares;  
10 registra-se a presença dos Revs. George Alberto Canelhas - Membro da Comissão  
11 de História e Carlos Orlandi Júnior - Pastor da Igreja Presbiteriana da Penha. Ora o  
12 Vice-Presidente, Rev. Roberto Brasileiro, suspendendo os trabalhos<sup>97</sup>. Às 15:00  
13 horas. Reiniciam-se os trabalhos com oração pelo Rev. Autair Emerick. A  
14 Subcomissão nº 07 continua a apresentar seus relatórios: **Doc. LXXIX** - Quanto ao  
15 Doc. 84 - Indicação de nomes para o Conselho Deliberativo do Colégio Evangélico  
16 "XV de Novembro". Considerando que o SC/IPB, em sua última reunião ordinária,  
17 não preencheu o quadro de membros do CD do referido Colégio (Doc. CCXLII  
18 SC/94). A CE-SC/IPB resolve: Nomear o Dr. Luiz Siqueira como membro efetivo do  
19 Conselho Deliberativo do Colégio Evangélico "Quinze de Novembro"<sup>98</sup>. **Doc. LXXX** -  
20 Quanto aos Documentos nº 79 e 87 - Do Presbitério de Ceres; nº 80 - Do Presbitério  
21 de Goiânia; nº 91 - Do Presbitério Oeste de Goiânia; nº 93 - Do Presbitério de  
22 Cuiabá; nº 130 - Do Presbitério Sudoeste de Goiás; nº 143 - Do Presbitério Alto do  
23 Araguaia, indicando nomes dos Pastores: Reverendos Marcos Campos Botelho,  
24 Carlito Pereira da Silva, Wagton Lima Silva, José de Brito Cabral, Eudóxio Mendes  
25 dos Santos Júnior e José Gonçalves de Siqueira; indicando nomes dos Presbíteros:  
26 Marcos Argolo, Lucas de Campos Cunha e Sérgio Laércio Rocha, para a JURET-  
27 SPBC (Seminário Presbiteriano Brasil Central). A CE-SC/IPB resolve: Nomear o  
28 Rev. Eudóxio Mendes dos Santos Júnior, com mandato até a CE-SC/IPB de 2001, e  
29 seu suplente o Rev. Wagton Lima Silva; Nomear o Rev. José Gonçalves de  
30 Siqueira, com mandato até a CE-SC/IPB de 2000, e seu suplente o Rev. Carlito  
31 Pereira da Silva; Nomear o Rev. Marcos Campos Botelho, suplente do Rev. Luiz

---

<sup>97</sup> Agradecimentos

<sup>98</sup> Doc. LXXIX Indicação de nomes para o CD do CE XV de Novembro

1 Carlos Riccioppo (CE-94-058), com mandato até a CE-SC/IPB de 1998. Nomear o  
2 Pb. Marcos Argolo, suplente do Pb. João Marciano Neto (CE-94-058), com mandato  
3 até a CE-SC/IPB de 1999<sup>99</sup>. **Doc. LXXXI** - Quanto ao Documentos nº 89 - Do  
4 Presbitério Vale do Manhuaçu; nº 94 - Do Presbitério Eldorado; nº 97 - Do  
5 Presbitério de Juiz de Fora; nº 134 - Da JET, capeando solicitação da JURET-DNE,  
6 indicando nomes dos Pastores: Reverendos Elimar Soares da Silva, Eliezer  
7 Monteiro Reis, Edgar Henrique de Melo César, Carlos Caldas Ribeiro Filho;  
8 indicando nomes dos Presbíteros: Gidião Câmara e Natanael de Oliveira, para a  
9 JURET-DNE (Seminário Presbiteriano Rev. Denoel Nicodemos Eller). A CE-SC/IPB  
10 resolve: 1) Nomear o Rev. Elimar Soares da Silva, com mandato até a CE-SC/IPB  
11 de 2000, e seu suplente o Rev. Edgar Henrique de Melo César; 2) Determinar que o  
12 SE-SC/IPB oficie aos Presbitérios da região de jurisdição do SPDNE, solicitando  
13 nomes de suplentes (dois pastores e um presbítero); 3) Dar poderes à Mesa - CE-  
14 SC/IPB para que supra as vagas existentes; 4) Quanto ao Doc. 134, considerá-lo  
15 prejudicado por não atender o Regimento Interno dos Seminários/IPB<sup>100</sup>. **Doc.**  
16 **LXXXII** - Quanto ao Documentos nº 82 - Do Presbitério Norte Paulistano; nº 86 - Do  
17 Presbitério Unido; nº 90 - Do Presbitério de São Caetano do Sul, indicando nomes  
18 dos Pastores: Reverendos Reginaldo Campanati Antunes, Carlos Aranha Neto,  
19 Hilton Figueiredo de Oliveira, Jaime dos Reis Sant'Anna, Rubens de Souza Castro e  
20 Samuel de Souza Júnior; indicando nomes dos Presbíteros: Ernani Garcia Gouveia,  
21 Paulo Rangel do Nascimento e Wagner Antônio Sanaiote, para a JURET-JMC  
22 (Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição). A CE-SC/IPB, 1)  
23 Considerando que a resolução CE-94-056 não contemplou a nomeação de suplente  
24 para o Pb. Adilson Neves, conforme estabelecido no Regimento Interno dos  
25 Seminários da IPB, embora houvesse indicações; 2) Considerando a necessidade  
26 de renovação de mandato de um de seus pastores; Resolve: Nomear o Pb. Ivan  
27 Edson Ribeiro Gomes, como suplente do Pb. Adilson Neves, até a CE-SC/IPB de  
28 1999, dentre os nomes indicados naquela ocasião. Nomear o Rev. Rubens de  
29 Souza Castro, com mandato até a CE-SC/IPB de 2000, e seu suplente o Rev.  
30 Reginaldo Campanati Antunes<sup>101</sup>. **Doc. LXXXIII** - Quanto aos Documentos nº 95 - Do

---

<sup>99</sup> Doc. LXXX Indicações de nomes para JURET SPBC

<sup>100</sup> Doc. LXXXI Indicações de nomes para JURET DNE

<sup>101</sup> Doc. LXXXII indicações de nomes para JURET JMC

1 Presbitério da Guanabara; nº 96 - Do Presbitério Rio Norte; nº 118 - Do Presbitério  
2 Carioca, indicando nomes dos pastores: Reverendos Thiago Rodrigues Rocha, Ely  
3 Gonçalves, Isaías Celestino dos Santos e Carlos Anteberg de Oliveira; indicando  
4 nomes dos Presbíteros: Luiz André Jóia, Lysias Kerr e Eduardo Antônio de Mello  
5 Freitas, para a JURET-RJ (Seminário Presbiteriano do Rio de Janeiro). A CE-  
6 SC/IPB, considerando a estrutura existente: Titulares: Rev. Lael Viana de Alcântara  
7 - com mandato até a CE-SC/IPB de 1997; Pb. Jonas de Souza Machado - com  
8 mandato até a CE-SC/IPB de 1996; PB. Guaracy Albuquerque Maranhão - com  
9 mandato até a CE-SC/IPB de 1998. Suplentes: Rev. Eliseu Samuel de Matos, Pb.  
10 Elson Augusto de Almeida, PB. César Pedro Heckert. Resolve: Nomear o Rev.  
11 Thiago Rodrigues Rocha, com mandato até a CE-SC/IPB de 1999, e seu suplente o  
12 Rev. Carlos Anteberg de Oliveira. Nomear o Rev. Isaías Celestino dos Santos, com  
13 mandato até a CE-SC/IPB de 2000, e seu suplente o Rev. Ely Gonçalves<sup>102</sup>. **Doc.**  
14 **LXXXIV** - Quanto ao Doc. 92 - Do Presbitério de Campinas indicando nomes dos  
15 Presbíteros: Eduardo Lane e Sérgio Abner Costa Ferreira, para a JURET-SPS  
16 (Seminário Presbiteriano do Sul). A CE-SC/IPB resolve: Nomear o Pb. Eduardo  
17 Lane, com mandato até a CE-SC/IPB de 2000, e seu suplente o Pb. Sérgio Abner  
18 Costa Ferreira<sup>103</sup>. **Doc. LXXXV** - Quanto ao Doc. 144 - Relatório do Presidente do  
19 Instituto Presbiteriano Nacional de Educação - Aprovado em seus termos: "A CE-  
20 SC/IPB resolve: 1) Apreciar o trabalho desenvolvido no instituto; 2) Reconhecer a  
21 presteza da diretoria do IPNE para defendê-lo diante da pendência judicial; 3)  
22 Tomar conhecimento do orçamento elaborado"<sup>104</sup>. **Doc. LXXXVI** - Quanto ao Doc. 51  
23 - Plano Previdenciário para Pastores - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB: 1)  
24 Considerando a amplitude, a necessidade e pertinência da matéria; 2)  
25 Considerando o trabalho apresentado pela Comissão nomeada pelo SC/IPB; 3)  
26 Considerando que o momento exige cautela e reflexão e para não se precipitarem  
27 decisões sem que primeiro se conheça a lei previdenciária em tramitação no  
28 Congresso Nacional; Resolve: a) Receber o material elaborado pela Comissão  
29 nomeada pelo SC-94; b) Nomear Comissão permanente para continuar o trabalho  
30 dentro da perspectiva de complementação de aposentadoria pastoral, composta dos

---

<sup>102</sup> Doc. LXXXIII indicações de nomes para JURET RJ

<sup>103</sup> Doc. LXXXIV indicações de nomes para JURET SPS

<sup>104</sup> Doc. LXXXV Relatório do Presidentes do IPNE

1 irmãos: Titulares: Pb. Renato Piragibe, Rev. Noé de Paulo Ramos, Pb. Orlando  
2 Pereira Braga, Rev. Honório Theodoro Neto, Pb. Hermes Peyneau. Suplentes: Pb.  
3 Custódio Pereira e Rev. Arival Dias Casimiro. TRABALHO DESENVOLVIDO (pela  
4 comissão Plano Previdenciário para Pastores) A. Regulamento do Fundo de  
5 Assistência Pastoral. Art.1º - Denomina-se 'Fundo de Assistência Pastoral' os  
6 valores depositados em conta de poupança conjunta vinculada, onde o obreiro,  
7 primeiro titular, a movimenta em conjunto com os responsáveis pela fonte pagadora.  
8 Parágrafo único - O "Fundo de Assistência Pastoral" foi instituído pela CE-85-022,  
9 com a definição de nome no SC-94-101, Doc. CXXIII. Art.2º - O Fundo constituir-se-á  
10 de recursos oriundos dos depósitos de 8% (oito por cento) do sustento pastoral  
11 mensal, excluídas as ajudas a qualquer título, às expensas da fonte pagadora, em  
12 instituição de crédito oficial. Parágrafo único - Define-se como 'fonte pagadora' a  
13 instituição jurídica, ou órgão da IPB, que for responsável pelos pagamentos do  
14 sustento mensal do obreiro, tal como: Igreja, Presbitério, Junta de Missões  
15 Nacionais, Junta de Missões Estrangeiras, Seminários e etc. Art.3º - A fonte  
16 pagadora liberará os saques, parciais ou totais, somente nos seguintes casos: a)  
17 Efetive-se a jubilação pelo Supremo Concílio ou Comissão Executiva da IPB. b)  
18 Aposentar-se por tempo de serviço, invalidez ou idade. C) Transferir-se para outra  
19 Igreja ou Campo missionário da IPB. d) Para aquisição de moradia própria, terreno  
20 ou construção civil. e) Por falecimento. f) Participação em Fundo de Previdência  
21 Privado aprovado pela IPB. g) Outro motivo a critério da fonte pagadora, mediante  
22 pedido por escrito. Parágrafo único - Em caso de falecimento os direitos serão  
23 liberados à esposa, e na falta desta aos herdeiros legais. Art.4º - Nos casos de  
24 depósitos efetuados em atraso pela fonte pagadora, obedecer-se-á ao seguinte: a)  
25 Até 180 dias de atraso - Multa de 10% (dez por cento) mais correção e juros de  
26 poupança. b) Acima de 180 dias de atraso e menos de 1 (um) ano - Multa de 20%  
27 (vinte por cento) mais correção e juros de poupança. c) Atrasos acima de 360 dias -  
28 Quando ocorrer o atraso de 1 (um) ano e os depósitos dos meses subseqüentes  
29 não tiverem sido recolhidos, far-se-á a regularização mediante o depósito do  
30 equivalente ao valor do sustento mensal do mês de pagamento, acrescido de 30%  
31 (trinta por cento) de multa. Parágrafo único - Em casos de calamidades  
32 emergenciais que afetarem às finanças da fonte pagadora, permitir-se-á o acordo  
33 entre as partes, quanto ao valor da multa, sem prejuízo do valor principal corrigido,

1       acrescido de juros, pelos índices da poupança. Art.5º - Será facultado, mediante  
2       acordo, entre a fonte pagadora e o Obreiro participante de Fundo de Previdência  
3       Privado aprovado pela IPB, o depósito dos valores estipulados no Art.2º, em  
4       ‘PLANO SUPLEMENTAR’, que permita aumentar o nível de benefício para a  
5       aposentadoria, ou a devolução dos valores acumulados em caso de cancelamento.  
6       Art.6º - Se por motivos totalmente incontornáveis, não for possível constituir o  
7       Fundo, dentro das normas aqui estabelecidas, permitir-se-á a fonte pagadora reter  
8       os valores dos depósitos em conta de poupança em seu próprio nome para fazer  
9       face ao pagamento do Obreiro por ocasião de direito de saque, ou de sua mudança  
10       de campo. Art.7º - Os casos omissos serão resolvidos pelo órgão deliberativo da  
11       fonte pagadora. Art.8º - Este regulamento poderá ser reformado ou emendado pelo  
12       Supremo Concílio, ou sua Comissão Executiva, por iniciativa própria ou proposta. B.  
13       Planos de Saúde / Convênios - Considerando a grande extensão do território  
14       brasileiro e a dificuldade de avaliar o atendimento satisfatório, por parte das  
15       entidades privadas de assistência à saúde, por meio de convênios. Considerando  
16       que as particularidades pessoais de obreiros e as vantagens oferecidas por  
17       empresas regionais idôneas, tem peso diferenciado, numa definição a nível  
18       nacional. Recomendamos: 1) Que as ‘Fontes Pagadoras’ - Igrejas, Presbitérios,  
19       órgãos da IPB - providenciem convênios, de preferência com instituições de âmbito  
20       nacional, idôneas, para atendimento aos obreiros e sua família, sempre que  
21       possível patrocinando todo o custo do convênio. Nos casos totalmente impossíveis  
22       de cobertura do ônus pela Fonte Pagadora, proceder-se-á o convênio com o custo  
23       distribuído entre as partes, e excepcionalmente com empresas regionais que a  
24       ofereçam bom atendimento e sejam confiáveis. 2) A Fonte Pagadora será  
25       responsável pelo pagamento do convênio, mesmo que seja plano individual e  
26       quando for o caso de parceria, descontará do sustento pastoral do obreiro a parte  
27       devida, fazendo o pagamento integral do convênio. A omissão deste procedimento  
28       responsabilizará a Fonte Pagadora, pela cobertura das despesas de qualquer  
29       atendimento da saúde, se houver suspensão do convênio pelo não pagamento ou  
30       atraso. 3) Os presbitérios devem fiscalizar para que as Igrejas cumpram esta  
31       determinação, inclusive no caso dos pastores efetivos, prestando ajuda às Igrejas e  
32       ou obreiros menos favorecidos financeiramente. 4) Cabe à Junta Patrimonial  
33       Econômica e Financeira, orientar e fiscalizar, os órgãos da IPB, no cumprimento

1 desta determinação, preferencialmente, com recursos próprios. C. Projeto de Fundo  
2 de Previdência Privada e Seguridade - Este tema suscita a abordagem em três  
3 áreas a saber: a) Contribuição obrigatória do obreiro para o INSS - Esta  
4 contribuição continuará devida, conforme decisões conciliares anteriores, acrescido  
5 das seguintes recomendações: 1) que a Fonte Pagadora providencie o pagamento  
6 das contribuições do obreiro, efetuando o desconto da parte devida pelo mesmo,  
7 quando for o caso, de seus rendimentos mensais. 2) Que os obreiros ao  
8 preencherem o tempo necessário em cada faixa de contribuição, iniciem sua  
9 contribuição na faixa seguinte, possibilitando alcançar o teto de contribuições e  
10 obtenham aposentadoria com valores maiores. Esta medida é benéfica, em caso de  
11 invalidez, recebendo o obreiro benefício sobre valores maiores e evitando que a  
12 família fique mal assistida como tem acontecido com alguns. 3) Que os presbitérios  
13 orientem os seus obreiros sobre a necessidade de mudanças na escala de  
14 contribuições e fiscalizem o cumprimento desta determinação do SC/IPB, incluindo  
15 os obreiros cedidos para trabalho na área de ensino, educação, evangelização,  
16 etc. e mesmos os que estiverem em licença por algum motivo. 4) Que as Instituições  
17 e órgãos da IPB, auxiliem os presbitérios, orientando os obreiros no cumprimento  
18 desta obrigação e prestando as informações necessárias aos concílios de origem de  
19 seus obreiros. Fica claro e definido, que a participação em Fundos de Previdência  
20 Privada não isentará o obreiros dos pagamentos de contribuições para o INSS. b) A  
21 participação em Fundo de Previdência para complementação da aposentadoria; c)  
22 Pagamento de seguro para cobertura de prêmio nos casos de invalidez, morte  
23 natural ou acidental (Ver CE-96-100 - Doc. C)<sup>105</sup>. **Doc. LXXXVII** - Pedido para se  
24 retirar em definitivo, do Rev. Fernando Luís Andrade de Freitas - Aprovado. Doc.  
25 **LXXXVIII** - Pedido para se retirar em definitivo, do Rev. Luiz Lopez - Aprovado. Doc.  
26 **LXXXIX** - Quanto ao Doc. 128 - Comunicação da JMN sobre participação no Plano de  
27 Ação e Solicitação para Organização de Presbitério. A CE-SC/IPB resolve: 1)  
28 Tomar conhecimento; 2) Determinar aos Sínodos que façam os respectivos  
29 mapeamentos até a próxima reunião ordinária da CE-SC/IPB; 3) Aprovar a  
30 organização de um novo Presbitério no Pará, incorporando as Igrejas: 3.1) São  
31 Geraldo do Araguaia, 3.2) Conceição do Araguaia, 3.3) Redenção, 3.4) Xinguara,  
32 3.5) Parauapebas e 3.6) Ourilândia do Norte; 4) Sugerir o nome de Presbitério de

---

<sup>105</sup> Doc. LXXXVI Plano Previdenciário para Pastores

1 Carajás para o novo Concílio; 5) Indicar o Sínodo Tropical para jurisdicionar o novo  
2 Presbitério, autorizando desde já ao referido Sínodo dar os passos necessários para  
3 a organização<sup>106</sup>. **Doc. XC** - Quanto ao Doc. 136 - Planejamento Anual da IPB -  
4 IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL - PLANEJAMENTO ANUAL DA IPB -  
5 MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO: PLANTANDO IGREJAS (JMN. JME. CNE. CRIE) 1)  
6 OBJETIVO GERAL: “CRESCER PLANTANDO IGREJAS” - 2) OBJETIVO  
7 ESPECÍFICO: “Mobilização das igrejas locais com vista à duplicação do número de  
8 igrejas até o ano 2.000”.- 3) ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO: 1) Congresso  
9 Nacional de Evangelização e Missões: 12 a 16 de abril de 1.995 Salvador BA; 2)  
10 Simpósios Regionais da CNE sobre “Plantação de Igrejas”; 3) Conferência  
11 Missionária Nacional para plantadores de Igrejas: 14 a 17 de novembro de 1.995 -  
12 local: Serra Negra - São Paulo - SP (Doc. anexo 01); 4) Encontro de Secretários de  
13 Missões (JMN, JME) Região Sudeste: 29/09 a 01/10/95. Local: Acampamento  
14 Mackenzie Cabuçu SP; 5) Encontro Nacional de Secretários de Missões (JMN,  
15 JME).06 a 09 de junho 1996. Local: Instituto Gammon - Lavras MG; 6) Encontro  
16 de Missionários da JME - 12 a 14 de janeiro de 1996. Local: Acampamento  
17 Mackenzie - Cabuçu SP; 7) Divulgação: a) Jornais e Revistas e Periódicos: Brasil  
18 Presbiteriano, Ultimato, Vinde Informa, SAF em Revista, e outros; b) Radio e TV; c)  
19 Seminários e Institutos Bíblicos da IPB; d) Encontros e Congressos de Federações  
20 e Confederações; 8) Produzir estudos sobre: Evangelização, Discipulado e  
21 Plantação de Igrejas através da CECEP, para Escolas Dominicais. 4) ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO: 1) Pela JMN: a) Organização de 19 Igrejas  
22 em 1995 os Estados: MS, MT, MA, PA, BA, RS, PR, GO e AC; b) abertura de 50  
23 novos campos em 1995; c) Organização de 01 Presbitério no Estado do Pará; 2)  
24 Pela JME: a) Projeto Ghana (África): a.1) Organização de 03 Igrejas nos seguintes  
25 locais: Koni, Nabukorá, Rio Volta; a.2) Construção de 01 Casa pastoral e um Posto  
26 Missionário, incluindo uma clínica e uma Escola. a3. Tradução parcial do NT, no  
27 dialeto Lisachuin; b) Construção de Templo, Casa Pastoral e compra de um terreno  
28 em Cochabamba - Bolívia; c) Construção de um Templo em Santa Rita - Paraguai;  
29 d) Organizar a Igreja Presbiteriana do Paraguai, com o apoio da IPB e da Igreja  
30 Presbiteriana Coreana; 3) Pela CNE: Mapeamento da presença presbiteriana no  
31 território brasileiro, para fins de ocupação dos espaços vazios; 4) Pela CRIE: a)

---

<sup>106</sup> Doc. LXXXIX Comunicação da JMN sobre participação no Plano de Ação

1 Cooperar com a Igreja Presbiteriana Argentina, através da CRIE e JME, para  
2 formação de liderança e plantação de igreja; b) Efetivar os Projetos de plantação  
3 de igrejas com a participação da JMN, firmando acordos, através de parcerias, com  
4 igrejas de doutrina Calvinista Reformada. Para alcançar os objetivos propostos e as  
5 estratégias estabelecidas, propõe-se criar: "COORDENADORIA DE EVENTOS DA  
6 IPB" (Doc. anexo 02). - EDUCAÇÃO TEOLÓGICA - 1) Objetivos específicos: 1)  
7 Melhorar o preparo do corpo docente com pós-graduação e uma educação  
8 continuada; 2) Atualizar, modernizar e informatizar as bibliotecas dos seminários; 3)  
9 Alterar a estrutura administrativa interna dos seminários incluindo a congregação de  
10 professores. (Anexo); 4) Promover construção, reformas, melhorias e conservação  
11 das instalações físicas dos seminários; 5) Determinar aos concílios e seminários o  
12 cumprimento das normas de ingresso de candidatos ao ministério. 2) Estratégias:  
13 2.1 - Divulgação: 1) Divulgar as normas de ingresso aos seminários; 2) Incentivar os  
14 concílios da IPB a enviarem candidatos apenas aos seminários da IPB. 2.2)  
15 Implementação: Obter doações de livros de editores, entidades ou particularidades.  
16 Promover programas de treinamento para leigos (evangelistas, etc.). Propiciar as  
17 condições para os docentes dos seminários realizarem cursos de pós-graduação.  
18 Estabelecer o nível de exigência da titulação acadêmica dos docentes a serem  
19 contratados. Obter mais recursos para melhorar os salários dos docentes. -  
20 SECRETARIA GERAL DO TRABALHO FEMININO - 1) Objetivos específicos: 1)  
21 Acompanhar todas as atividades do trabalho feminino em todo o território nacional;  
22 2) Empenhar-se, juntamente com a liderança do trabalho feminino, na obra  
23 missionária colaborando com os "plantadores de igrejas" para o crescimento do  
24 trabalho presbiteriano no âmbito da evangelização do ensino e da Ação Social; 3)  
25 Continuar melhorando a "SAF em Revista" quanto à sua qualidade, visando a  
26 informação e a formação integral da mulher. 2) Estratégias: 2.1 - Divulgação.  
27 Promover encontros com Secretários Sinodais e Presbiteriais contribuindo para a  
28 unidade do Trabalho Feminino em todo o Brasil. Valorizar nosso sistema de  
29 doutrinas, governo e disciplina, incentivando estudos e seminários. Divulgar no  
30 Trabalho Feminino a prática do Plano de Ação do Supremo Concílio para este  
31 Quatriênio. 2.2) Implementação. Zelar pela qualidade dos artigos, dentro dos  
32 princípios da doutrina evangélica reformada calvinista. Utilizar o Kit de discipulado  
33 impresso pela CEP no trabalho de evangelização. Oferecer pessoal qualificado na

1 obra educacional. Auxiliar as obras assistenciais, os Campos Missionários e as  
2 comunidades no contexto de cada SAF/ Igreja. Eunice Souza da Silva - Secretária  
3 Geral do Trabalho Feminino; - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SAFs - 1)  
4 Objetivos específicos: 1) Renovar para rever a Ética Cristã da mulher presbiteriana  
5 nos dias atuais através do conhecimento da sã doutrina; 2) Organizar o trabalho  
6 feminino nas igrejas do Paraguai. 2) Estratégias: 2.1) Divulgação. Fazer-se presente  
7 nos diversos congressos de Missões e Evangelismo e CONEAS, através de suas  
8 secretárias de causa. Divulgar internamente a "SAF em Revista", visando aumentar  
9 o número de assinaturas e chegando a alcançar a tiragem de 50.000 exemplares.  
10 2.2) Implementação. Organizar as SAFs de San Lorenzo e Concepción no Paraguai.  
11 Reorganizar a SAF de Assunción no Paraguai. Usar 20% do orçamento da  
12 Confederação Nacional para trabalho de Assistência Social. Myrthes Silva -  
13 Presidente. - SECRETARIA GERAL DO TRABALHO MASCULINO - 1) Objetivos  
14 específicos: 1) Informar e formar a consciência do Homem Presbiteriano; 2) Buscar  
15 meio e modos de realizar um trabalho integrado entre o Trabalho Masculino,  
16 Feminino e Mocidade; 3) Buscar cooperação recíproca entre as sociedades internas  
17 das igrejas locais. 2) Estratégias: 2.1 – Implementação: Dotar o Trabalho Masculino  
18 de um órgão de informação. Realizar trabalhos integrados entre o Trabalho  
19 Masculino, Feminino e de Mocidade. Pb. Alberto Rodrigues Roque – Secretário Geral  
20 do Trabalho Masculino - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS HOMENS  
21 PRESBITERIANOS - 1) Objetivos específicos: 1) Incentivar a prática de  
22 ..... "Santificai-vos... e sede avivados no Senhor (Hc.3:2); 2) Editar  
23 uma revista para os homens presbiterianos. 2) Estratégias: 2.1 - Divulgação:  
24 Promover encontros da família presbiteriana 2.2) Implementação: Estabelecer uma  
25 sede nacional do trabalho masculino. Dar prosseguimento ao PROJETO  
26 BANDEIRANTES DA FÉ " JOSÉ MANOEL DA CONCEIÇÃO". Distribuir 5.000 Bíblias  
27 Pb. Adonias Campos Breder - Presidente. - SECRETARIA GERAL DA MOCIDADE -  
28 1) Objetivos específicos: 1) Ajudar ao trabalho da Confederação Nacional da  
29 Mocidade e manter contato com os Secretários Sinodais; 2) Coordenar, ao lado dos  
30 demais Secretários Gerais, o 1 Encontro Nacional de secretários Sinodais; 3)  
31 Organizar Confederações Sinodais. 2) Estratégias: 2.1 - Divulgação. Supervisionar  
32 a edição trimestral do jornal MOCIDADE. Colaborar com a edição trimestral do  
33 suplemento JOVEM PRESBITERIANO. 2.2) Implementação: Solicitar aos

1 Secretários Sinodais que organizem as Confederações da Mocidade: Setentrional,  
2 Brasília, Pampulha - BH, Bauru, Nordeste, Sudoeste de Goiás, Sul de Minas, Sul do  
3 Brasil, Brasil Central, Matogrossense, Santos/Borda do Campo. Participar dos  
4 eventos do Calendário Oficial de atividades da Confederação Nacional da Mocidade  
5 Presbiteriana. Rev. Enos Moura - Secretário Geral da Mocidade. -  
6 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA MOCIDADE DA IPB - 1) Objetivos específicos: 1)  
7 Dobrar o número de jovens presbiterianos nas UMPs, Federações e Sinodais  
8 (evangelização; jovens afastados; jovens desmotivados); 2) Promover o  
9 desenvolvimento do trabalho da mocidade a nível local, presbiteral, sinodal e  
10 nacional; 3) Atuar em conjunto com órgãos da IPB, tais como Confederação  
11 Nacional das SAFs, das UPHs, Secretaria Geral de Adolescentes, Juntas etc. 2)  
12 Estratégias: 2.1 - Divulgação: Divulgar as notícias da Nacional e das regionais  
13 através do Jornal da Mocidade, em conjunto com a Secretaria Geral, além de usar o  
14 Brasil Presbiteriano, boletins e outros meios de comunicação. Conscientizar a  
15 mocidade quanto à missões, evangelismo e dízimos, como deveres de todo cristão;  
16 2.2) Implementação: Criar ou Reorganizar as sinodais e federações. Treinar líderes  
17 em nível regional e nacional pelo menos 60 jovens a fim de prepará-los para dirigir o  
18 trabalho nos sínodos e na Nacional; Lúcio F. Lima - Presidente. - SECRETARIA  
19 GERAL DO TRABALHO DA ADOLESCÊNCIA - 1) Objetivos específicos: 1)  
20 INTEGRAÇÃO: “TEMPO DE DESPERTAR” 2) Estudar viabilidade da organização  
21 da Confederação Nacional de Adolescentes e eleição da primeira diretoria nacional  
22 de UPAs. 2) Estratégias 2.1 - Divulgação. Continuar com a publicação do  
23 Suplemento Adolescentes do Brasil Presbiteriano (4 edições anuais). Continuar com  
24 a publicação do Jornal dos Adolescentes (edições bimestrais) 2.2) Implementação.  
25 Realizar Encontros Regionais (reúnas 95 e 97). Realizar Congressos (nauta 96 e  
26 98). Produzir literatura para líderes e adolescentes. Rev. Armando Araújo Silvestre -  
27 Secretario Geral do Trabalho da Adolescência. - SECRETARIA GERAL DO  
28 TRABALHO DA INFÂNCIA - 1) Objetivos específicos: 1) Produzir histórias bíblicas  
29 para Retroprojeto; 2) Lançar um álbum de figurinhas bíblicas; 3) Produzir fitas de  
30 vídeo com líderes de crianças, em âmbito nacional; 4) Lançar, em conjunto com a  
31 CEP, uma revista de orientações e sugestões de trabalho para as UCPs. 2)  
32 Estratégias: 2.1 - Divulgação. Visitar os nossos Seminários e Institutos Bíblicos  
33 despertando nos futuros pastores e obreiros o desejo de trabalharem com as

1 crianças. Trabalhar com bonecos junto ao público infantil. 2.2) Implementação:  
2 Organizar cinco (5) encontros regionais, onde serão levadas sugestões, mostrando  
3 a importância do manual unificado. Produzir uma cantata infantil. Coordenar o  
4 Jornal Criança Presbiteriana (suplemento do Brasil Presbiteriano) Rev. Josué Alves  
5 Ferreira - Secretário Geral do Trabalho da Infância. - SECRETARIA GERAL DE  
6 MÚSICA - 1) Objetivos específicos: 1) Promover cursos e encontros para regentes,  
7 instrumentistas, cantores e líderes, envolvidos diretamente no trabalho musical das  
8 igrejas; 2) Criar Estatutos e Regimentos da Secretaria; 3) Publicar partituras de boa  
9 qualidade; 2) Estratégias: 2.1 - Divulgação. Buscar alcançar pastores e seminários  
10 teológicos, envolvendo-os nas importantes questões relacionadas à música na  
11 igreja dos nossos dias. Trabalhar em comunhão estreita com a “Comissão de  
12 Liturgia e Música”, sempre que possível fazendo-se presente em suas reuniões de  
13 trabalho e vice-versa. 2.2) Implementação. Publicar músicas de boa qualidade, mas  
14 de menor dificuldade técnica, para vozes jovens, coros em uníssono, a duas ou a  
15 três vozes, repertório mais próximo da realidade dos conjuntos vocais de nossas  
16 Igrejas. Publicar “Anexos ao HP”, que o enriqueçam e o complementem,  
17 preocupando-se especialmente com músicas para assuntos pouco ou nada  
18 abordados no atual hinário. Trabalhar na publicação dos 150 salmos do “Saltério de  
19 Genebra”, em Português, acompanhados por 150 outros, relativos de compositores  
20 contemporâneos, preferencialmente brasileiros. Ministrar cursos por todo o território  
21 nacional, fornecendo aos músicos sacros material e subsídio técnico para melhor  
22 desenvolverem seu trabalho onde estão colocados. Maestro Parcival Módulo -  
23 Secretário Geral de Música. - COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO  
24 SOCIAL - 1) Objetivos específicos 1) Alertar e aprofundar a consciência da Igreja  
25 para as questões sociais estimulando-a a colocar suas dependências a serviço da  
26 sociedade; 2) Articular e intermediar junto às igrejas e concílios os projetos:  
27 “Compensar e “Socorro Urgente”. 2) Estratégias 2.1 - Divulgação. Realizar quatro  
28 congressos, sendo três regionais e um nacional visando estimular crentes a se  
29 envolverem no resgate social das pessoas carentes ao redor de suas igrejas. Tema  
30 dos Congressos: “Fazer, para fazer diferença: Nosso desafio para o ano 2000. “.  
31 Veicular artigos no Brasil Presbiteriano e em outros meios de comunicação visando a  
32 conscientização 4a questão social. Produzir uma cartilha de orientação filantrópica  
33 para uso das igrejas. 2.2) Implementação Projeto Compensar - visa localizar e

1 assistir as viúvas de pastores, intermediando “apadrinhamentos” por igrejas,  
2 concílios e outras entidades nacionais e internacionais, através das fases: 1) Ação  
3 Provar: Localização e levantamento de endereços das pessoas a seres assistidas 2)  
4 Ação Conhecer: Cadastrar e triar as necessidades urgentes do público alvo; 3) Ação  
5 Experimentar: Conscientizar e intermediar recursos de pensão e socorro às viúvas  
6 necessitadas. Projeto Socorro Urgente - Contatar e cadastrar 50 igrejas em todo o  
7 território nacional e com elas firmar convênio de cooperação. Estas igrejas ficarão  
8 em estado de alerta para o atendimento às vítimas de catástrofes. 1) Divulgar  
9 amplamente o projeto em todas as igrejas do território nacional; 2) Levar as igrejas  
10 locais a cooperarem com eventuais vítimas de catástrofes, principalmente com  
11 igrejas e membros de igrejas vitimados. Rev. Honório Theodoro Neto - Presidente.  
12 CONSELHO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING - 1) Objetivos específicos: 1) Criar  
13 ou atualizar a marca e logotipo da IPB visando a unidade de comunicação; 2)  
14 Desenvolver campanhas de outdoors nas cidades e de painéis nas estradas,  
15 “vendendo” a imagem institucional da IPB; 3) Desenvolver campanha de radio,  
16 veiculações nacionais de 15 a 30 segundos com mensagens oportunas ( informando  
17 sobre os eventos, o calendário etc.) e institucionais; 4) Desenvolver também, a nível  
18 nacional, campanha com mensagens de 15 a 30 segundos nas redes de televisão,  
19 dando sustentação aos objetivos divulgados nos outros veículos; 5) Acertar  
20 parcerias com empresas de irmãos e também centrais de outdoors, painéis, redes  
21 de rádio, redes de televisão, instituições financeiras, seguradoras e cartões de  
22 crédito; 2) Estratégias; 2.1 - Quanto ao jornal Brasil Presbiteriano. Manter a edição  
23 do jornal Brasil Presbiteriano no formato atual com os suplementos para cada  
24 segmento da Igreja, objetivando a integração da família presbiteriana. Promover a  
25 integração nacional através de cadernos regionais encartados nas edições normais.  
26 Informatizar a redação para agilizar a produção do jornal, suplementos regulares e  
27 cadernos especiais. Motivar os diversos setores da igreja para a provisão dos  
28 conteúdos a serem editados nos respectivos suplementos. Criar um setor de  
29 promoção para fomentar o aumento do número de assinantes e estimular a leitura  
30 do jornal, suplementos e cadernos. Implantar a venda avulsa em livrarias e bancas  
31 ligadas a membros da IPB. Dinamizar a captação de publicidade visando ao  
32 crescimento do jornal. Empreender esforços no sentido de que cada família se tome  
33 assinante do jornal Brasil presbiteriano. 2.2) Quanto ao Conselho de Educação

1 Cristã e Publicações da IPB. Trabalhar a imagem da Editora Cultura Cristã dentro e  
2 fora da IPB. Produzir até o fim de 1995, 200 mil exemplares da Revista da Escola  
3 Dominical. Introduzir o serviço de Telemarketing. Melhorar a distribuição de  
4 terceiros. Vender os livros em estoque com novas capas e colocados em promoção.  
5 Projetos especiais - Encontros regionais de professores e líderes de Escola  
6 Dominical. Encontro com todos os que produzem revistas de Escola Dominical para  
7 uma distribuição ou colaboração harmônica e fraterna de todo material produzido.  
8 2.2.1 - Instrumentos de divulgação (Mídia). Contrato já feito com a Revista Ultimato,  
9 em página nobre. Triagem de 14 mil exemplares. Contrato já feito com o jornal  
10 Liderança, da SEPAL. Triagem de 72 mil. Contrato com o programa "Pare e Pense",  
11 do Rev. Caio Fábio. Produção e envio de folders, capas de livros e listas de preços.  
12 Observação: A Editora Cultura Cristã (CEP) não está mais no vermelho. A  
13 credibilidade da mesma junto à Igreja já melhorou bastante. Estamos investindo 3%  
14 do faturamento bruto mensal em marketing. 2.3) Quanto à LUZ PARA O CAMINHO.  
15 Rádio - Manter os programas de rádio inclusive para outros povos de língua  
16 portuguesa, incentivando um maior número de igrejas a se filiarem à rede LPC -  
17 IPB, colocando como meta, pelo menos, 1 programa em cada capital brasileira. TV -  
18 Expandir a produção e veiculação do programa Cada Dia. Motivar os membros e  
19 igrejas locais a cooperar com LPC na construção e remodelação do seu  
20 equipamento de televisão. Spots - Produzir de Spots (pequenas mensagens) para  
21 rádio e TV. Disquepaz - Manter o sistema Disquepaz e Telestória. Cada Dia -  
22 Utilizar o Cada Dia para maior incentivo ao culto doméstico e à devoção pessoal.  
23 CALENDÁRIO UNIFICADO DAS SECRETARIAS GERAIS. Dentro do espírito do  
24 crescimento integral e integrado da Igreja, proposto no "Planejamento para o ano  
25 2000 e Realizando Já", a Comissão de Consolidação dos Planos e Calendário da  
26 IPB, formada pelos Secretários Gerais e Presidentes das Confederações Nacionais,  
27 organizam o seguinte calendário: 1995/1996 - SECRETARIA GERAL DO  
28 TRABALHO FEMININO - PLANO DE ATIVIDADES PARA O QUADRIÊNIO - 1994 -  
29 1998 - METAS: 1º) "ESTAR JUNTO COM" - Acompanhar a Confederação Nacional  
30 em todas as atividades, em todo o território nacional: reuniões de Diretoria, da  
31 Comissão Executiva, Congressos, reuniões inspirativas, visitas especiais. - Manter  
32 contato regular com a Diretoria da Confederação, ouvindo os anseios e  
33 reivindicações e solicitando as providências junto ao Supremo Concílio para as

1 soluções que se fizerem necessárias. - Incentivar a prática do Tema: "Louvor que  
2 Renova" - ser a companheira que anima, tranqüiliza e soma esforços para que as  
3 SAFs cooperem para o fortalecimento e o crescimento da Igreja, como parte  
4 integrante dela. 2º) Promover encontros com Secretários Sinodais e Presbiteriais, a  
5 fim de ajudá-los em suas atividades, contribuindo para a unidade do Trabalho  
6 Feminino em todo o Brasil. 3º) Manter contato com os Secretários Gerais da UCP,  
7 UPA, UMP, UPH para troca de idéias e planos de trabalho conjunto. 4º) SAF em  
8 Revista: não medir esforços ao lado da Confederação Nacional, para melhorar cada  
9 vez mais a SAF em Revista, quanto a sua qualidade, visando a informação e a  
10 formação integral da mulher presbiteriana. Para tanto: a) acompanhar o trabalho da  
11 Secretaria de Imprensa da Confederação Nacional, quanto à seleção e preparo do  
12 material a ser publicado; b) zelar pela qualidade dos artigos, dentro dos princípios  
13 da doutrina evangélica reformada calvinista que professamos; c) manter contato  
14 permanente com a Editora Cultura Cristã para a presteza e aprimoramento na  
15 elaboração, publicação e distribuição da revista. 5º) Incentivar o Trabalho Feminino  
16 na Prática do Plano de Ação do Supremo Concílio para este Quadriênio - valorizar  
17 nosso sistema de doutrinas, governo e disciplina, incentivando estudos e seminários  
18 - empenhar-se na obra missionária colaborando com os "plantadores de Igrejas"  
19 para o crescimento do trabalho presbiteriano no âmbito da evangelização  
20 (disciplinado), do ensino (oferecendo pessoal qualificado na obra educacional), da  
21 Ação Social (auxiliando as obras assistenciais, os Campos Missionários, as  
22 comunidades no contexto de cada SAF/ Igreja. SECRETARIA GERAL DA  
23 MOCIDADE - SÍNTESE DA PROPOSTA DE TRABALHO PARA 1995 - I - OBJETIVO  
24 GERAL - Dar apoio ao trabalho da Confederação Nacional da Mocidade e manter  
25 contato com os Secretários Sinodais, a fim de ajudá-los em suas atividades. II -  
26 OBJETIVOS ESPECÍFICOS - 1) Escrever para todos os Presidentes de Sínodos,  
27 solicitando seu empenho no sentido de que a escolha dos Secretários Sinodais, em  
28 julho de 1995 recaia sobre alguém que se disponha a dar todo apoio às  
29 Confederações da Mocidade; 2) Escrever aos Presidentes dos Sínodos  
30 mencionados a seguir, solicitando todo o empenho junto aos Secretários Sinodais,  
31 no sentido de serem organizadas as Confederações da Mocidade: Setentrional,  
32 Brasília, Pampulha - BH, Bauru, Nordeste, Sudoeste de Goiás, Sul de Minas, Sul do  
33 Brasil, Brasil Central, Matogrossense, Santos/Borda do Campo; 3) Coordenação, ao

1 Iado dos demais Secretários Gerais, o I Encontro Nacional de Secretários Sinodais,  
2 convocado para Belo Horizonte - MG, de 06 a 08 de outubro de 1995; 4)  
3 Supervisionar a edição trimestral do jornal MOCIDADE; 5) Colaborar com a edição  
4 trimestral do suplemento JOVEM PRESBITERIANO; 6) Participar dos eventos do  
5 Calendário Oficial de atividades da Confederação Nacional da Mocidade  
6 Presbiteriana. SECRETARIA GERAL DO TRABALHO MASCULINO - PROJETO DE  
7 ATIVIDADES PARA 1995 - Objetivos: 1) Dotar o Trabalho Masculino de um órgão  
8 de Informação com o proposto de informar e formar a consciência do Homem  
9 Presbiteriano; 2) Aproximar a data de realização do Congresso Nacional dos  
10 Homens com a data do Supremo Concílio de 1998; 3) Buscar meio e modos de  
11 realizar um trabalho integrado entre o Trabalho Masculino, Trabalho Feminino e  
12 Mocidade, descompartmentando as sociedades internas da Igreja Presbiteriana do  
13 Brasil. a) Pb. Alberto Rodrigues Roque. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SAFs -  
14 PLANEJAMENTO 1995 - Continuar a desenvolver o tema do Quadriênio "Louvor  
15 que renova" (Sl. 103.1-10) SUBTEMA: Renovar para rever a Ética Cristã. 1) Rever a  
16 postura da mulher Presbiteriana na família; 2) A mulher presbiteriana nos dias  
17 atuais: a) sua postura ética na igreja; b) a mulher presbiteriana na sociedade; 3)  
18 Renovação no conhecimento da sã doutrina: a) a atualidade dos Dez Mandamentos;  
19 b) Catecismo Maior. METAS: Manter coeso o Trabalho Feminino. - Prestigiar o  
20 trabalho estando presente em todas reuniões. - Colaborar em todos os setores e  
21 propostas da Igreja em âmbito Local, Regional e Nacional. - Aumentar o número de  
22 assinaturas da SAF em Revista, chegando ao número de 50.000 exemplares. -  
23 Colaborar com as JME e JMN. - Usar 20% do orçamento da Confederação Nacional  
24 para trabalho de Assistência Social. - Fazer-se presente nos diversos congressos  
25 de Missões e Evangelismo e CONEAS, através de suas secretárias de causa.  
26 DESAFIO: Organizar as SAFs de San Lorenzo e Concepción no Paraguai. -  
27 Reorganizar a SAF de Assunción no Paraguai. SOLICITAÇÕES AO SUPREMO  
28 CONCÍLIO - Documentos enviados: a) autonomia da SAF em Revista com a  
29 supervisão da Secretaria Geral; b) autonomia sobre o Museu do Trabalho Feminino,  
30 com supervisão da Secretaria Geral; c) indicação do preleitor para o XIII Congresso  
31 Nacional - Rev. Caio Fábio D'Áraújo Filho; d) implantação dos chamados  
32 "Ministérios Presidente. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS HOMENS

1 PRESBITERIANOS - PLANEJAMENTO 1995 - TEMA PARA O ANO DE 1995:  
2 "Santificai-vos..e sede avivados no Senhor" (Hc.3:2) PROJETO BANDEIRANTES  
3 DA FÉ" JOSÉ MANOEL DA CONCEIÇÃO: Esta sob a coordenadoria de Dr. Alberto  
4 Rodrigues Roque, José Tomás Maldonado Filho e Francisco Rosa da Fonseca.  
5 PROJETO 20.000 BÍBLIAS: Distribuição durante o Quadriênio - ENCONTRO DA  
6 FAMÍLIA PRESBITERIANA: A ser realizado por Sinodais. PROJETO "REVISTA -  
7 UPH EM AÇÃO" Tem sido um desafio o projeto de uma Revista para os Homens  
8 Presbiterianos. A médio prazo estamos nos utilizando do Suplemento do Brasil  
9 Presbiteriano. PROJETO SEDE NACIONAL: A Diretoria da Confederação Nacional  
10 juntamente com a Secretaria Geral, estão instalando um escritório na cidade de  
11 Duque de Caxias - RJ, que será a Sede Nacional do Trabalho Masculino. Adonias  
12 Campos - Presidente. Igreja Presbiteriana do Brasil - SECRETARIA GERAL DO  
13 TRABALHO FEMININO - PLANO DE ATIVIDADES PARA O QUADRIÊNIO - 1994 -  
14 1998 - METAS: 1º) "ESTAR JUNTO COM" - Acompanhar a Confederação Nacional  
15 em todas as atividades, em todo o território nacional: reuniões de Diretoria, da  
16 Comissão Executiva, Congressos, reuniões inspirativas, visitas especiais. - Manter  
17 contato regular com a Diretoria da Confederação, ouvindo os anseios e  
18 reivindicações e solicitando as providências junto ao Supremo Concílio para as  
19 soluções que se fizerem necessárias. - Incentivar a prática do Tema: "Louvor que  
20 Renova" - ser a companheira que anima, tranqüiliza e soma esforços para que as  
21 SAFs cooperem para o fortalecimento e o crescimento da Igreja, como parte  
22 integrante dela. 2º) Promover encontros com Secretários Sinodais e Presbiteriais, a  
23 fim de ajudá-los em suas atividades, contribuindo para a unidade do Trabalho  
24 Feminino em todo o Brasil. 3º) Manter contato com os Secretários Gerais da UCP,  
25 UPA, UMP, UPH para troca de idéias e planos de trabalho conjunto. 4º) SAF em  
26 Revista: não medir esforços ao lado da Confederação Nacional, para melhorar cada  
27 vez mais a SAF em Revista, quanto a sua qualidade, visando a informação e a  
28 formação integral da mulher presbiteriana. Para tanto: a) acompanhar o trabalho da  
29 Secretaria de Imprensa da Confederação Nacional, quanto à seleção e preparo do  
30 material a ser publicado; b) zelar pela qualidade dos artigos, dentro dos princípios da  
31 doutrina evangélica reformada calvinista que professamos; c) manter contato  
32 permanente com a Editora Cultura Cristã para a presteza e aprimoramento na  
33 elaboração, publicação e distribuição da revista. 5º) Incentivar o Trabalho Feminino

1 na Prática do Plano de Ação do Supremo Concílio para este Quadriênio - valorizar  
2 nosso sistema de doutrinas, governo e disciplina, incentivando estudos e seminários  
3 - empenhar-se na obra missionária colaborando com os "plantadores de Igrejas"  
4 para o crescimento do trabalho presbiteriano no âmbito da evangelização  
5 (disciplinado), do ensino (oferecendo pessoal qualificado na obra educacional), da  
6 Ação Social (auxiliando as obras assistenciais, os Campos Missionários, as  
7 comunidades no contexto de cada SAF/ Igreja. Eunice Souza - Secretária Geral do  
8 Trabalho Feminino - SECRETARIA GERAL DA MOCIDADE - SÍNTESE DA  
9 PROPOSTA DE TRABALHO PARA 1995 - I - OBJETIVO GERAL - Dar apoio ao  
10 trabalho da Confederação Nacional da Mocidade e manter contato com os  
11 Secretários Sinodais, afim de ajudá-los em suas atividades. II - OBJETIVOS  
12 ESPECÍFICOS - 1) Escrever para todos os Presidentes de Sínodos, solicitando seu  
13 empenho no sentido de que a escolha dos Secretários Sinodais, em julho de 1995  
14 recaia sobre alguém que se disponha a dar todo apoio às Confederações da  
15 Mocidade; 2) Escrever aos Presidentes dos Sínodos mencionados a seguir,  
16 solicitando todo o empenho junto aos Secretários Sinodais, no sentido de serem  
17 organizadas as Confederações da Mocidade: Setentrional, Brasília, Pampulha - BH,  
18 Bauru, Nordeste, Sudoeste de Goiás, Sul de Minas, Sul do Brasil, Brasil Central,  
19 Matogrossense, Santos/Borda do Campo; 3) Coordenação, ao lado dos demais  
20 Secretários Gerais, o I Encontro Nacional de Secretários Sinodais, convocado para  
21 Belo Horizonte - MG, de 06 a 08 de outubro de 1995; 4) Supervisionar a edição  
22 trimestral do jornal MOCIDADE; 5) Colaborar com a edição trimestral do suplemento  
23 JOVEM PRESBITERIANO; 6) Participar dos eventos do Calendário Oficial de  
24 atividades da Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana. Secretário Geral  
25 da Mocidade - Enos Moura - CALENDÁRIO UNIFICADO DAS SECRETARIAS  
26 GERAIS - 1995 - Dentro do espírito do crescimento integral e integrado da Igreja,  
27 proposto no "Planejamento para o ano 2000 e Realizando Já", a Comissão de  
28 Consolidação dos Planos e Calendário da IPB, formada pelos Secretários Gerais e  
29 Presidentes das Confederações Nacionais, organizam o seguinte calendário:  
30 SECRETARIA GERAL DA MOCIDADE. À Comissão Executiva do Supremo Concílio  
31 da Igreja Presbiteriana do Brasil - Prezados Irmão: Atendendo anseios da  
32 Confederação Nacional da Mocidade, e dentro do que recomenda o Manual  
33 Unificado, solicitamos a especial colaboração dos nobres irmãos no sentido de

1 recomendar aos Sínodos: Setentrional, Nordeste, Brasil Central, Sudoeste  
2 de Goiás, Matogrossense, Pampulha - BH, Sul de Minas, Santos/Borda do Campo,  
3 Bauru e Sul do Brasil, a criação das suas respectivas Confederações de Mocidade,  
4 contando para isto, com o apoio desta Secretaria Geral e da Confederação Nacional  
5 da Mocidade. Rogando as bênçãos do Senhor sobre o vosso trabalho, firmamo-nos,  
6 fraternalmente em Cristo, SECRETÁRIO GERAL DA MOCIDADE - a) Enos Moura.  
7 SECRETARIA GERAL DO TRABALHO MASCULINO - PROJETO DE ATIVIDADES  
8 PARA 1995 - Objetivos: 1) Dotar o Trabalho Masculino de um órgão de Informação  
9 com o proposto de informar e formar a consciência do Homem Presbiteriano; 2)  
10 Aproximar a data de realização do Congresso Nacional dos Homens com a data do  
11 Supremo Concílio de 1998; 3) Buscar meio e modos de realizar um trabalho  
12 integrado entre o Trabalho Masculino, Trabalho Feminino e Mocidade,  
13 descompartimentando as sociedades internas da Igreja Presbiteriana do Brasil.  
14 SECRETÁRIO GERAL DO TRABALHO MASCULINO a) Pb. Alberto Rodrigues  
15 Roque - CALENDÁRIO DO TRABALHO FEMININO - 1995 - 21 a 23/4/95: 1)  
16 Reunião da Comissão Executiva. Local: Sítio dos Pinheirais. Curitiba - PR.  
17 Objetivos: Apresentação do SUBTEMA "Revisão da Ética Cristã".- Avaliar o que foi  
18 realizado - Programar as reuniões bienais - Confraternização. 2) Meses de junho,  
19 julho, agosto/95: Reuniões Bienais em todos os finais de semana, no total de 44  
20 Congressos. 30/9 a 01/10/95: Congresso da Sinodal Sul do Brasil em Porto Alegre.  
21 01 a 10/09/95. 3) Visita ao Campo Missionário do Paraguai. Objetivos: Conhecer o  
22 campo, suas necessidades e anseios - Ajudar na área de Assistência Social,  
23 levando roupas usadas, medicamentos e um retro projetor - organização de três  
24 SAFs - Divulgar o tema geral e subtemas do Quadriênio - Ouvir relatórios e avaliar o  
25 trabalho realizado - orientar e motivar a liderança na execução das atividades a  
26 nível regional. SECRETARIA GERAL DA INFÂNCIA PLANEJAMENTO 1995 - MÊS  
27 A MÊS. A CE-SC/IPB resolve: Aprovar o planejamento anual da IPB realizado na  
28 reunião de 10 a 13 de março de 1955, com as seguintes observações: a) Na folha  
29 03 item 4, letra "a", dar a seguintes redação: cooperar com a Igreja Presbiteriana na  
30 Argentina através da CRIE e JME, para formação de Liderança e Plantação de  
31 Igrejas; b) Onde se lê: "pela CRIE", excluir a expressão: "Para alcançar os objetivos  
32 propostos e as estratégias estabelecidas, propõe-se criar "COORDENADORIA DE  
33 EVENTOS DA IPB" (Doc. anexo 2); c) No termo educação teológica onde trata dos

1 objetivos específicos, acrescentar o item 5 com a seguinte redação: “Determinar aos  
2 Concílios e Seminários o cumprimento das normas de ingresso de candidatos ao  
3 ministério; e o item 6: Determinar aos Presbitérios que procedam o levantamento de  
4 situação dos pastores jubilados, e viúvas de jubilados e constatado a necessidade  
5 de ajuda procurem atendê-los, apresentando relatório à CE-SC/IPB. No item ‘2.1’  
6 dar a seguinte redação: “Divulgar as normas de ingresso aos Seminários”; d) Na  
7 folha 04, onde trata dos objetivos específicos da Secretaria Geral do Trabalho  
8 Feminino, dar a seguinte redação ao item 02. “Empenhar-se juntamente com a  
9 liderança do Trabalho Feminino, na obra missionária, colaborando com os  
10 “Plantadores de Igrejas” para o crescimento do trabalho presbiteriano no âmbito da  
11 Evangelização, do Ensino e da Ação Social”; no item 3) substituir a expressão:  
12 Melhorar a “SAF em Revista” por Continuar melhorando a “SAF em Revista”; e, no  
13 item ‘2.1’ da Estratégia, dar a seguinte redação ao parágrafo 3º: “Divulgar no  
14 Trabalho Feminino a prática do Plano de Ação do Supremo Concílio para este  
15 quatriênio”; e, a folha 05 onde trata de estratégia, ‘2.1’, dar a seguinte redação ao  
16 parágrafo 2º: “Divulgar intensamente a SAF em Revista, visando alcançar a tiragem  
17 de 50.000 exemplares”; d) A folha 05, onde trata da Confederação dos Homens  
18 Presbiterianos, item 1) Objetivos Específicos; nº 1 dar a seguinte redação: Incentivar  
19 a prática do sub - tema: SANTIFICAI-VOS... E SEDE AVIVADOS NO SENHOR”  
20 Hc.3:2; no nº 2, substituir a expressão projetar por editar; e) A folha 08, onde trata  
21 da Secretaria Geral da Infância, dar a seguinte redação ao ponto ‘2.1’ Divulgação:  
22 “Visitar os nossos Seminários e Institutos Bíblicos, despertando nos futuros pastores  
23 e obreiros o desejo de trabalharem com crianças”; e, no ponto ‘2.2’ Implementação,  
24 dar a seguinte redação ao parágrafo 1º: “Organizar 5 Encontros Regionais, onde  
25 serão levadas sugestões, e mostrada a importância do Manual Unificado”; f) No  
26 anexo 3 ponto 1, Dar a seguinte redação: Determinar a JET que, ouvindo o  
27 Conselho Diretor...; e no ponto 3 onde se lê.... “a aprovação da CE-SC/IPB”, leia-  
28 se: aprovação da mesa da CE-SC/IPB<sup>107</sup>. **Doc. XCI** - Quanto ao Doc. nº142 -  
29 Consulta do Presbitério Alto do Araguaia sobre o voto de membros da Mesa do  
30 Presbitério. A CE-SC/IPB, 1) Considerando que votam na Sessão Preparatória do  
31 Presbitério os membros efetivos (Art. 29 Parágrafo único - Regulamento Interno -  
32 Presbitérios); 2) Considerando que o Art.66 CI/IPB, letra “a”, define os membros efe-

---

<sup>107</sup> Doc. XC Planejamento Anual da IPB.

1 tivos do Concílio; Resolve: 1) Que os ministros membros do Concílio - Presbitério  
2 são efetivos e no caso do ministro jubilado tem o direito a voto conforme o Art.49  
3 §5º; 2) Que o presbítero, não sendo presidente do Presbitério e não tenha sido  
4 eleito representante da Igreja, não é membro efetivo do Concílio, não tendo portanto  
5 direito a voto<sup>108</sup>. **Doc. XCII** - Quanto ao Doc. 100 - Relatório sobre o Regimento  
6 Interno da Federação Nacional de Escolas Presbiterianas (FENEP). A CE-SC/IPB  
7 resolve: 1) Tomar conhecimento do referido relatório; 2) Aprovar o Regimento  
8 interno da FENEP nos seguintes termos: 'Regimento Interno da Federação Nacional  
9 de Escolas Presbiterianas - FENEP - CAPÍTULO I - Da Natureza, Constituição e  
10 Finalidade: Art. 1º - A Federação das Escolas Presbiterianas - FENEP, é uma  
11 entidade da IPB instituída pelo Supremo Concílio e formada pelas Escolas  
12 Presbiterianas de 1º, 2º e 3º graus, com a finalidade de orientar, incentivar, inspirar  
13 e assistir as Instituições Educacionais no País. §1º - Além das escolas da IPB,  
14 devem ser filiadas a FENEP, as escolas dos Concílios e Igrejas Presbiterianos  
15 locais; §2º - Podem ser filiadas as escolas pertencentes e ou dirigidas por  
16 presbiterianos; §3º - As Creches e Pré-Escolas Presbiterianas, poderão se filiar à  
17 FENEP nos termos deste artigo; CAPÍTULO II - Da Competência: Art.2º - Compete a  
18 FENEP: a) Cadastrar de forma completa todas as escolas presbiterianas - modelo a  
19 ser elaborado, b) Promover encontros periódicos regionais e nacionais entre os  
20 representantes das instituições educacionais para realização de: intercâmbios, troca  
21 de experiências, inspiração mútua, debate de problemas, reciclagem e atualização  
22 metodológica de ensino; c) Incentivar as Igrejas jurisdicionadas à IPB a redescobrir  
23 sua missão educacional, criando novas escolas e expandindo as já existentes; d)  
24 Incentivar e promover intercâmbio de recursos humanos, pedagógicos e materiais;  
25 e) Apresentar relatório à CE-SC/IPB e quadrienal ao SC; f) Oferecer e/ou mediar  
26 assessoramento às escolas federadas quando solicitada; g) Colaborar na melhoria  
27 do ensino, nas diversas instituições educacionais presbiterianas; h) Incentivar a  
28 informatização das Instituições, usando subsídios conforme oferecidos pelo PRÓ -  
29 EDUCAR; i) Estimular as escolas presbiterianas quanto ao ensino religioso,  
30 compatibilizando-o com a nossa fé cristã e reformada; j) Orientar para que haja, nas  
31 escolas presbiterianas, o respeito à legislação escolar, previdenciária e trabalhista;  
32 k) Enviar boletins informativos às escolas federadas. CAPÍTULO III - Da

---

<sup>108</sup> Doc. XCI Consulta sobre o voto de membros da Mesa do Presbitério.

1 Administração: Art.3º - A FNEP será administrada por uma diretoria constituída de  
2 quatro nomes indicados pelo SC, escolhendo entre si: a) Presidente, b) Vice-  
3 Presidente, c) Secretário Executivo, d) Tesoureiro, Parágrafo Único - Em caso de  
4 vacância, a CE-SC/IPB nomeará pessoa competente para suprir tal falta. Art.4º - A  
5 Diretoria da FNEP não perceberá remuneração pelo trabalho desenvolvido, sendo,  
6 entretanto, reembolsadas as despesas de viagem, hospedagem, alimentação e  
7 afins, quando no exercício dos seus cargos, sempre observados os critérios de  
8 maior economia. Art.5º - Compete ao Presidente: a) Convocar e presidir as reuniões  
9 da Federação; b) Convocar e presidir as reuniões de sua diretoria; c) Assinar com o  
10 Secretário Executivo o Relatório à CE-SC/IPB e ao SC; d) Estabelecer contatos com  
11 as Escolas Presbiterianas; e) Representar a FNEP junto a CE-SC/IPB e SC,  
12 sempre que necessário. Art.6º - Compete ao Vice-Presidente: a) Substituir o  
13 presidente em suas faltas e impedimentos. Art.7º - Compete ao Secretário  
14 Executivo: a) Lavrar as atas da diretoria e da FNEP na forma própria, b) Redigir e  
15 expedir as correspondências da FNEP, c) Manter em ordem os arquivos da  
16 FNEP; d) Zelar pelo cumprimento das resoluções da FNEP; e) Substituir o Vice-  
17 Presidente. Art.8º - Compete ao Tesoureiro: a) Receber verbas da tesouraria do SC  
18 e ou outras fontes; b) Efetuar os pagamentos constantes do orçamento ou  
19 autorizadas pela Diretoria; c) Apresentar relatório anual a FNEP. CAPÍTULO IV -  
20 Das Reuniões: Art.9º - A FNEP se reunirá ordinariamente uma vez por semestre e,  
21 extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, a juízo da diretoria;  
22 Parágrafo Único - As reuniões ordinárias levarão em conta as necessidades das  
23 escolas, no começo e no final de cada ano letivo. Art.10 - A FNEP promoverá  
24 encontros regionais entre escolas da área, com a finalidade de cumprir os  
25 dispositivos do Art.2º (b) deste regimento, no que lhe couber. CAPÍTULO V - Das  
26 Disposições Gerais: Art.11 - O presente regimento pode ser reformado por iniciativa  
27 da FNEP, com a devida homologação do SC ou sua CE-SC/IPB, ou por iniciativa da  
28 CE-SC/IPB ou do SC; Art.12 - Esse regimento entrará em vigor a partir de sua  
29 aprovação pela CE-SC/IPB. Art. 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela  
30 diretoria da FNEP com parecer da CE-SC/IPB. 3) Baixar à subcomissão 01 para  
31 dotação de verba, com o objetivo de viabilizar o funcionamento da FNEP; 4) Dar  
32 poderes à Mesa da CE-SC/IPB para indicar os nomes, que comporão a diretoria até a  
33 próxima reunião ordinária do SC. A mesa da CE-SC/IPB nomeou os seguintes

1 nomes para compor a *FENEP - FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESCOLAS*  
2 *PRESBITERIANAS*: Titulares: Pb. Prof. Nilson de Oliveira, Prof<sup>a</sup>. Débora Duarte  
3 Ribeiro, Pb. Dr. Prof. Luiz Carlos Salomão e Rev. Prof. Dídimio de Freitas<sup>109</sup>. **Doc.**  
4 **XCIII** - Quanto ao Doc. 98 - Relatório da Junta de Missões Nacionais. A CE-SC/IPB  
5 resolve: 1) Tomar conhecimento e aprovar o relatório; 2) Apreciar o trabalho que  
6 vem sendo desenvolvido com muita propriedade e carinho; para tanto faz-se mister  
7 destacar, para honra e glória de Deus: 2.1 - CURSOS E ASSISTÊNCIA - Curso de  
8 Treinamento Missionário - CTM aos obreiros, com três anos de duração; Curso de  
9 Treinamento para professores de ER em Matupá - MT; Curso Bíblico e Lingüístico  
10 junto aos índios, sediado em Benjamin Constant - AM; Curso Bíblico e Ambulatório  
11 Médico Dentário com Manutenção Coreana, principalmente aos obreiros coreanos;  
12 Assistência Médico-Hospitalar aos obreiros com colaboração dos diversos Hospitais  
13 Evangélicos das regiões missionárias. 2.2) DESAFIOS - Manutenção e  
14 consolidação de novas frentes. Construção e documentação do patrimônio. 2.3)  
15 NOVAS IGREJAS ORGANIZADAS - Igreja Presbiteriana Bairro de Placas - Rio  
16 Branco - AC - Igreja Presbiteriana Estrito - MA. 2.4) TEMPLOS CONSAGRADOS em  
17 número de onze unidades. Realçar com alegria a criação de mias um Presbitério  
18 entregue à IPB, fruto do trabalho da JMN - Presbitério do Acre (PRAC). Criação do  
19 Departamento do Índio. Esforço para a atualização estatística ( uma faixa de 200  
20 obreiros).10 novas frentes com diversas aquisições de terrenos e construções.  
21 Montagem de uma marcenaria em Rio Branco/AC, para fabricação de móveis para  
22 as igrejas. Rogamos ao Senhor da Seara as maiores bênçãos à JMN, certos de que  
23 esta bandeira erguida fará brotar uma consciência nacional de que “os que com  
24 lágrimas semeiam, com júbilo ceifarão; quem sai andando e chorando enquanto  
25 semeia, voltará com júbilo trazendo os seus feixes “. Que se envide esforços no  
26 sentido da multiplicação dos recursos materiais, humanos e espirituais. Rogamos,  
27 outrossim, saúde, paz e prosperidade para a JMN e todos os obreiros.  
28 Agradecemos a Deus pela JMN<sup>110</sup>. **Doc. XCIV** - Quanto ao Doc. 111 - Relatório da  
29 Comissão Nacional de Evangelização. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar  
30 conhecimento do Relatório e da nova diretoria eleita para o biênio julho/95 a  
31 julho/97: Presidente - Rev. Sebastião Guimarães Costa Filho, Vice-Presidente - Rev.

---

<sup>109</sup> Doc. XCII RI da Fenep

<sup>110</sup> Doc. XCIII Relatório da JMN

1 Jonas Zulske, Secretário - Pb. Daniel Tadeu Alves do Sacramento e Tesoureiro -  
2 Rev. Sirgisberto Queiroga; 2) Tomar conhecimento do 5º Congresso Nacional de  
3 Evangelização e Missões a realizar-se entre 12 e 16/04/95, em Salvador, Bahia, e  
4 da contratação de mais um evangelista; Rev. Francisco José do Nascimento; 3)  
5 Apreciar o esforço dos evangelistas da CNE, Rev. Josafá Vasconcelos, Rev.  
6 Antônio Carlos Menezes e Rev. Norberto Santandréa, no sentido de atuar em  
7 conferências e pregações na IPB; 4) Aprovar o Relatório e desejar que a CNE possa  
8 alcançar o almejado crescimento integral da Igreja, sob orientação do Senhor da  
9 Igreja<sup>111</sup>. **Doc. XCV** - Quanto ao Doc. 99 - Relatório da Junta de Missões  
10 Estrangeiras. A CE-SC/IPB resolve: Receber e aprovar o relatório da Junta de  
11 Missões Estrangeiras, com os seguintes destaques: 1) Embora o pouco tempo de  
12 atividades depois do último relatório, o quadro de membros mostra crescimento. 2)  
13 Louvamos a Deus, pelas seguintes atividades dos missionários: a) Ministração de  
14 aulas em Seminário. b) Obra de capelania em Presídio. c) O grande número de  
15 crianças alcançadas na evangelização. d) Cursos de trabalhos manuais. e)  
16 Ministração de estudos Bíblicos, inclusive por correspondência. f) A assistência à  
17 pessoas m favelas e em colônia de leprosos. g) Treinamento de Líderes, para que  
18 possam ensinar o povo em sua própria língua. 3) Destacar: a) a realização do 1º  
19 Encontro de Secretários de Missões. b) a realização do 1º Encontro de Missionários.  
20 c) o grande número de boletins expedidos. Não foi mencionado o número de países  
21 atingidos, o número de missionários, e, em determinados campos, nenhuma  
22 informação. Agradecemos a Deus, pela Junta de Missões Estrangeiras<sup>112</sup>. **Doc.**  
23 **XCVI** - Quanto ao Doc. 102 - Relatório da Capelania Hospitalar da Capelã Eleny  
24 Vassão de Paula Aitken. A CE-SC/IPB recebe e aprova o relatório das atividades  
25 realizadas no ano de 1994, destacando-se o seguinte: 1) Preparou em vários  
26 Estados, Capelães onde estão exercendo suas atividades em Capelania Hospitalar;  
27 2) Foram realizadas muitas palestras em Igrejas, Escolas, Indústrias, sempre com a  
28 visão evangélica; 3) É membro do Conselho de AIDS do Estado de São Paulo,  
29 designada pelo Governador do Estado de São Paulo; 4) Esteve dando assistência  
30 espiritual e com a colaboração do Instituto Mackenzie com 1 (uma) tonelada de  
31 alimentos para as famílias com AIDS do Hospital Emílio Ribas. Quanto ao item 5 do

---

<sup>111</sup> Doc. XCIV Relatório da CNE

<sup>112</sup> Doc. XCV Relatório da JME

1 índice III - Necessidades, a Capelã solicita aumento do seu sustento financeiro. A  
2 subcomissão nº 08 resolve encaminhar a solicitação da Capelã Eleny Vassão à  
3 subcomissão nº 01<sup>113</sup>. **Doc. XCVII** - Quanto ao Doc. 138 - Reforma do Regimento  
4 Interno da Junta de Missões Estrangeiras e Minuta de Contrato Missionário.  
5 Aprovado em seus termos: "Reforma do Regimento Interno da Junta de Missões  
6 Estrangeiras e Minuta de Contrato Missionário". A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar o  
7 RI da JME nos seguintes termos: Artigo 1º "A Junta de Missões Estrangeiras da  
8 Igreja Presbiteriana do Brasil (JME - IPB) foi criada com a finalidade de fundar,  
9 coordenar, dirigir e administrar toda e qualquer obra missionária ligada à IPB em  
10 outros países, como também colaborar em parceria, com outras agências  
11 missionárias e igrejas, havendo conveniência para a IPB e JME ". Artigo 2º - idem.  
12 Artigo 3º - A JME constituir-se-á de 9 (nove) membros efetivos e 6 (seis) suplentes,  
13 eleitos pelo Supremo Concílio da IPB. Parágrafos 1º, 2º e 3º idem. Artigo 4º -  
14 idem/Parágrafo Único idem. Artigo 5º - idem. §1º "O Vice-Presidente será o  
15 Presidente do exercício anterior, ressalvado o caso de eleição do Presidente ou do  
16 Vice-Presidente". §2º idem. Artigos 6º e 7º idem. Artigo 8º idem/alíneas a, b e c  
17 idem. Alínea d "orientar os missionários e acompanhar o trabalho missionário de  
18 cada um, dando relatório de informações, por escrito, à JME". Alínea e idem Artigo  
19 9º "A substituição do Presidente, na sua falta ou eventual impedimento, dar-se-á na  
20 seguinte ordem 1) Vice-Presidente; 2) Secretário Executivo; 3) Secretário; 4)  
21 Tesoureiro. Artigo 10 e alíneas; Artigo 11 e alíneas; Artigo 12 e alíneas; Artigo 13 e  
22 14 idem. Artigo 15 "Abrir trabalhos missionários e organizar igrejas em qualquer  
23 parte do mundo". Artigo 16 e alíneas; Artigo 17 a 20 idem. Artigo 21 "Encarregar  
24 um ou dois dos seus membros de fazer viagem de estudos da obra presbiteriana em  
25 geral, afim de colher informações, cuja divulgação promova a maior expansão das  
26 atividades missionárias em outros países. Artigos 22, 23 e 24 idem. Artigo 25  
27 "Facultar ao missionário que trabalhar 4 anos no campo, um mês de licença e três  
28 meses de prestação de serviço à JME no Brasil. O pagamento de despesas de  
29 viagens e permanência do missionário e sua família deverá ser previamente  
30 ajustado entre as partes". Artigos 26 a 35 idem; 2) Aprovar a minuta de contrato  
31 missionário nos seguintes termos: Cláusulas 1ª e 2ª idem. Cláusula 3ª idem. Alíneas  
32 a e b; b1 e b2 idem. Observação: "Nos itens acima (b1 e b2) estão incluídas as

---

<sup>113</sup> Doc. XCVI Relatório da Capelania Hospitalar da Capelã Eleny Vassão de Paula Aitken

1 despesas com esposa e Filhos do missionário, sendo 30% da responsabilidade da  
2 JME. Cláusula 4<sup>a</sup> idem. Cláusula 5<sup>a</sup> “Rescisão do acordo: O presente acordo poderá  
3 ser rescindido por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 60  
4 dias. Alíneas a, b e c idem. Cláusulas 6<sup>a</sup> a 19<sup>a</sup> idem”<sup>114</sup>. **Doc. XCVIII** - Quanto ao  
5 Doc. 103 - Solicitação do Pbt. Bauru quanto à Reforma e/ou emendas ao Manual  
6 Presbiteriano. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2) Agradecer a  
7 preocupação e interesse do Presbitério de Bauru, a respeito de Reforma e/ou  
8 Emendas ao Manual Presbiteriano; 3) Atender à solicitação do Presbitério de  
9 Bauru<sup>115</sup>. **Doc. XCIX** - Quanto ao Doc. 104 - Relatório do representante da Igreja  
10 junto à Diaconia - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: a) Aprovar o  
11 relatório do representante da IPB junto à DIACONIA; b) Ressaltar a eleição do Rev.  
12 Arnulfo Alves Barbosa Filho como vice-presidente do Conselho Diretor para o triênio  
13 1995/1997; c) Destacar suas efetivas participações nas reuniões do Conselho  
14 Diretor”<sup>116</sup>. **Doc. C** - Quanto ao Doc. 106 - Relatório da CONEAS - Aprovado em  
15 seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: a) Tomar conhecimento; b) Aprovar  
16 integralmente o relatório da CONEAS, parabenizando ao seu presidente Rev.  
17 Honório Theodoro Neto, pelos objetivos estabelecidos; c) Ressaltar a revisão feita  
18 em seu Regimento Interno e o Planejamento estabelecido, o qual envolve não  
19 somente uma ação correta, mas uma conscientização plena através de congressos;  
20 d) Destacar ainda o Plano de Ação para Revitalização da SAMMAAR em Rubiataba  
21 - GO, em parceria com a IPB”<sup>117</sup>. **Doc. CI** - Quanto ao Doc. 107 - Relatório do  
22 CECEP e anexos. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento e aprovar; 2)  
23 Ressaltar que o CECEP tomou conhecimento do relatório final da Comissão  
24 Especial de auditoria sobre a CEP, e que já tomou medidas efetivas junto a  
25 administração da mesma, a fim de que as recomendações dos auditores sejam  
26 implantadas e cumpridas; 3) Enviar cópias da referida auditoria a todos os ex-  
27 diretores da CEP auditados; 4) Registrar o alto nível técnico dos Srs. Auditores, que,  
28 compuseram a referida Comissão de auditoria, convidados pelo CECEP, sem ônus  
29 para a Igreja, em cumprimento da decisão do SC/IPB/94, o que torna o relatório final  
30 da citada Comissão digno de total confiança (Pág. 2, 3/30); 5) Registrar também

---

<sup>114</sup> Doc. XCVII Reforma do RI da JME e Minuta de Contrato Missionário

<sup>115</sup> Doc. XCIX Solicitação de Reforma ou Emendas ao Manual Presbiteriano

<sup>116</sup> Doc. XCIX Relatório do Rep. Da IPB junto à DIACONIA

<sup>117</sup> Doc. C Relatório da CONEAS

1 fatos relevantes da auditoria: 5.1) Após exame da vida financeira e administrativa da  
2 CEP, que não identificou evidências do *dolo pessoal* por parte dos ex-diretores da  
3 CEP, mas *incapacidade administrativa* dos mesmos, demonstrada em fatos tais  
4 como (páginas 14, 18 e 30): a) Balanços não confiáveis para uma análise retroativa,  
5 gerencial, nem comparativa entre si, como: a.1) Sistema contábil complexo; a.2)  
6 Liberdade fiscal para ajustes (pág. 9/30 item c); a.3) Erros significativos de  
7 contabilização e nos demonstrativos financeiros (*passivo exigível* e *patrimônio líquido*) levando a imprecisões no prejuízo do exercício de 1.993 de US\$268,723.00;  
8 b) Decisão de “pagar à IPB dízimo do rendimento bruto mensal” (sic). Resolução  
9 impraticável, por mais eu bem intencionada, por razões lógicas e fiscais; c)  
10 Aumento na folha de pagamento de pessoal de US\$22,400.00 em abril/91, para  
11 US\$32,241.00 em março/94; d) Empréstimo a funcionários e Diretores de até 100%  
12 de seus vencimentos para pagamento em até 4 vezes corrigidos pela BNT; e)  
13 Perdão de dívida de um Instituto, sem que sejam dados os detalhes, montante e  
14 razões deste perdão; 5.2) Ainda quanto à aludida auditoria: a) Os ex-diretores: Pb.  
15 José Joaquim Cruz Filho, Pb. Paulo Gonçalves Júnior e Rev. Valter Graciano  
16 Martins, por razões desconhecidas, não responderam aos contatos, por carta, feitos  
17 pela Comissão Auditora; b) “Houve um quase total abandono de acompanhamento  
18 por parte do CD/CEP, que reparte com toda a diretoria da CEP a responsabilidade  
19 pelo agravamento da situação da empresa” (Página 18/30); c) A crise financeira da  
20 CEP se deveu também a ausência de ação por parte do CD/CEP mediante aos  
21 repetidos alertas do Conselho Fiscal da CEP “que funcionou correta e eficazmente  
22 como um atalaia”, feitos em 02/03/92, 07/10/92, 17/03/93 e 10/03/94; 6) Destacar os  
23 seguintes pontos positivos relacionados a CEP: a) A CEP não solicitará à  
24 Tesouraria da IPB o repasse da verba no montante de US\$94,554.63, em  
25 decorrência da sua sensível recuperação financeira; b) A sensível redução de sua  
26 folha de pagamento de pessoal da ordem de R\$ 53.000,00 em Março/94, para R\$  
27 35.000,00 em Março de 1995, já com o reajuste para os funcionários; c) O aumento  
28 do número de tiragem das revistas; d) A publicação de material próprio para a faixa  
29 etária de 2 a 4 e 4 a 5 anos; e) A informatização do seu controle de estoque; f) A  
30 locação dos 2º e 3º andares do prédio da CEP para a Igreja Presbiteriana Coreana,  
31 pelo prazo de 05 anos, alcançando um montante de R\$ 110.000,00, pagos em 04  
32 parcelas; 7) Atender solicitação do CECEP, designando o Rev. Wilson do Amaral

1 Filho e Pb. Dr. Ernesto Ferreira da Costa como seus membros titulares e Rev.  
2 Rubens Thomaz de Aquino e Pb. Renato Piragibe, como seus suplentes; 8) Tomar  
3 conhecimento da redução da ordem de 59% da dívida da CEP, ou seja, de R\$  
4 459.360,00 em 12/03/93 para R\$ 190.496,00 em Dez. /94, a qual está parcelada  
5 junto ao INSS e PIS e está sendo pontualmente quitada; 9) Destacar os excelentes  
6 resultados obtidos, mediante profícuo trabalho realizado pelo CECEP junto à Casa  
7 Editora Presbiteriana; 10) Homologar o contrato de locação com a Igreja  
8 Presbiteriana Coreana<sup>118</sup>. Às 18 horas e 30 minutos a sessão é suspensa com  
9 oração pelo Rev. Eliel Botelho, cuja presença se registra. Reabre-se a sessão às  
10 20:00 horas para o Culto Solene, no qual prega o Rev. Dr. William Graham Smith.  
11 Inicia-se com o Cântico do hino 38 “Louvores sem fim”, orando em seguida o Rev.  
12 Sérgio Paulo de Carvalho Barbas, o Pregador lê a Palavra de Deus em Marcos  
13 15.35 - 38, apresentando em seguida a Mensagem, após a qual canta-se o hino 265  
14 e o Secretário Executivo impetrava a bênção apostólica. Passa-se a ouvir a  
15 Subcomissão nº 01: **Doc. CII** - Quanto ao Doc. 49 - Atas da Junta Patrimonial,  
16 Econômica e Financeira/IPB (JPEF). A CE-SC/IPB resolve: 1) Apreciar o trabalho  
17 realizado pela Junta, conforme registro contido nas referidas Atas; 2) Determinar a  
18 juntada das Atas ao relatório apresentado pela Junta referida para fins de  
19 arquivamento<sup>119</sup>. **Doc. CIII** - Quanto ao Doc. 46 - Do Sínodo de São Paulo (SSP),  
20 solicitando seu desdobramento e a criação do Sínodo Norte Paulistano (SNP). A  
21 CE-SC/IPB, resolve: 1) Aprovar o desdobramento do Sínodo São Paulo; 2) Criar  
22 o Sínodo Norte Paulistano, atribuindo-lhe a sigla SNP; 3) Nomear a Comissão de  
23 desdobramento, constituídas dos seguintes irmãos: Rev. Nelson Duílio Bordini  
24 Marino, Rev. Silas de Campos, Rev. Rubens Thomás de Aquino, Pb. Eduardo Lane  
25 e Pb. David Messias<sup>120</sup>. **Doc. CIV** - Quanto ao Doc. 122 - Do Secretário Executivo,  
26 solicitando que seja suprida “omissão contida na resolução do Doc. CCXLIX do  
27 SC/IPB”, referentes à Missões e suas unificações. Considerando: A existência da  
28 Comissão de Organização, Sistemas e Métodos da IPB; - Que o assunto que gerou  
29 o Doc. CCXLIX - Missões e sua unificação - está afeto à competência da supra  
30 mencionada Comissão, já referida no item anterior; - O interesse dos presidentes

---

<sup>118</sup> Doc. CI Relatório do CECEP

<sup>119</sup> Doc. CII Atas da Junta Patrimonial, Econômica e Financeira

<sup>120</sup> Doc. CIII Desdobramento do Sínodo de São Paulo

1 das Juntas e da CNE no trato esta matéria; A CE-SC/IPB resolve: 1) Referir a  
2 matéria à Comissão de Organização, Sistemas e Métodos/IPB, acrescida dos  
3 presidentes das Juntas e CNE; 2) Determinar que a matéria seja tratada dentro do  
4 contexto da Reengenharia administrativa da Igreja, em processo, respeitados os  
5 parâmetros da CI/IPB, e os altos propósitos da JMN, JME e CNE, visando a  
6 otimização dos resultados; 3) Suprir a omissão verificada naquela decisão,  
7 nomeando para compô-la: Presbíteros: Adonias Costa da Silveira (relator) e Renato  
8 Piragibe; Presidentes da: JMN, JME e CNE<sup>121</sup>. **Doc. CV** - Quanto ao Doc. 199 - Da  
9 Comissão de Exame de Contas da Tesouraria da IPB, referente ao exercício de  
10 1994. A CE-SC/IPB, resolve: 1) Apreciar o bom trabalho realizado pela Comissão; 2)  
11 Aprovar o relatório nos seus termos, determinando que a tesouraria da IPB cumpra  
12 à risca as recomendações feitas como se segue: a) Efetuar o máximo empenho em  
13 resolver esta pendência financeira junto à Comissão de Relações Inter-  
14 Eclesiásticas; b) Elaborar formulário para prestação de contas de despesas de  
15 viagem e proceder à sua distribuição e orientação quanto ao uso; c) Suspender  
16 quaisquer outros adiantamentos enquanto persistirem saldos devedores decorrentes  
17 de adiantamentos anteriores, sem a devida prestação de contas, conforme prescrito  
18 no artigo nº 28 do Regimento Interno da Tesouraria da IPB. Obs.: Quanto à segunda  
19 recomendação acima, que o prazo máximo permitido para prestação de contas de  
20 viagens seja de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de regresso do  
21 representante da IPB, conforme bilhete de transporte aéreo ou documento similar.  
22 Após este prazo deve-se proceder à terceira recomendação acima; 3) Registra o  
23 agradecimento da Comissão de Exame aos funcionários da tesouraria pela presteza  
24 e empenho no atendimento dos seus membros e um voto de apreciação ao trabalho  
25 competente e dedicação do tesoureiro, mantendo os recursos da IPB administrados  
26 adequadamente<sup>122</sup>. **Doc. CVI** - Quanto ao Doc. 65 - Pedido de desdobramento do  
27 Sínodo de Brasília. A CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar em seus termos; 2) Nomear a  
28 seguinte Comissão Especial para o referido desdobramento: Rev. Guilhermino  
29 Cunha, Rev. Silas Rebouças Nobre, Rev. Aproniano Wilson de Macedo, Presbítero  
30 Alberto Rodrigues Roque e Presbítero Adonias Campos<sup>123</sup>. **Doc. CVII** - Contratação

---

<sup>121</sup> Doc. CIV Sobre Missões e sua Unificação.

<sup>122</sup> Doc. CV da Comissão de Exame de Contas da Tesouraria

<sup>123</sup> Doc. CVI Desdobramento do Sínodo de Brasília.

1 do Coordenador de Eventos - Aprovado em seus termos: "Considerando a  
2 necessidade imperiosa que tem a CNE de um elemento para coordenar os seus  
3 vários eventos; - Considerando já haver verba prevista para a coordenadoria de  
4 eventos da CNE, na proposta de orçamento elaborada pela JPEF para o presente  
5 exercício; A CE-SC/IPB resolve: contratar o ver Cícero Ferreira da Silva como  
6 coordenador de eventos da CNE pelo período de um ano, podendo atender aos  
7 demais órgãos da IPB"<sup>124</sup>. **Doc. CVIII** - Quanto ao Doc. 114 - Pastoral da Comissão  
8 de Liturgia à Igrejas e pastores sob liturgia na IPB - Aprovado em seus termos: "O  
9 Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, ciente da diversidade cultural e  
10 social que a caracteriza, e apreensivo quanto as tendências polarizantes que podem  
11 acontecer em contextos assim, resolve enviar à toda Igreja, mas principalmente aos  
12 pastores, a seguinte CARTA PASTORAL. O SC reitera a Constituição afirmando  
13 que é função privativa do Ministro do Evangelho "Orientar e supervisionar a liturgia  
14 na Igreja de que é pastor". Entretanto salienta que tal liturgia deve ser feita dentro  
15 de determinados parâmetros que estão implícitos ou explícitos nas Sagradas  
16 Escrituras em nossos Símbolos de Fé e em nossa praxe. Tais parâmetros não  
17 podem ser omitidos quando a liturgia estiver sendo elaborada ou praticada: 1) A  
18 Teocentricidade do culto. Embora o culto seja um encontro de comunhão entre o  
19 povo de Deus e neste caso um encontro de irmãos, não podemos jamais esquecer  
20 que o culto é primariamente um encontro entre Deus e Seu Povo. A Igreja  
21 comparece diante do trono de Deus confiada nos méritos de Cristo e trazida pelo  
22 Espírito Santo que a capacita com ousadia. Ela celebra o Altíssimo com temor e  
23 tremor. Devemos, então, separar completamente este ato singular de todos os  
24 demais, por mais honestos, lícitos e necessários que estes outros sejam. Não  
25 precisamos esquecer as comemorações festivas não religiosas: Elas podem ser  
26 úteis à vida comunitária da Igreja. Entretanto elas não devem tomar o lugar do culto  
27 que deve ser prestado unicamente a Deus. Mesmo que sejam feitas na mesma  
28 ocasião do culto, elas devem ser separadas deste, para que a Igreja entenda o que  
29 está acontecendo e, por descuido, não seja estimulada à idolatria; 2) As festas  
30 religiosas. A comemoração das festividades religiosas não deve ser esquecida.  
31 Corremos o risco de passar a nossas ovelhas uma imagem "espiritualizada" dos  
32 eventos históricos do cristianismo. Podemos datar alguns deles com grande

---

<sup>124</sup> Doc. CVII Contratação de Promotor de Eventos.

1   precisão e podemos ver a Igreja Cristã comemorando alguns destes eventos deste o  
2   período apostólico. Devemos relembrar que o cristianismo está assentado em bases  
3   históricas. Tão históricas que possuem data de aniversário. Festas como Natal,  
4   Páscoa, Ascensão e Pentecostes foram sempre comemoradas pela cristandade  
5   (Embora não saibamos com certeza a verdadeira data do Natal, podemos calcular,  
6   entretanto, as datas da Páscoa, da Ascensão e do Pentecostes. É lamentável a  
7   Igreja lembrar-se de efemérides comuns e esquecer-se de datas tão importantes  
8   para nossa fé; 3) Cultuar com Espírito e com a Mente. Com ordem e com decência.  
9   É certo que não podemos abstrair nossas emoções de um encontro com Deus.  
10   Entretanto elas devem ser decorrência deste encontro com Ele. Fabricar emoções  
11   não é um caminho seguro para este encontro. Ler e meditar em Sua Palavra,  
12   arrepender-se sinceramente e humilhar-se perante Ele, reconhecer a santidade que  
13   lhe é inerente e que demanda uma atitude de humilde confiança nos méritos de  
14   Cristo, é um caminho seguro para que nos apresentemos perante Ele. Tal  
15   apresentação, via de regar, conduz o adorador à mais profunda comoção, pro  
16   perceber-se objeto do amor de Deus. Deus perante o qual ele é pô. Deus a quem  
17   por vezes ele despreza e desrespeita; 4) Os verdadeiros (aletinós: não falsos)  
18   adoradores adoram o Pai em Espírito e em verdade (aleteia: não através de  
19   símbolos). Qualquer apoio material, simbólico, que vise facilitar o trabalho do  
20   adorador, deve ser objeto de atento estudo e de particular cautela para que não o  
21   transformemos em ídolo. A hora já chegou: O verdadeiro adorador adora  
22   diretamente ao Pai, através do único mediador: Jesus. 5) Unidade. Os cânticos  
23   usados, congregacionais ou não, devem estar em harmonia com uma Teologia  
24   Bíblica Sã, com nossos Símbolos de Fé e com o momento do culto em que eles  
25   forem cantados. Tais parâmetros devem ser estudados, comparados como a  
26   Bíblia nos ensina e com o que nossos Símbolos de Fé interpretam (especialmente o  
27   Capítulo XXI de nossa Confissão de Fé). Devemos sempre conduzir o rebanho,  
28   sobre o qual Deus nos constituiu bispos para pastorearmos, a águas mais  
29   tranquilas e pastos verdes. "Por isso, recebendo nós um reino inabalável, com reverência  
30   e santo temor: porque o nosso Deus é fogo consumidor". Hb. 12:28. A CE-SC/IPB  
31   resolve: 1) Tomar conhecimento e aprovar; 2) alterar o item nº 01, onde se lê: 'A  
32   Igreja comparece diante do trono de Deus.....' leia-se: 'A igreja comparece diante do

1 trono do Deus - Triúno'; 3) Publicar no órgão oficial da Igreja; 4) Apreciar o zelo,  
2 precisão e equilíbrio da Comissão de Liturgia ao tratar desta matéria"<sup>125</sup>. **Doc. CIX** -  
3 Quanto ao Doc. 115 - Sobre Carta - Aberta à IPB - 1993. A CE-SC/IPB resolve: 1)  
4 Tomar conhecimento; 2) Lamentar que os concílios competentes não tenham agido  
5 tempestivamente para apurar as responsabilidades e tomar as medidas adequadas;  
6 3) Reconhecer que, devido aos rumos dos acontecimentos, esta matéria está  
7 superada, não sendo a sua consideração nem relevante nem edificante para a  
8 Igreja; 4) Declarar encerrado o assunto; 5) Seja arquivado o presente documento<sup>126</sup>.  
9 **Doc. CX** - Quanto ao Doc. 108 - Relatório da Secretaria Executiva. A CE-SC/IPB  
10 resolve: a) Tomar conhecimento e aprovar; b) Registrar apreciação ao Instituto  
11 Gammon, pela cessão de suas dependências, gratuitamente, à CE-SC/IPB; c)  
12 Agilizar a aquisição de equipamentos de informática para uso da sintonia para uso  
13 da Secretaria Executiva do SC; d) Apreciar a excelência e eficácia do trabalho  
14 realizado pelo Secretário Executivo<sup>127</sup>. **Doc. CXI** - Quanto ao Doc. 116 - Do Sínodo  
15 Santos - Borda do Campo com respeito as observações feitas pelo Plenário do  
16 SC/IPB em seu Livro de Atas. A CE-SC/IPB resolve: 1) Quanto ao item 3º, informar  
17 que a CE-SC/IPB está providenciando a sistematização dos papéis e formulários  
18 oficiais da IPB; 2) Quanto ao item 4º não atender; 3) Quanto ao item 5º recomendar  
19 maior zelo por parte dos interessados na discussão dos assuntos que lhe são  
20 afetos. **Doc. CXII** - Quanto ao Doc. 132 - Relatório parcial da Comissão Permanente  
21 de Doutrina. A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento e aprovar; 2) Ressaltar a  
22 decisão importante da elaboração de uma Pastoral versando sobre os assuntos que  
23 têm perturbado a unidade da IPB, que urgem sejam definidos pelo Concílio Maior da  
24 Igreja; 3) Lamentar que os membros da comissão ainda não tenham conseguido se  
25 reunir plenamente para dar os passos necessários ao cumprimento das resoluções  
26 do SC/94 sobre o assunto<sup>128</sup>. **Doc. CXIII** - Quanto ao Doc. 110 - Reforma do Manual  
27 Presbiteriano - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB resolve: 1) Receber e  
28 aprovar o relatório da Comissão de Reforma da CI/IPB, CD e PL da IPB, conforme  
29 letra 'b', do Art.141 da CI/IPB; 2) Determinar que a mesa do Supremo Concílio baixe  
30 aos presbitérios o anteprojeto em apreço, conforme letra 'b', 2ª parte, do Art.141 da

---

<sup>125</sup> Doc. CVIII Pastoral da Comissão de Liturgia

<sup>126</sup> Doc. CIX Sobre carta-aberta à IPB

<sup>127</sup> Doc. CX Relatório da Secretaria Executiva.

<sup>128</sup> Doc. CXI Relatório Parcial da CPD

1 CI/IPB; 3) Dar prazo aos presbitérios até 31 de janeiro de 1996, para opinarem  
2 sobre a necessidade de se proceder a reforma e, caso positivo, enviarem pareceres  
3 à mesa do Supremo Concílio, conforme letra 'c' do Art.141 da CI/IPB; 4) Agradecer  
4 aos membros da Comissão de Reforma da CI/IPB a maneira diligente, cortês e  
5 eficiente como conduziram os trabalhos"<sup>129</sup>. Às 23:00 horas suspende-se a sessão  
6 com oração pelo Secretário Executivo. Às 23 horas e 25 minutos reiniciam-se os  
7 trabalhos da CE-SC com oração pelo Rev. Gérson Silva. **Doc. CXIV** - Quanto ao  
8 Doc. 10 - Ofício do Presbitério Sul Fluminense encaminhando ofício da Igreja Nove  
9 de Abril, solicitando documento declaratório da tesouraria da IPB de que a Igreja  
10 não está em débito com relação ao dízimo ao supremo concílio - Aprovado em seus  
11 termos: "A CE-SC/IPB - Considerando que em 11/03/94 o tesoureiro do SC  
12 encaminhou aos presidentes de Sínodos listagem acompanhada de circular  
13 contendo alem de outros o seguinte item: "a finalidade, além de informar, é solicitar  
14 a colaboração do irmão, visando os seguintes objetivos:...corrigir as falhas que  
15 porventura existam, motivadas, principalmente, pela falta de identificação das  
16 Igrejas que, não obstante tenham remetido seus dízimos, não constam da listagem,  
17 "- considerando que o Sínodo Sul Fluminense encaminhou à Igreja Nove de Abril  
18 cópia da listagem com a seguinte ressalva: "caso tenha alguma dúvida ou tenham  
19 enviado dízimos não mencionados, por favor, reuna todos os comprovantes, tire  
20 xerox e nos envie pois queremos corrigir possíveis erros"; - Considerando que a  
21 Igreja Nove de Abril em 13/04/94 oficiou à tesouraria do SC remetendo Xerox das  
22 remessas bancárias solicitando documento comprovando a sua fidelidade com a  
23 IPB para informar ao Presbitério Sul Fluminense; - Considerando que a tesouraria  
24 identificou as remessas à Igreja Nove de Abril os competentes recibos com datas  
25 das referidas remessas, resolve: 1) Constatar que a Igreja Nove de Abril,  
26 jurisdicionada ao Presbitério Sul Fluminense, efetuou regularmente remessas de  
27 dízimos ao SC durante o ano de 1993 conforme consta de listagem e recibos  
28 anexos. 2) Declarar que a tesouraria do SC não tem como emitir documento  
29 declaratório sobre débitos das Igrejas com relação ao dízimo ao SC por não  
30 conhecer a arrecadação das Igrejas locais. 3) Esclarecer que as listagens  
31 divulgadas pela tesouraria para os concílios da Igreja informam a título de prestação  
32 de contas, (Art.8º do RI-CE-SC/IPB), as remessas identificadas dos dízimos

---

<sup>129</sup> Doc. CXIII Reforma do Manual Presbiteriano

1 recebidos das Igrejas, não tendo portanto a finalidade de denunciar débitos, uma  
2 vez que isto é de competência dos Presbitérios (Art.88, letra "j") <sup>130</sup>. **Doc. CXV** -  
3 Quanto ao Doc. 8 - Levantamento Patrimonial encaminhando pela JPEF - Aprovado  
4 em seus termos: "A CE-SC/IPB resolve: 1) Congratular-se com a JPEF pelo esforço  
5 que vem desenvolvendo no sentido de cadastrar os imóveis pertencentes a Igreja,  
6 tendo adquirido software e já cadastrado 152 imóveis. 2) Solicitar a junta que  
7 continue com o seu trabalho, a fim de dar cumprimento à resolução SC-94-003 -  
8 Doc. CLXV. 3) Recomendar que as entidades e autarquias da Igreja, auxiliem a  
9 JPEF, remetendo-lhe cópia dos títulos de propriedade, fotos (20x25 cm) e slides,  
10 bem como a atual situação de utilização dos imóveis"<sup>131</sup>. **Doc. CXVI** - Quanto ao  
11 Doc. 13 - Ofício da JME para o Instituto Gammon, solicitando Bolsa de Estudo para  
12 jovem angolano no Brasil. A CE-SC/IPB resolve: Considerando que o Convênio de  
13 Cooperação da Igreja Presbiteriana do Brasil com a Igreja de Angola (CE-87-146)  
14 estabelece que toda e qualquer cooperação da Igreja Presbiteriana do Brasil, com a  
15 Igreja Presbiteriana de Angola, far-se-á, exclusivamente, através da Junta de  
16 Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana do Brasil. Resolve: Considerar  
17 prejudicado em virtude do assunto ser de competência exclusiva da JME<sup>132</sup>. **Doc.**  
18 **CXVII** - Quanto ao Doc. 9 - Solicitando do "Instituto Bíblico Rev. Augusto Araújo, de  
19 ajuda financeira - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB resolve: atender em  
20 parte, incluindo no orçamento verba correspondente a 5 (cinco) salários mínimos  
21 mensais vigentes no país para auxiliar no pagamento de pessoal administrativo"<sup>133</sup>.  
22 **Doc. CXVIII** - Quanto ao Doc. 42 - Do Presbitério Sul do Pará - Pedido de verba  
23 para construção do Instituto Bíblico da Amazônia 'Rev. Antônio Teixeira Gueiros' -  
24 Aprovado em seus termos: A CE-SC/IPB RESOLVE: 1) Congratular-se com o  
25 Presbitério Sul do Pará pelo interesse do presbitério no progresso do evangelho  
26 na região amazônia; 2) Enviar o assunto a JMN para avaliar a possibilidade do envio  
27 de missionários àquela região, atendendo a seus concílios; 3) Quanto ao pedido de  
28 verba para a construção, considerar prejudicado tendo em vista decisão desta CE-

---

<sup>130</sup> Doc. CXIV solicitação por parte da IPB Nove de Abril, de declaração de que a Igreja não tem mais débito com a tesouraria do SC.

<sup>131</sup> Doc. CXV Levantamento Patrimonial levantado pelo JPEF

<sup>132</sup> Doc. CXVI Pedido de bolsa de estudo, ao Instituto Gammon, para um jovem angolano.

<sup>133</sup> Doc. CXVII Solicitação de Ajuda Financeira – do Instituto Bíblico Rev. Augusto Araújo.

1 SC/IPB Doc. CXXIV”<sup>134</sup>. **Doc. CXIX** - Quanto ao Doc. 151- Da JPEF sobre Doação  
2 de terreno à IPB em Luziânia - GO - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB, -  
3 Considerando que em 1989 A CE-SC/IPB aceitou a doação de um lote nº 02 -  
4 quadra 5i, loteamento denominado parque esperança em Luziânia - GO, efetuado  
5 pelo nosso irmão Dr. Fioravante Fabri Filho, cuja transferência ainda não se  
6 efetivou; - Considerando parecer da JPEF esclarecendo tratar-se da área de melhor  
7 aproveitamento pela igreja local; - Considerando que o doador acordou que o imóvel  
8 seja transferido diretamente para a Igreja local; resolve: autorizar a JPEF a  
9 providenciar a efetivação da doação diretamente para a Igreja de Luziânia - GO,  
10 desde que haja manifestação de interesse do conselho da igreja em receber a área,  
11 sem ônus para a IPB”<sup>135</sup>. **Doc. CXX** - Quanto ao Doc. 12 - Do Presbitério de Cuiabá,  
12 sobre mudança no atual sistema de recolhimento dos dízimos - Aprovado em seus  
13 termos: “A CE-SC/IPB resolve: não dar provimento por tratar-se de matéria de  
14 reforma constitucional”<sup>136</sup>. **Doc. CXXI** - Quanto aos Documentos 15,16 e 62 -  
15 Ofícios da SAMMAAR sobre projeto de restruturação da instituição, solicitando  
16 verba para contratação de Diretor Administrativo, justificando atraso no envio do  
17 projeto de planejamento - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1)  
18 Apreciar o trabalho da CONEAS, da mesa da CE-SC/IPB e mesa da JPEF na  
19 restruturação da SAMMAAR; 2) Autorizar a contratação de um diretor administrativo,  
20 destinando verba orçamentária no valor de 7 (sete) salários mínimo mensais,  
21 retroativos a janeiro/95, a titulo de doação à SAMMAAR, pelo período de um ano. 3)  
22 Não atender pedido de repasse de recursos para contratação de mais um monitor;  
23 4) Considerar cumprida a decisão do SC-94 (Doc. CXXII) no que se refere à  
24 contratação de pessoal pago com recursos da tesouraria da IPB”<sup>137</sup>. **Doc. CXXII** -  
25 Quanto ao Doc. 11 - Do Presbitério Paulistano propondo que se destine 25% ( vinte e  
26 cinco por cento) do Orçamento da IPB para os Seminários - Aprovado em seus  
27 termos: “A CE-SC/IPB resolve: 1) Congratular-se com o Presbitério Paulistano pelo  
28 interesse demonstrado para com os nossos seminários. 2) Informar ao Presbitério  
29 Paulistano que atualmente a IPB vem destinando 30% de seu orçamento a

---

<sup>134</sup> Doc. CXVIII Pedido de Verba para construção do IB da Amazônia

<sup>135</sup> Doc. CXIX Da JPEF sobre Doação de Terreno à IPB em Luziânia-GO.

<sup>136</sup> Doc. CXX sobre mudança no atual sistema de recolhimento de dízimos.

<sup>137</sup> Doc. CXXI Ofícios da SAMMAAR sobre projeto de restruturação da instituição.

1 educação teológica”<sup>138</sup>. **Doc. CXXIII** - Quanto ao Doc. 137 - Da JURET-SPN  
2 solicitando verba para reforma de casa, pensão vitalícia para o Rev. Othon Guanaes  
3 Dourado e aquisição de computadores - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB  
4 resolve: 1) Determinar que a JPEF providencie a reforma da casa que servirá para  
5 moradia do anual deão, conforme orçamento estimado em R\$12.800,00. 2)  
6 Determinar que a CSM levante as necessidades dos seminários quanto à  
7 informatização, a fim de se adotar critérios para aquisição de computadores e  
8 software para atender a demanda nessa área, bem como padronizar os  
9 procedimentos. Autorizar a JPEF a alocar um computador 486 e uma impressora  
10 para o SPN. 3) Quanto aos planos para atendimento às solicitações apresentadas  
11 pela JURET do SPN em referência ao Rev. Prof. Othon Guanaes Dourado, resolve-  
12 se autorizar a mesa da CE-SC/IPB, para em dialogo com a JURET; 3.1) Ouve-lo de  
13 viva voz, num gesto de solidariedade cristã sobre tudo o que lhe diz respeito; 3.2)  
14 Estudar a situação de moradia que lhe aflige, firmando cessão em comodato, se for  
15 o caso; 3.3) Estudar e definir sua manutenção; 3.4) Orientá-lo sobre sua  
16 aposentadoria; 3.5) Tomar outras providências relacionadas à solução final dos  
17 referidos problemas”<sup>139</sup>. **Doc. CXXIV** - Quanto ao Doc. 5 - Do Secretário Geral do  
18 Trabalho de Mocidade solicitando prazo de 30 dias para apresentação das contas  
19 da Confederação Nacional da Mocidade, em 1994 - Aprovado em seus termos: “A  
20 CE-SC/IPB resolve: 1) Estrarhar reincidência no atraso da prestação de contas. 2)  
21 Conceder prazo até 30 de abril do corrente ano, para que a referida prestação de  
22 contas seja encaminhada à JPEF. 3) Autorizar a mesa da CE-SC/IPB a receber o  
23 parecer da JPEF no prazo de 60 dias e aprovar”<sup>140</sup>. **Doc. CXXV** - Quanto ao Doc.  
24 120 - Relatório da JPEF, referente à prestação de contas do ano de 1993, da  
25 Confederação Nacional da Mocidade - Aprovado em seus termos: “A CE-SC/IPB  
26 resolve: Aprovar as contas da Confederação Nacional da Mocidade, do exercício de  
27 1993”<sup>141</sup>. **Doc. CXXVI** - Quanto ao Doc. 4 - Do Sínodo de Campinas solicitando  
28 informação sobre cobrança de Imposto Sindical - SINDHOSP - Aprovado em seus  
29 termos: A CE-SC/IPB : Considerando que o Art.578 da CLT estabelece que as  
30 contribuições devidas aos Sindicatos, serão, sob a denominação de ‘Contribuição

---

<sup>138</sup> Doc. CXXII Proposta – que se destine 25% do orçamento da IPB para os Seminários

<sup>139</sup> Doc. CXXIII Da JURET SPN solicitando verba para reforma de casa e pensão vitalícia para Rev. Othon.

<sup>140</sup> Doc. CXXIV Do Secretário Geral da Mocidade pedindo tempo para prestação de contas.

<sup>141</sup> Doc. CXXV Relatório da JPEF ref. Prestação de contas da CNUMP

1 Sindical'; - Considerando que o Art.580, §5º da CLT estabelece a forma de cálculo  
2 das contribuições para as instituições que não estejam obrigadas ao registro do  
3 capital social; - Considerando que o §6º do mesmo artigo estabelece que as  
4 Instituições poderão ser excluídas da obrigação de pagar a contribuição sindical,  
5 devendo entretanto comprovar, através de requerimento dirigido ao Ministro do  
6 Trabalho, que não exerce atividades econômicas com fins lucrativos. Resolve:  
7 Autorizar a mesa da CE-SC/IPB a submeter o assunto a uma Consultoria Jurídica,  
8 devendo o parecer ser divulgado através do jornal Brasil Presbiteriano para  
9 conhecimento das Igrejas"<sup>142</sup>. **Doc. CXXVII** - Quanto ao Doc. 21 - Ofício da Igreja  
10 Presbiteriana de Alta Floresta - MT, solicitando cessão por comodato de terreno -  
11 Aprovado em seus termos: " A CE-SC/IPB resolve: Não dar provimento ao pedido  
12 por não ter sido encaminhado na forma do Art.63 da CI/IPB"<sup>143</sup>. **Doc. CXXVIII** -  
13 Quanto aos Documentos nº 14 e nº 18) Ofício do Presbitério de Ceres, sobre venda  
14 de terrenos em Ceres - GO ora utilizado pelo APC. A CE-SC/IPB considerando: 1) A  
15 decisão do SC-94, autorizando a venda de 7120, 30 m<sup>2</sup> da área, desde que  
16 inexistam planos de ocupação ou utilização da área pleiteada pela IPB ou órgão a  
17 ela ligado; 2) O parecer da JPEF favorável á venda (conforme documento anexo).  
18 Resolve: 1) Autorizar a venda da área medindo 7120,30 m<sup>2</sup> na cidade de Ceres -  
19 GO pelo melhor preço, respeitando o valor mínimo médio de R\$10,00 p/m<sup>2</sup>,  
20 conforme avaliação da imobiliária WOMAK; 2) Destinar os recursos da alienação  
21 para obras de recuperação e melhorias no APC; 3) Determinar que o produto das  
22 vendas seja remetido à Tesouraria da IPB e que a liberação seja conforme projeto  
23 executivo e orçamento das obras, aprovado pela JPEF<sup>144</sup>. **Doc. CXXIX** - Quanto ao  
24 Doc. 148 - Da JPEF sobre transferência de imóveis da IPB para a Igreja de Sinop -  
25 MT - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB : Considerando que a Igreja de Sinop  
26 ao encaminhar carta solicitando a transferência dos imóveis existentes naquela  
27 cidade, não apresentou as razões, nem tão pouco as justificativas ou pretensão  
28 para seu uso, principalmente do imóvel vazio; - Considerando o parecer da JMN  
29 desaconselhando tal providencia; - Considerando o parecer contrário da JPEF.  
30 Resolve: 1) Não autorizar a transferência dos imóveis; 2) Determinar que a JPEF

---

<sup>142</sup> Doc. CXXVI Solicitação de informação sobre cobrança de imposta Sindical - SINDHOSP

<sup>143</sup> Doc. CXXVII DA IPAlta Floresta solicitando cessão por comodato de terreno.

<sup>144</sup> Doc. CXXVIII Sobre venda de terrenos em Ceres-GO ora utilizado pelo APC

1 providencie a regularização dos lotes 19 e 20) Quadra 17 ( onde situa-se o templo  
2 da Igreja), lote 53 - quadra C (onde está construída a casa pastoral) e lote 21)  
3 quadra 50 (atualmente vago), na cidade de Sinop - MT, tomando todas as medidas  
4 necessárias para que a Colonizadora Sinop S/A outorgue a Escritura definitiva"<sup>145</sup>.  
5 **Doc. CXXX** - Quanto ao Doc. 152 - Da JPEF sobre Cessão de Imóveis em  
6 Araçatuba - SP - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB, - Considerando que o  
7 Supremo Concílio em sua última Reunião Ordinária autorizou a CE-SC/IPB a  
8 proceder a cessão de imóveis à Igreja de Araçatuba, sem ônus para a IPB, com  
9 ressalva de que os imóveis sejam para uso exclusivo daquela Igreja, com Cláusula  
10 de Inalienabilidade, mediante parecer favorável da JPEF; - Considerando que o  
11 parecer da JPEF foi favorável, condicionando a efetivação da cessão à regularidade  
12 na remessa dos dízimos ao SC pela Igreja beneficiada; e que nas listagens da  
13 tesouraria não constam remessas identificadas da referida Igreja desde 1990,  
14 Resolve: Autorizar a Mesa da CE-SC/IPB a proceder a cessão dos imóveis, com  
15 cláusula de inalienabilidade, desde que a Igreja regularize sua situação junto a  
16 Tesouraria"<sup>146</sup>. **Doc. CXXXI** - Quanto ao Doc. 135 - Da JURET-SPS sobre ocupação  
17 de área no Campus do SPS - aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB resolve, 1)  
18 Congratular-se com a JURET-SPS quanto a sua preocupação na preservação de  
19 tão importante área de propriedade da IPB; 2) Determinar que a JPEF, em conjunto  
20 com a JURET-SPS, elabore Plano de Ocupação da área que concilie os interesses  
21 da IPB quanto a sua manutenção e do SPS quanto a utilização"<sup>147</sup>. **Doc. CXXXII** -  
22 Quanto ao Doc. 112 - Relatório da JPEF - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB  
23 resolve, 1) Aprovar destacando o seguinte: a) O trabalho desenvolvido na  
24 elaboração do Orçamento/95, com participação do Tesoureiro do SC/IPB, quando  
25 se procurou atender às reivindicações com muito critério, não apresentando déficit.  
26 b) O empenho da JPEF na manutenção e conservação dos imóveis da IPB, no zelo  
27 no exame das contas da Tesouraria e da Confederação do Trabalho Feminino; c) As  
28 negociações feitas com os inquilinos dos imóveis em Brasília, com vistas a  
29 atualização dos aluguéis que se encontravam defasados em relação ao mercado,  
30 conseguindo-se uma recuperação razoável; d) A boa vontade da Igreja

---

<sup>145</sup> Doc. CXXIX Da JPEF sobre transferência de imóveis da IPB para a Ig. De Sinop-MT.

<sup>146</sup> Doc. CXXX Da JPEF sobre Cessão de imóveis em Araçatuba-SP.

<sup>147</sup> Doc. CXXXI Da JURET SPS sobre ocupação de área no Campos do SPS

1 Presbiteriana do Rio de Janeiro em ceder parte de suas instalações físicas para  
2 montagem do gabinete e escritório da Presidência do SC/IPB, e) O funcionamento  
3 mais efetivo da casa de veraneio em Ubatuba - SP, atendendo os Pastores da IPB  
4 em suas férias<sup>148</sup>. **Doc. CXXXIII** - Quanto ao Doc. 20 - Ofício da JURET-DNE  
5 solicitando aprovação do Projeto preliminar arquitetônico e verba para construção  
6 da Sede do Seminário - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB resolve: 1)  
7 Submeter o projeto à consideração da JPEF, que remeterá parecer para a Mesa da  
8 CE-SC/IPB; 2) Autorizar a Mesa da CE-SC/IPB a aprová-lo, desde que considerado  
9 viável pela JPEF; 3) Remeter cópia do projeto para CRIE a fim de auxiliar na busca  
10 de recursos no exterior; 4) Não participar com recursos próprios neste primeiro  
11 momento, tendo em vista a dotação de verba no valor US\$156,200.00, com recursos  
12 do "DER" ( Depósito Especial Remunerado) e do Fundo Alexander"<sup>149</sup>. **Doc.**  
13 **CXXXIV** - Quanto ao Doc. 133 - Solicitação da JURET-RJ de verba para  
14 investimento e melhorias no prédio - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB  
15 RESOLVE: Não atender, tendo em vista a dotação de verba no valor de  
16 US\$161,000.00 com recursos do "DER" ( Depósito Especial Remunerado) e do  
17 Fundo Alexander"<sup>150</sup>. **Doc. CXXXV** - Quanto ao Doc. 17 - Do Secretário Executivo  
18 encaminhando ofício do Presidente do Instituto Mackenzie, informando sobre  
19 convênio firmado com o FINEP - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB, resolve,  
20 1) Congratular-se com o Instituto Mackenzie pela obtenção de Verba na ordem de  
21 RS 339.021,00 a título de fundo perdido, para melhoramento na Antena da Estação  
22 de Rádio-astronomia de Itapetinga, no município de Atibaia - SP; 2) Dar ciência  
23 desta decisão ao Instituto Mackenzie<sup>151</sup>. **Doc. CXXXVI** - Quanto ao Doc. 19 - Ofício  
24 do Secretário Executivo encaminhando cópia do processo de transferência do  
25 imóvel em Caraguatatuba - SP, da IPB para a igreja local, enviado pelo Pb. Adilson  
26 Neves - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB resolve: Tomar conhecimento de  
27 que o processo foi devolvido pelo Conselho da Igreja de Caraguatatuba adiando  
28 para outra ocasião a escritura, por não poder pagar o imposto de transmissão

---

<sup>148</sup> Doc. CXXXII Relatório da JPEF

<sup>149</sup> Doc. CXXXIII Da JURET DNE solicitando aprovação do projeto e verba para construção da sede do seminário.

<sup>150</sup> Doc. CXXXIV Da JURET RJ solicitando verba para melhorias no prédio-sede

<sup>151</sup> Doc. CXXXV sobre convênio firmado entre IP e FINEP

1 intervivos"<sup>152</sup>. **Doc. CXXXVII** - Quanto ao Doc. 147 - Da JPEF sobre aquisição de  
2 Imóvel pelo Seminário do Rio de Janeiro e liberação de verba - Aprovado em seus  
3 termos: A CE-SC/IPB RESOLVE: 1) Autorizar a aquisição de lote medindo 410 m<sup>2</sup>,  
4 na Rua Isolina 143, na cidade do Rio de Janeiro, fazendo fundos com a atual  
5 propriedade adquirida e onde funciona o Seminário em prédio adaptado, pelo valor  
6 de R\$ 35.000,00, tendo em vista parecer favorável da JPEF; 2) Autorizar a  
7 tesouraria liberar o valor necessário para efetivação da alienação com recursos do  
8 DER e Fundo Alexander destinados ao STPRJ<sup>153</sup>. **Doc. CXXXVIII** - Quanto ao Doc.  
9 153 - Da JPEF sobre Exame de Contas das Confederações Nacionais - 1994. A CE-  
10 SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento de que a Confederação Nacional de SAFs  
11 remeteu os livros e documentos à JPEF, que procedeu o exame, sem contudo  
12 encaminhar o parecer; 2) Registrar o não envio das contas das Confederações  
13 Nacionais da Mocidade (1994) e de Homens ( 1992, 1993 e 1994); 3) Determinar  
14 que a CNHP remeta suas contas dos exercícios de 1992 a 1994 à JPEF para exame  
15 no prazo máximo de 90 dias; 4) Autorizar a Mesa da CE-SC/IPB a receber da JPEF  
16 os pareceres e aprovar as contas<sup>154</sup>. **Doc. CXXXIX** - Quanto ao Doc. 7 - Ofício do  
17 Secretário Executivo encaminhando informação do Dr. Athos Vieira de Andrade  
18 referente Ação movida contra o IPNE e IPB pelo Sr. Vicente Martins da Costa  
19 Sobrinho, envolvendo acidente automobilístico em Brasília - DF - Aprovado em seus  
20 termos: "A CE-SC/IPB resolve: 1) Tomar conhecimento; 2) Registrar que a Igreja foi  
21 excluída da lide; 3) Delegar poderes à Mesa da CE-SC/IPB para continuar a  
22 defender os interesses da IPB até a última instância"<sup>155</sup>. **Doc. CXL** - Quanto ao Doc.  
23 6 - Orçamento da IPB para 1995 - Aprovado em seus termos: "A CE-SC/IPB,  
24 resolve: 1) Estimar a RECEITA e fixar a DESPESA para 1995, como discriminado:  
25 Órgão / Entidade - Receitas: Tesouraria / Dízimos = R\$2.576.304,00 - Junta  
26 Patrimonial / Aluguéis = R\$161.244,00 - Seminário Presbiteriano do Sul =  
27 R\$309.940,00 - Seminário Presbiteriano do Norte = R\$156.556,00 - Sem.  
28 Presbiteriano Rev. Denoel N. Eler = R\$138.620,00 - Seminário Presbiteriano Rio de  
29 Janeiro = R\$86.400,00 - Seminário Presbiteriano Brasil Central = R\$60.600,00 -  
30 Junta de Missões Nacionais = R\$364.200,00 - Conselho Com. e Marketing =

---

<sup>152</sup> Doc. CXXXVI sobre processo de transferência do imóvel de Caraguatatuba.

<sup>153</sup> Doc. CXXXVII da JPEF sobre aquisição de Imóvel p/ Seminário RJ

<sup>154</sup> Doc. CXXXVIII sobre Exame de Contas das Confederações Nacionais

<sup>155</sup> Doc. CXXXIX Sobre ação movida contra IPNE e IPB pelo Sr. Vicente Martins da Costa Sobrinho.

1 R\$146.136,00; TOTAL: = R\$4.000.000,00. Órgão / Entidade - Despesas:  
2 ADMINISTRAÇÃO: Presidência = R\$62.169,00 - Secretaria Executiva =  
3 R\$23.184,00 - Tesouraria / Dízimos = R\$69.902,00 - Junta Patrimonial / Aluguéis =  
4 R\$165.858,00 - ENSINO TEOLÓGICO: Junta Educação Teológica = R\$16.820,00 -  
5 Seminário Presbiteriano do Sul = R\$420.800,00 - Seminário Presbiteriano do Norte  
6 = R\$251.420,00 - Sem. Presbiteriano Rev. Denoel N. Eler = R\$233.490,00 -  
7 Seminário Presbiteriano Rio de Janeiro = R\$171.340,00 - Seminário Presbiteriano  
8 Brasil Central = R\$145.540,00 - MISSÕES E EVANGELIZAÇÃO: Junta de Missões  
9 Nacionais = R\$1.721.380,00 - Junta de Missões Estrangeiras = R\$196.091,00 -  
10 Comissão Nacional de Evangelização = R\$74.534,00 - SECRETARIAS: Trabalho  
11 Masculino = R\$4.500,00 - Trabalho Feminino = R\$5.640,00 - Trabalho Mocidade =  
12 R\$7.090,00 - Trabalho Adolescentes = R\$6.149,00 - Trabalho Infância = R\$4.690,00  
13 - Estatística = R\$4.370,00 - Música Sacra = R\$4.500,00 - COMISSÕES  
14 NACIONAIS: CNAS / FENEP = R\$20.700,00 - História da IPB = R\$1.000,00 -  
15 Relações Inter-Eclesiásticas = R\$16.200,00 - Organização Sistemas e Métodos =  
16 R\$5.980,00 - Liturgia e Música = R\$1.926,00 - Digesto Presbiteriano = R\$500,00 -  
17 DIVERSOS: Assistência Social / Educacional: Pensionistas e Jubilados =  
18 R\$58.280,00 - Doação IBEL = R\$11.800,00 - Doação IBN = R\$11.800,00 - Doação  
19 Missão Caiuá = R\$8.440,00 - Doação SAMMAAR = R\$8.440,00 - Doação APADD =  
20 R\$5.400,00 - Doação Instituto Rev. Augustus Araújo = R\$6.200,00 - Conselho Com. e  
21 Marketing = R\$176.136,00 - Representações = R\$28.900,00 - Tribunal de Recursos  
22 SC/IPB = R\$2.000,00 - Confederações Nacionais = R\$14.700,00 - Eventuais =  
23 R\$32.141,00 - TOTAL: = R\$4.000.000,00 - 2) Autorizar a mesa da CE-SC/IPB em  
24 conjunto da mesa da JPEF a repassar todo aumento na arrecadação de dízimos que  
25 houver durante o ano para os órgãos que solicitarem, tomando-se por base os  
26 percentuais estabelecidos no anexo 1, priorizando os Seminários até R\$15,00; 3)  
27 Determinar que a JPEF em conjunto com a CSM elabore projeto de um PCS (Plano  
28 de Cargos e Salários) para a IPB, a ser apresentado na próxima reunião da CE-  
29 SC/IPB; 4) Autorizar o tesoureiro do SC/IPB a contratar Consultoria Jurídica  
30 especializada na área trabalhista para estudar a possibilidade de se estabelecer  
31 uma data - base única para reajustes salariais, enquadramento sindical e outras  
32 responsabilidades trabalhistas; 5) Estabelecer provisoriamente os cargos e salários  
33 máximos a serem praticados pela IPB durante o ano de 1995: CARGOS / SALÁRIO

1 MENSAL: Chefe de Gabinete = R\$700,00 - Encarregado de Escritório = R\$600,00 -  
2 Assistente Administrativo = R\$500,00 - Assistente do Redator do BP = R\$500,00 -  
3 Auxiliar Administrativo = R\$400,00 - Operador de Microcomputador = R\$400,00 -  
4 Pedreiro = R\$400,00 - Auxiliar de Escritório = R\$300,00 - Assessor Administrativo =  
5 R\$200,00 - Auxiliar de Serviços Gerais = R\$200,00 - Ajudante de Pedreiro =  
6 R\$200,00 - Office-Boy = R\$100,00 - 6) Determinar que o Presidente da JMN  
7 providencie para que seja cumprido o item 8 da resolução CE-94-123 - Doc.  
8 CXXVIII; 7) Reiterar a necessidade de instrução quanto ao pagamento de  
9 missionários no exterior, nos termos da resolução SC-94-005 - Doc. CCXLIX"<sup>156</sup>.  
10 **Doc. CXLI** - Quanto ao Doc. 150 - Da JPEF sobre atualização do Regulamento do  
11 Fundo de Empréstimo para construção - A CE-SC/IPB resolve: 1) Alterar o Art.7º, do  
12 Regulamento do Fundo de Empréstimo para construção, que assume a seguinte  
13 redação: Art.7º - O empréstimo será concedido mediante Contrato Mútuo, em moeda  
14 corrente no país, corrigido por índice oficial do governo, garantido por Título de  
15 Crédito Líquido e Certo, representado por nota promissória avalizada por 2 (dois)  
16 oficiais de idoneidade financeira, indicados pelo conselho da Igreja; 2) Alterar o  
17 Parágrafo único do Art.9º, que assume a seguinte redação: Art.9º -...Parágrafo único  
18 - No caso de atraso no pagamento, será cobrado juros de 1% (um por cento) ao mês  
19 a título de mora<sup>157</sup>. **Doc. CXLII** - Quanto ao Doc. 145 do Rev. Paulo Delage solici-  
20 tando autorização para retirada em caráter definitivo. É aprovado: "Venho por meio  
21 desta, solicitar minha retirada em caráter definitivo desta reunião da CE-SC/IPB, por  
22 motivo de compromissos em Governador Valadares que demanda minha presença.  
23 A retirada se dará a partir do 3º expediente desta 4º feira, dia 15/03/95. Assumirá a  
24 representação do Sínodo Rio Doce o Rev. Jurandir Storck, mui digno vice-  
25 presidente do referido concílio". **Doc. CXLIII** - Rev. Ludgero Bonilho de Moraes  
26 solicitando autorização para retirada em caráter definitivo. É aprovado: "Peço  
27 licença para minha retirada em definitivo". **Doc. CXLIV** - Rev. Paulo Viana de Moura  
28 solicitando autorização para retirada em caráter definitivo. É aprovado: "Sr.  
29 Presidente, Solicito para me retirar desta reunião por compromisso inadiável em  
30 São Paulo". **Doc.CXLV** - Quanto ao Doc. s/nº (anexo ao Doc. 71) Ofício de  
31 12/03/95 da Secretarias Gerais de Causas da Igreja. A CE-SC/IPB, resolve: 1)

---

<sup>156</sup> Doc. CXL Orçamento da IPB para 1995.

<sup>157</sup> Doc. CXLI Atualização do Regulamento do Fundo de Empréstimo para Construção.

1 Recomendar aos Presbitérios e Sínodos que façam gestões no sentido de que as  
2 Sociedades Internas da Igreja e suas Federações e Confederações, nas áreas onde  
3 forma abolidas, revejam o assunto e envidem providências no sentido de haver a  
4 possibilidade do retorno destas sociedades, bem como evitar sua extinção e  
5 estimular a organização onde porventura não tenham sido criadas; 2) Lamentar que  
6 em algumas áreas da Igreja, tenham sido extintas estas sociedades  
7 internas<sup>158</sup>. Registra-se um voto de saudade pelo falecimento dos irmãos Revs.  
8 Géron da Rocha Gouveia, Elon da Rocha Gouveia, Esmael Feijó de Melo, Cláudio  
9 Cristóvão Tavares, Jason de Oliveira e Oséias Heckert<sup>159</sup>. Registra-se em Ata o  
10 agradecimento desta CE-SC ao Instituto Mackenzie pelo apoio logístico, aos irmãos  
11 Bel. Cid Caldas, Revs. Geraldo Silveira Filho, Josias dos Reis Coelho, pelo apoio na  
12 digitação dos documentos e resoluções, ao Pb. Davi Messias, pela coordenação da  
13 hospedagem, ao Rev. Wilson de Souza Lopes, pela eficiente coordenação dos  
14 trabalhos, ao Pb. Nilson de Oliveira, Prof. Antônio Carlos Rocha, assessores da  
15 Presidência, pela assessoria eficiente dada ao Presidente e à Mesa, ao Rev.  
16 Reinaldo Correa e Pb. Euclides de Oliveira do Jornal Brasil Presbiteriano pela  
17 cobertura da reunião. A casa registra ainda um voto de apreciação à maneira eficaz,  
18 gentil e democrática com que a mesa conduziu todos os atos desta reunião, na  
19 pessoa do seu Presidente. Registra-se o aniversário do Rev. Daniel Bitencourt dos  
20 Paços, meio século de vida. Encerra-se a REUNIÃO ORDINÁRIA DA CE-SC/IPB,  
21 com oração final pelo Rev. Roberto Brasileiro - Vice-Presidente, seguida de Oração  
22 do Pai Nosso por todos os presidentes, de mãos dadas. Canta-se o hino 182 “União  
23 Fraterna”, seguido da bênção apostólica pelo Rev. Wilson de Souza Lopes -  
24 Secretário Executivo. Nada mais havendo a tratar, lavro e assino a presente Ata,  
25 que é lida e aprovada. Sala das sessões, 03 horas e 36 minutos do dia 18 de março  
26 de 1995<sup>160</sup> .....

---

27 -----  
28 -----  
29 -----  
30 -----

<sup>158</sup> Doc. CXLV sobre extinção de sociedades internas em igrejas Presbiterianas em todo Brasil.

<sup>159</sup> Voto de Saudade.

<sup>160</sup> Encerramento da CE-SC-IPB-1995, às 03h36m do dia 18/03/95.